



Instituto Universitário de Lisboa

Escola de Ciências Sociais e Humanas

Departamento de Economia Política

**AGRICULTURA FAMILIAR E DESERTIFICAÇÃO: ESTUDOS DE CASOS
NOS DISTRITOS DE BRAGA E DA GUARDA**

Cristina Perpétua Sobral de Oliveira

Dissertação submetida como requisito parcial para obtenção do grau de
Mestre em Estudos de Desenvolvimento, Desenvolvimento Sustentável

Orientadora:

Doutora Maria de Fátima Palmeiro Batista Ferreiro, Professora Auxiliar
ISCTE – IUL Instituto Universitário de Lisboa

Setembro, 2015

Escola de Ciências Sociais e Humanas

Departamento de Economia Política

**AGRICULTURA FAMILIAR E DESERTIFICAÇÃO: ESTUDOS DE CASOS
NOS DISTRITOS DE BRAGA E DA GUARDA**

Cristina Perpétua Sobral de Oliveira

Dissertação submetida como requisito parcial para obtenção do grau de
Mestre em Estudos de Desenvolvimento, Desenvolvimento Sustentável

Orientadora:

Doutora Maria de Fátima Palmeiro Batista Ferreiro, Professora Auxiliar
ISCTE – IUL Instituto Universitário de Lisboa

Setembro, 2015

Para poder compreender e amar a terra, não basta, embrenharmo-nos nas leituras, mas simplesmente dar-lhe a oportunidade para ser descoberta.

Como escreveu Miguel Torga em Diário 1942: “ Eu gosto da paisagem. Mas amo-a de uma maneira casta, comovida, sem poder macular a sua intimidade em descrições a vintém por palavra.

Chego a uma terra e não resisto: tenho de me meter pelos campos fora, pelas serras, pelos montes, saber das culturas, beber o vinho e provar o pão.

E quando anoitece volto, como agora, cheio do enigma que fez cada região do seu feitio, tal e qual como pôs nas costas do dromedário aquela incrível marreca, e no pescoço do leão aquela fantástica juba.”

*À memória de meu pai, à minha mãe
e irmã e particularmente à Miriam e
à Letícia que sempre me inspiraram.*

AGRADECIMENTOS

Agradeço a preciosa ajuda de todos aqueles que participaram e que se disponibilizaram prontamente e sem recuo para a realização desta dissertação.

Quero agradecer em especial à minha orientadora, sempre presente e atenta, com quem tive o privilégio de trabalhar.

RESUMO

A tese apresenta resultados da investigação desenvolvida a partir de estudo de casos correspondentes a seis concelhos pertencentes aos distritos de Braga e da Guarda. O principal propósito é compreender se a agricultura familiar permite combater a desertificação sentida nos concelhos em análise. Para tal, e além da revisão da literatura e a caracterização sociodemográfica dos concelhos, foi recolhida informação através de entrevistas aplicadas a um conjunto de vinte e sete informadores privilegiados, entre os quais Câmaras Municipais, Associações de Agricultores e os agricultores.

Constatou-se que a ligação entre agricultura familiar e desertificação é indissociável. A agricultura familiar praticada nos concelhos em causa tem contribuído para a preservação dos produtos agrícolas, do património cultural e ambiental. No entanto não atrai jovens nem contribui para o desenvolvimento rural.

Palavras-chave: Agricultura familiar, desertificação, desenvolvimento rural, território

ABSTRACT

The thesis presents the results of the research developed from study of cases corresponding to six municipalities belonging to the districts of Braga and Guarda. The main purpose is to understand whether the family farming helps to combat desertification felt in the municipalities in analysis. Using the interview applied to a set of twenty-seven informants privileged including city councils, farmers' associations and farmers, it was found that family farming does not combat desertification while farmers, the city councils and Associations farmers, have contributed positively to it.

It was also found that the link between family agriculture and desertification is unbroken. Family farming practiced in the municipalities in question has contributed to the preservation of agricultural products, the cultural and environmental heritage. However it does not attract young people or contributes to rural development.

Keywords: Family farm, desertification, rural development, territory

ÍNDICE

AGRADECIMENTOS.....	VII
RESUMO	IX
ABSTRACT	X
ÍNDICE DE QUADROS.....	XIII
ÍNDICE DE FIGURAS	XIV
GLOSSÁRIO DE SIGLAS	XV
I. INTRODUÇÃO	1
1. Justificação	4
2. Estrutura do trabalho de investigação.....	4
II. ENQUADRAMENTO TEÓRICO	7
2.1 Agricultura familiar	8
2.2 Território	11
2.3 Desenvolvimento Rural.....	13
2.4 Desertificação.....	17
III. AGRICULTURA FAMILIAR FACTOS E CONTEXTOS.....	21
3.1. Agricultura familiar versus agricultura de subsistência	22
3.2. A agricultura familiar na Europa.....	23
3.3. A agricultura familiar em Portugal.....	24
IV. POLÍTICAS PÚBLICAS E AGRICULTURA FAMILIAR.....	27
4.1. Política Agrícola e de Desenvolvimento Rural	28
4.2. Política Agrícola e de Desenvolvimento Rural e Agricultura Familiar.....	31
4.3. PDR 2007-2013 / 2014-2020	32
4.4. Política de Coesão Territorial.....	35
V. METODOLOGIA.....	37
VI. AGRICULTURA FAMILIAR E DESERTIFICAÇÃO NOS DISTRITOS DE BRAGA E DA GUARDA.....	43
6.1. Caracterização do território em análise	44
6.1.1. Demografia.....	48
6.1.2 Agricultura praticada no distrito de Braga	50
6.1.4 Agricultura praticada no distrito da Guarda	56
VII. ANÁLISE DOS RESULTADOS	63
7.1 Agricultura familiar e desenvolvimento rural: Perspetivas das Câmaras Municipais e das Associações de agricultores.....	69
7.2 Agricultura familiar e desertificação: Perspetivas dos agricultores	72

7.3 Iniciativas para travar a desertificação nos concelhos em estudo.....	76
CONCLUSÃO	79
BIBLIOGRAFIA.....	83
ANEXOS.....	89
<i>Anexo A</i> - Guião da entrevista ao Presidente de Câmara dos concelhos de Figueira Castelo Rodrigo, Mêda, Trancoso, Amares, Vila Verde e Vieira do Minho.....	90
<i>Anexo B</i> - Guião da entrevista ao Presidente de Associação de Agricultores dos concelhos de Figueira Castelo Rodrigo, Mêda, Trancoso, Amares, Vieira do Minho e Vila Verde.	92
<i>Anexo C</i> - Guião da entrevista aos agricultores dos concelhos de Figueira de Castelo Rodrigo, Mêda e Trancoso, Amares, Vila Verde e Vieira do Minho	95
<i>Anexo D</i> – Análise de Conteúdo das Entrevistas dos Presidentes de Câmara dos Concelhos de Amares e Vieira do Minho.	97
<i>Anexo E</i> – Análise de Conteúdo das Entrevistas dos Presidentes das Associações / Cooperativas Agrícolas	106
<i>Anexo F</i> – Análise de Conteúdo das Entrevistas dos Agricultores do concelho de Figueira Castelo Rodrigo.....	114

ÍNDICE DE QUADROS

Quadro 1 - Descrição dos agricultores entrevistados no distrito de Braga	40
Quadro 2 - Descrição dos agricultores entrevistados no distrito da Guarda	41
Quadro 3 - Distribuição populacional do distrito de Braga	48
Quadro 4 - Distribuição da população empregada por setor de atividade	49
Quadro 5 - Distribuição populacional do distrito de Guarda	49
Quadro 6 - Distribuição da população empregada por setores de atividade	50
Quadro 7 - Distribuição da população do distrito de Braga	51
Quadro 8 - Distribuição da população ativa pelos setores de atividade	51
Quadro 9 - Indicadores de envelhecimento da população do distrito de Braga	52
Quadro 10 - Ocupação da área agrícola	54
Quadro 11 - Explorações especializadas em produção vegetal, animal e mista	54
Quadro 12 - Distribuição da população do distrito da Guarda	57
Quadro 13 - Distribuição da população ativa pelos setores de atividade	57
Quadro 14 - Índice de Envelhecimento da população do distrito da Guarda	58
Quadro 15 - Ocupação da área agrícola	59
Quadro 16 - Análise de conteúdo das entrevistas concedidas pelos Presidentes de Câmara dos Concelhos de Amares e Vieira do Minho	97
Quadro 17 - Análise de conteúdo das entrevistas concedidas pelos Presidentes de Câmara dos Concelhos de Figueira de Castelo Rodrigo, Mêda e Trancoso	102
Quadro 18 - Análise de conteúdo das entrevistas concedidas pelos Técnicos das Associações, AJAIC, AARTVC e BCA	106
Quadro 19 - Análise de conteúdo das entrevistas concedidas pelos Presidentes/Responsáveis das Cooperativas Caviver e CAVM e Associação ATAHCA,	111
Quadro 20 - Análise de conteúdo das entrevistas concedidas pelos agricultores dos concelhos de Figueira Castelo Rodrigo	114
Quadro 21 - Análise de conteúdo das entrevistas concedidas pelos agricultores dos concelhos de Mêda	120
Quadro 22 - Análise de conteúdo das entrevistas concedidas pelos agricultores dos concelhos de Trancoso	127
Quadro 23 - Análise de conteúdo das entrevistas concedidas pelos agricultores dos concelhos de Amares	132
Quadro 24 - Análise de conteúdo das entrevistas concedidas pelos agricultores dos concelhos de Vieira do Minho	138
Quadro 25 - Análise de conteúdo das entrevistas concedidas pelos agricultores dos concelhos de Vila Verde	142

ÍNDICE DE FIGURAS

Figura 1 - Representação esquemática do quadro teórico e conceptual	8
Figura 2 - Representação gráfica os distritos de Braga e Guarda no território português continental .	45
Figura 3 - Representação gráfica da área do distrito de Braga por municípios	46
Figura 4 - Representação gráfica da área do distrito da Guarda por municípios.....	47

GLOSSÁRIO DE SIGLAS

AARTVC	Associação dos Agricultores da Ribeira Teja e Vale do Côa
AJAC	Associação dos Jovens Agricultores Interior Centro
ATAHCA	Associação de Desenvolvimento das Terras Altas do Homem, Cávado e Ave
CAP	Confederação dos Agricultores de Portugal
CAVIVER	Cooperativa Agrícola de Vila Verde
CEE	Comunidade Económica Europeia
CIRAD	Centre de Coopération en Recherche Agronomique pour le Développement
CNA	Confederação Nacional dos Agricultores
CNUD	Convenção das Nações Unidas para o Combate à Desertificação
DOP	Denominação de Origem Protegida
FAO	Food and Agriculture Organization
FEADER	Fundo Europeu Agrícola de Desenvolvimento Rural
FEDER	Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional
FSE	Fundo Social Europeu
GPP	Gabinete de Planeamento, Políticas e Administração Geral
IMT	Imposto Municipal sobre as Transmissões
INE	Instituto Nacional de Estatística
LEADER	Ligações entre Ações de Desenvolvimento da Economia Rural
NUT	Nomenclatura de Unidade Territorial
OCDE	Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico
PAC	Política Agrícola Comum

PDR	Plano de Desenvolvimento Rural
PRODER	Programa de Desenvolvimento Rural
PRORURAL	Programa de Desenvolvimento Rural da Região dos Açores
RGA	Recenseamento Agrícola
RPU	Regime de Pagamento Único
SAU	Superfície Agrícola Utilizada
TI	Territórios Intermédios
TR	Zonas Predominantemente Rurais
TU	Zonas Predominantemente Urbanas
UE	União Europeia

I. INTRODUÇÃO

Este trabalho de investigação insere-se no Mestrado em Estudos de Desenvolvimento, Desenvolvimento Sustentável do ISCTE-IUL – Instituto Universitário de Lisboa. Neste contexto, tem como finalidade a obtenção de grau de mestre e por título “Agricultura familiar e a desertificação: Estudos de casos nos distritos de Braga e da Guarda”. O tema “Agricultura familiar e a desertificação: Estudos de casos nos distritos de Braga e da Guarda” resulta de uma reflexão que vem sendo feita ao longo da formação académica. Assim, o intuito desta investigação foi clarificar o nosso objeto de estudo com a intenção de problematizar o que pretendemos estudar. Segundo Fortin, Vissandjée e Côté (1998: 48 citado por Reis, 2014: 2), a problematização encontra-se associada a um sentimento “(...) que causa mal estar, uma irritação, uma inquietação, e que, por consequência, exige uma explicação ou pelo menos uma melhor compreensão do fenómeno observado.” Assim, e conforme, Reis (2014: 2) “estes autores referem ainda que um problema de investigação advém de uma situação que requer uma solução e que carece de aprofundamento”.

A crescente desertificação nos distritos de Braga e Guarda provoca um problema grave para estas duas regiões e “o abandono das terras” é uma situação que muito dificilmente as entidades locais conseguem inverter. Com uma tradição bem enraizada, a agricultura familiar predomina nestes dois distritos. Este tipo de atividade não é valorizada, podendo-se afirmar que é rejeitada por parte da população jovem que reside nestes territórios por ser pouco dignificante.

Ao longo dos últimos anos, assistimos a alterações profundas nos territórios rurais nacionais. Essas alterações são de ordem social, económica e ambiental e relacionam-se, nomeadamente, com a abertura de novos mercados, a adesão de Portugal à União Europeia (UE) e também com a implementação da Política Agrícola Comum (PAC) que não favoreceu os pequenos agricultores. Portugal é uma das mais pequenas economias europeias e caracteriza-se pela presença de vastas áreas rurais, onde a agricultura constitui a atividade que neste momento mais afeta a conservação dos solos e dos recursos hídricos. Com efeito, a perda significativa da população rural para os grandes centros urbanos e, o abandono sucessivo dos territórios rurais, transformando-os em espaços sem vida e desocupados, apresenta problemas ambientais. A utilização desenfreada dos recursos não renováveis sem uma consciencialização traduz-se num empobrecimento rural e o despovoamento das terras sobretudo do interior norte e centro de Portugal.

Com a migração interna da população dos distritos norte e interior para o litoral ou para o estrangeiro em busca de uma vida melhor, o envelhecimento dos agricultores, as áreas florestais

diminuídas pelos incêndios e o desaparecimento de um conhecimento e de práticas que estavam com os mais velhos, os territórios rurais estão cada vez mais ao abandono. Existem aldeias que até há cerca de dez ou quinze anos eram povoadas e que estão atualmente desertas.

A agricultura familiar praticada nos distritos de Braga e da Guarda continua a lutar com grandes défices em mão-de-obra. A grave crise financeira agravou a situação económica e social de Portugal, e veio aumentar o desemprego nas regiões em causa que, no ano de 2011, atingiu 14.3% e 6.2%.¹ Por outro lado, os jovens à procura do primeiro emprego e com poucas qualificações profissionais, sem qualquer perspetiva de colocação na área de formação, fogem das zonas rurais sem imaginar o grande potencial de empregabilidade que a agricultura oferece. São poucos os casos de empregabilidade na agricultura nos distritos de Braga e da Guarda, os jovens que apostam na atividade agrícola, muitos deles altamente qualificados, desconhecem as práticas que requerem este tipo de atividade, bem como as obrigações legais impostas pela PAC. Outros problemas que os agricultores enfrentam dizem respeito à dimensão dos terrenos agrícolas e aos acessos aos terrenos, uma vez que a maior parte do território minhoto e beirão possui características montanhosas, sendo por esse motivo, os caminhos são apertados e sinuosos, e os terrenos distribuem-se em socalcos.

Contudo, ainda assim, os novos agricultores apostam na agricultura familiar que tem vindo a desenvolver um papel fundamental para a recuperação de cultivo e preservação do património genético. Esta é vista como um elemento vital para a sustentabilidade das populações rurais. Foi por este motivo que a Organização das Nações Unidas para a Agricultura e a Alimentação (FAO) escolheu o ano 2014 como sendo o Ano Internacional da Agricultura Familiar, com o intuito de ressaltar este tipo de agricultura como uma forma de exploração da terra e chamar a atenção para alguns problemas graves e urgentes que a humanidade tem vindo a viver, como a fome, a pobreza, a segurança alimentar, a preservação do ambiente e dos recursos naturais e o desenvolvimento rural.

Face a esta problemática e, considerando a importância que este tipo de atividade pode gerar no combate à desertificação, procedemos à identificação do objeto de estudo e à formulação da pergunta de partida que constituirá o fio condutor do presente trabalho.

Assim, o objetivo desta investigação é perceber qual o contributo da agricultura familiar no combate à desertificação nos distritos de Braga e da Guarda e contribuir para o desenvolvimento rural dos territórios em análise, definindo estratégias para a fixação de população jovem

¹ Dados fornecidos pelo INE (2011)

procurando, por exemplo, perceber se as intervenções desenvolvidas pelas Câmaras Municipais, as Associações / Cooperativas e os agricultores têm ou não contribuído para a resolução do problema da desertificação. Com efeito, pretendemos que os resultados da investigação possam servir de base a soluções concretas relacionadas com a dinamização da agricultura familiar no combate à desertificação.

A pergunta de partida da investigação é a seguinte: Qual o papel da agricultura familiar no combate à desertificação nos distritos de Braga e da Guarda?

1. Justificação

A pouca informação académica sobre a realidade da agricultura familiar e a desertificação nos distritos de Braga e da Guarda despertou, desde logo, o nosso interesse sobre a realidade rural destes dois territórios. A fraca produtividade agrícola, as poucas explorações agrícolas, bem como as dificuldades provocadas pelo declive geográfico e os condicionalismos climatéricos, o envelhecimento da população e o abandono das terras, constituem, hoje em dia, grandes desafios no combate à desertificação. Estamos cientes que estes desafios não poderão deixar indiferente qualquer cidadão do território em análise. É importante referir que o futuro dos territórios desertificados passará por articulações entre os diferentes intervenientes tendo em vista o desenvolvimento rural.

2. Estrutura do trabalho de investigação

Para o desenvolvimento desta dissertação, optámos por dividi-la em três partes distintas.

A primeira parte, correspondente à introdução, permite-nos conhecer os objetivos do trabalho de investigação, dar a conhecer o tema do estudo, o que se pretende alcançar e o motivo do mesmo.

A segunda parte apresenta conceitos de agricultura familiar, território, desenvolvimento rural e desertificação.

A terceira e última parte apresenta o estudo de caso – Agricultura familiar e desertificação: Estudos de casos nos distritos de Braga e da Guarda. Esta parte encontra-se dividida em quatro capítulos: “Agricultura familiar e realidades” cujo objetivo é distinguir a

agricultura familiar e agricultura de subsistência, situar e dar-nos a conhecer as características da agricultura na Europa, bem como em Portugal; “Apresentação das políticas públicas”, mais precisamente da PAC e da Política de Desenvolvimento Rural e a Política de Coesão Territorial; “Caracterização demográfica e socioeconómica dos distritos de Braga e Guarda”, caracterização da agricultura familiar nos concelhos de Amares, Vila Verde, Vieira do Minho (Braga), Figueira de Castelo Rodrigo, Mêda e Trancoso (Guarda).

O quarto capítulo compreenderá uma discussão dos resultados cujo objetivo prende-se com o facto de conhecer a realidade vivida nos concelhos em análise, do ponto de vista dos agricultores, presidentes de Câmara e associações de agricultores.

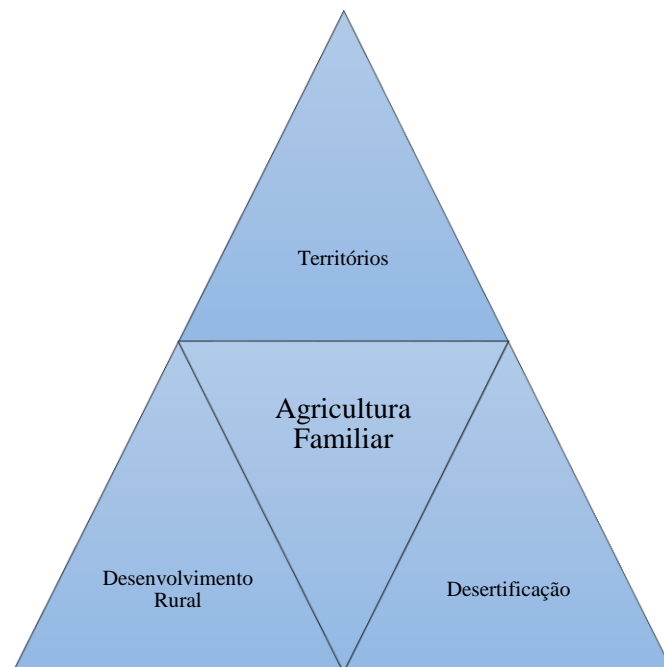
II. ENQUADRAMENTO TEÓRICO

2.1 Agricultura familiar

Quando referimos o conceito de agricultura familiar, referimo-nos a um conceito amplo e abrangente. Quando abordamos o conceito de agricultura na literatura, este surge associado à alimentação e à segurança alimentar, aborda-se a sustentabilidade dos territórios rurais, da gestão de recursos naturais, do ambiente e das paisagens dos territórios rurais, fala-se também da coesão económica e social baseada nas populações, nas famílias que aí trabalham e retiram o seu sustento e vivem no meio rural. É de salientar que sem coesão económica e social não haverá desenvolvimento inclusivo das pessoas e dos territórios, nem se inverterá a trajetória de perda de recursos e de esperança, que fenómenos como o crescimento do desemprego, da emigração e das desigualdades entre pessoas e entre territórios revelam e alimentam. (Rolo et al., 2014: 7).

Figura 1 - Representação esquemática do quadro teórico e conceptual

“Dinâmicas da agricultura familiar”



Fonte: Elaboração própria

A agricultura familiar representa a base do paradigma multifuncional da agricultura portuguesa. Nessa medida, convém, realçar a importância do seu papel na produção de bens

alimentares bem como dos bens públicos e das externalidades que a mesma proporciona. No entanto, podemos dizer que o papel mais importante da agricultura familiar nas zonas rurais é o seu contributo para a estabilidade estrutural e social nos territórios rurais devido à sua grande adaptabilidade e capacidade de resiliência em situações de crise, pela sua importância na criação de trabalho local e na garantia dos rendimentos familiares. A agricultura familiar ocupa um lugar de destaque nas atividades humanas, desde tempos remotos.

O INE² define a agricultura familiar como sendo uma agricultura praticada por produtores singulares maioritariamente autónomos, o que significa que utilizam principalmente mão-de-obra familiar. O INE caracteriza a população de mão-de-obra familiar como sendo o conjunto de pessoas que fazem parte do agregado doméstico do produtor quer trabalham ou não na exploração, bem como os outros membros da família que não pertencendo ao agregado doméstico, participam regularmente nos trabalhos agrícolas da exploração.

Igualmente para Muteia (2014: 8-9) “a agricultura familiar é operada predominantemente pelos membros da família, com ou sem uso de mão-de-obra externa sazonal, (...) ela representa certamente a forma predominante de organização produtiva agrícola no mundo, (...). Para além do seu reconhecido valor económico, a agricultura familiar tem uma grande importância social e cultural, uma vez que foi através dela que as primeiras comunidades humanas se sedentarizaram e se estruturaram. Muitos destes valores são os pilares da organização social, não só no campo, como na cidade. Cumprem também um papel na preservação de tradições milenares: festividades, cânticos, danças e dietas tradicionais”.

No mesmo seguimento de ideias Schneider (2003: 103) define a agricultura familiar como sendo uma agricultura predominantemente com base na utilização de força de trabalho dos membros da família. Para Gasson e Errington (1993), citados por Abramovay (1997), “a agricultura familiar é caracterizada por uma gestão familiar, os responsáveis do projeto são ligados entre si por laços de parentesco, o trabalho é fundamentalmente familiar, o capital investido no projeto pertence à família, o património e ativos são objeto de transferência inter-relacional e os membros da família vivem na unidade produtiva”.

Blum (1999) na sua obra *Agricultura Familiar*, salienta algumas características relacionadas com o agricultor familiar.

² Instituto Nacional de Estatísticas

“A gestão da propriedade rural é feita pela família, o trabalho é desempenhado na sua maior parte pela família, os fatores de produção pertencem à família (exceto às vezes a terra) e são possíveis de sucessão” (Blum, 1999: 62).

Por sua vez, Lamache (1993) identifica a agricultura familiar como sendo uma unidade de produção agrícola onde propriedade e trabalho estão intimamente ligados à família.

“A exploração familiar tal como a concebemos, corresponde a uma unidade de produção agrícola onde propriedade e trabalho estão intimamente ligados à família. A interdependência destes três fatores no funcionamento da exploração engendra necessariamente noções mais abstratas e complexas, tais como a transmissão do património e a reprodução da exploração” (Lamache, 1993: 15).

Porém, o Plano de Desenvolvimento Rural 2020 considera a agricultura como estando associada a explorações de reduzida dimensão física e de pequena e muito pequena dimensão económica pouco especializadas ou não especializadas, frequentemente caracterizada pela pluriatividade e pelo plurirrendimento dos agregados familiares que apresentam custos de oportunidade baixos.

Por sua vez, a FAO declarou 2014 como o Ano da Agricultura Familiar e é através desta iniciativa que pretende difundir, a fim de poder dar ênfase a este tipo de agricultura, uma definição de agricultura que engloba todo o tipo de atividades agrícolas de base familiar e que está ligada a diversas áreas de desenvolvimento rural. É de salientar que este tipo de agricultura marca presença em todos os continentes e em todos os ecossistemas.

Reforçando o que já foi mencionado, o CIRAD³ considera que a agricultura familiar é uma forma de organização da produção agrícola que reúne explorações agrícolas caracterizadas pelo trabalho familiar, excluindo o trabalho assalariado permanente. Segundo dados disponibilizados pelo CIRAD (2014), existem no mundo atual 1.3 bilhão de pessoas que trabalham na agricultura familiar. Este tipo de atividade é fonte de empregabilidade em todo o mundo, comercializa produtos alimentares, e reúne a população mais empobrecida. A agricultura familiar totaliza menos de 5% da população ativa na Europa, bem como nos Estados Unidos da América, empregando cerca de 40% da população ativa no resto do mundo (59% da população ativa na China, 53% na Índia e 53% em África). Totaliza ao todo 500 milhões de explorações agrícolas em todo o mundo. Contudo, 95% destas explorações agrícolas

³ Centre de Coopération Internationale en Recherche Agronomique pour le Développement

contabilizam menos de 5 hectares. Explorações com uma área de mais de 10 hectares encontram-se situadas na Europa e nos Estados Unidos da América.

2.2 Território

Ao longo do tempo os territórios desempenharam funções económicas e sociais influenciados pelas conjunturas socioeconómicas de cada era, existindo assim diversas definições do conceito de território, tendo por base critérios qualitativos. Importa entender, em primeiro lugar, o significado do conceito, a forma como está estruturado no tempo e no lugar, bem como as diferentes funções que lhe são atribuídas.

Para Bozzano (2009), a palavra território provém do vocábulo latino *terra torium* que significa “a terra que pertence a alguém” ao qual se adicionou *stlocus* que significa “lugar, sítio”.

O conceito de território está associado à ideia de lugar, local de residência, ou simplesmente o espaço onde se realizam as mais variadas relações entre os agentes, sejam eles sociais ou económicas.

No entanto, é frequente o conceito de território ter várias abordagens, existindo uma ambiguidade do conceito com a noção de espaço, localidade e região.

Para Dolfus (1976, citado por Reis, 2014: 11) o território é um espaço geográfico detentor de uma dupla característica: local e diferenciado. Segundo o autor, o território é local porque está situado e confinado a um dado local do espaço terrestre. Em relação à sua diferenciação, esta é-lhe dada pelo facto de ser único ou seja não é reproduzido.

Marques (2010) definiu o conceito de território como sendo um espaço socialmente edificado, detentor de recursos naturais e de uma história construída pelos homens que nele interagem através de uma organização de valores e regras, de arranjos institucionais que lhes conferem expressão, e de formas sociais de organização de população.

George (1994), por sua vez, apresenta-o como sendo um espaço qualificado por uma pertença jurídica, ou seja, é um espaço político onde é exercida a autoridade política de um Estado ou do poder local. Posteriormente, o conceito de território evoluiu para o conceito de espaço apropriado com uma consciência de apropriação (Brunet et al, 1992 citado por Valbuena, 2010).

Para Naranjo (2000), o território é um espaço geográfico ocupado por um ser ou um conjunto de seres, sobre o qual se manifestam as relações de sobrevivência e reprodução, ou seja, é um espaço geográfico em que se vive e onde se estabelecem relações sociais e que requer uma gestão para bem dos indivíduos ou da comunidade.

Para Montañez (2001, citado por Valbuena, 2010), o conceito de território remete para um espaço geográfico revestido de dimensões políticas, afetivas e de identidade.

Para Geiger (1996, citado por Valbuena, 2010), o território é uma extensão terrestre que inclui uma relação de poder ou de posse por parte de um indivíduo ou grupo social que contém limites de soberania, propriedade, apropriação, disciplina, vigilância e jurisdição e transmite a ideia de espaço fechado por barreiras ou fronteiras.

Di Meo (1993) caracteriza o território como sendo um fragmento espacial onde se juntam três tipos de estruturas distintas: a infraestrutura, a superestrutura e a metaestrutura.

A infraestrutura está relacionada com o espaço físico que inclui a componente humana e a esfera das atividades económicas; a superestrutura representa os campos políticos, ideológicos e simbólicos; a metaestrutura estabelece a relação entre o indivíduo e o espaço, representando o espaço vivido.

Para Rolo (2014), “o território pode ser dividido em três categorias, a saber: organização do povoamento e dos espaços residenciais; atividades das pessoas; e, por fim, o ordenamento e uso do espaço biofísico envolvente” Rolo (2014: 9).

Para Schneider (2008), o conceito de território é ubíquo e amplo. Segundo este autor o conceito de território é aplicado nos diferentes campos das ciências sociais, sendo possível analisá-lo no âmbito de três paradigmas.

- O paradigma sociológico ou das ciências sociais que tende a definir o território a partir da relação humana com o espaço, no qual se desenvolvem ações, relações e interações sociais bem como culturais com a finalidade de desenvolver a afinidade dos grupos ou comunidades com o propósito de personalizar a sua identidade, garantindo desta maneira as tradições culturais e sociais com intenção de preservar a relação dos indivíduos com o seu lugar no espaço.

- O paradigma geográfico, permitindo a modificação do espaço em espaços arquitetados, adaptados ou construídos por um grupo de indivíduos capazes de mantê-los sob sua guarda ou domínio com o objetivo de assegurar o controlo do território.

- O paradigma económico que está associado ao conceito de região na qual o território é visto como um fator de desenvolvimento económico regional.

Por sua vez, Haesbaert (2002) inclui uma dimensão imaterial, ou seja, a existência de poderes invisíveis subentendidos. Existe literatura científica que enfatiza de forma mais intensa a opinião de Haesbaert que, para além de se destacar uma dimensão materialista do território, não deixa de incorporar outra dimensão de apropriação simbólica. Autores como Bonnemaïson e Cambrézy (citado em Haesbaert, 2002) adotam a perspectiva onde a ideia de pertença ao território acarreta a representação da identidade cultural. Para estes autores, o território é acima de tudo um valor. Existe uma obrigação por parte da sociedade humana em estabelecer uma ligação entre os valores morais, espirituais, simbólicos e afetivos. Por conseguinte, e ainda segundo estes autores, o território cultural antecede o território político e o território económico.

Segundo Amaro (1990), o território é um espaço apropriado, organizado e reconhecido de um ponto de vista político, social, económico, e ideológico por um grupo ou classe social em nome da população que nele habita e trabalha e com ele se identifica (Amaro, 1990: 41). Para o autor, esta definição presume que existe uma afinidade com a noção de território, bem como um sentimento de solidariedade com o mesmo.

2.3 Desenvolvimento Rural

O conceito de desenvolvimento tem sido um dos mais importantes e polémicos nas Ciências Sociais (Amaro, 2004: 37).

Segundo este autor, existem várias razões que ajudam a explicar a importância e o interesse do conceito de desenvolvimento no Pós Segunda Guerra Mundial, entre os quais merece destaque a reconstrução da Europa com o apoio do Plano Marshall a fim de reconstruir os países europeus destruídos durante o conflito bélico e o facto de várias antigas colónias europeias iniciarem o processo de independência movidos por ventos de mudança e conquista da liberdade.

Ainda segundo Amaro (2004: 52) a partir dos anos 60/70, devido a indicadores e manifestações de mal-estar social, o termo desenvolvimento é revitalizado com novas abordagens que vieram alterar. Essas abordagens deram lugar a seis novos conceitos: Desenvolvimento Sustentável, Desenvolvimento Local, Desenvolvimento Participativo, Desenvolvimento Humano, Desenvolvimento Social, e, por fim, Desenvolvimento Integrado. A estes conceitos de desenvolvimento propomos a inclusão de um outro conceito: de Desenvolvimento Rural que irá articular-se com o de Desenvolvimento Local.

Segundo Amaro (2003) o desenvolvimento local expressa “fundamentalmente o processo de satisfação de necessidades e de melhoria das condições de vida de uma comunidade local, a partir essencialmente das suas capacidades, assumindo aquela o protagonismo principal nesse processo e segundo uma perspetiva integrada dos problemas e das respostas” (Amaro, 2003: 57). Segundo Reis (2014), o “desenvolvimento local deverá ser entendido como um processo transformacional direcionado para uma comunidade específica (residente num dado local), visando responder a problemas e necessidades dessa mesma comunidade (Reis, 2014: 23). Ainda segundo esta mesma autora, o processo transformacional “implica, naturalmente, a mobilização da comunidade através de dinâmicas de solidariedade ativas, apostando nas capacidades endógenas em conjugação com os recursos exógenos existentes. Esta transformação recorre a uma metodologia participativa e educativa assente numa dinâmica de empowerment” (Reis, 2013: 23).

Podemos afirmar que o desenvolvimento local pretende potencializar capacidades e potencialidades da localidade, proporcionando às autoridades locais (Câmaras Municipais, Juntas de Freguesia, Associações de Agricultores) a oportunidade de criar respostas adequadas aos problemas sentidos no território e pelas respetivas populações. O desenvolvimento local promove a participação e o diálogo entre os diferentes agentes (partes públicas e privadas), a fim de melhorar as condições de vida da população. O desenvolvimento local é um processo que interliga várias dimensões social, económica e ambiental relativa a um determinado território com o intuito de oferecer melhores condições de trabalho e melhores condições de vida. Mais concretamente, o desenvolvimento local representa uma transformação nas bases das atividades económicas e sociais com o objetivo de desenvolver comunidades locais utilizando para tal soluções inovadoras e mobilizadoras da coletividade.

Segundo Reis, o desenvolvimento local promoveu a evolução dos espaços rurais nas décadas de 80 e 90 do século XX (Reis, 2014: 23). No entanto, foi durante as duas décadas anteriores que a Comunidade Europeia se debruçou sobre os problemas que os meios rurais atravessavam, recorrendo as estratégias para promover o desenvolvimento local apostando na “reestruturação dos sistemas produtivos” (Pinto, 2014: 52 citado por Reis, 2014: 23) com o intuito de melhorar as condições dos meios rurais.

As estratégias do desenvolvimento rural podem ser resumidas em três aspetos: as infraestruturas com a criação e melhoria de redes ferroviárias, e de outras infraestruturas de transporte e de comunicação; os recursos humanos que dizem respeito ao acesso à informação,

à formação e à inovação; e, por fim, a organização territorial na qual se assistiu a um envolvimento dos decisores públicos e privados.

Entre os anos 50 e 60 do século XX o conceito de Desenvolvimento Rural conheceu várias abordagens e foi palco de vários ideais. Após a Segunda Guerra Mundial, os territórios rurais eram vistos e considerados como uma reserva da economia urbana cuja função era a de produzir alimentos, a fim de sustentar a população da urbe. Após o fim da Guerra o rural deixa de ser considerado como reserva do território urbano e passa a ser um elemento indispensável da balança comercial. Surge então uma necessidade de modernizar o rural bem como a atividade agrícola.

Ao abordar o desenvolvimento rural devemos ter em consideração a definição de rural. Para Rolo et al. (2014: 9), “o rural não tem uma definição objetiva e inequívoca.” Para estes autores, o rural existe, mais que não seja porque existem políticas públicas que o têm como objeto” (Rolo et. al. 2014: 9). Porém, e segundo os mesmos autores, “o rural assume-se como opção nuclear os aglomerados populacionais de pequena dimensão (lugares ou povoados) que são um referencial chave para os delimitar” (Baptista, 2001, citado por Rolo et al.2014: 9). A população rural compreende a “população que reside isolada e em aglomerados populacionais com menos de dois mil habitantes” (Rolo, 2014: 9).

Em termos legais, a superfície rural, por sua vez, é toda “a superfície não urbana, ou seja, a superfície das categorias de solo rural destinadas ao aproveitamento agrícola, pecuário e florestal ou geológicos, a espaços naturais de proteção ou de lazer ou a outros tipos de ocupação humana que não lhe confirmam o estatuto de solo urbano” (Dec. Regulamentar nº 11/2009) citado em Rolo (2014: 9).

Segundo Ferreira (2014), as tipologias da ruralidade evidenciam a enorme diversidade das áreas rurais entre e dentro dos países considerados. Não existem tipologias universais, os dados quantitativos não permitem identificar vários processos em curso ou as trajetórias históricas de cada área rural. O trabalho realizado pela OCDE sobre indicadores e estatísticas territoriais (TSI) estabeleceu um esquema territorial que cobre o território dos membros da OCDE, distingue diferentes níveis hierárquicos de detalhe territorial (cerca de 2200 regiões e 70.000 comunidades locais). As zonas rurais são profundamente diversas entre si e podem ser classificadas em três grupos ou tipologias, (Abramovay, 2003, citado em Serra, 2014: 7) indica três características básicas do meio rural: i) a proximidade da natureza, ii) a densidade populacional, e iii) a dependência dos centros urbanos.

Para Ferreira (2014), dependendo do propósito analítico, as unidades territoriais podem ser caracterizadas e agrupadas de acordo com várias tipologias. No âmbito da OCDE, a distinção entre rural e urbano é feita a partir do critério densidade populacional (rural ≤ 150 habitantes/km²). Assim, e ao nível regional, são identificadas três grandes unidades funcionais e administrativas a partir do seu nível de ruralidade ou seja o número de pessoas que vivem em comunidades rurais: a) Regiões predominantemente rurais com cerca de 50% da população a viver em comunidades rurais; b) Regiões intermédias onde 15 – 50% da população vive em comunidades rurais; e, por fim, c) Regiões predominantemente urbanas em que menos de 15% da população vive em comunidades rurais.

Terluim (2003: 328-329) define rural como:

“uma unidade territorial com uma ou mais pequenas ou médias cidades circundadas por grandes áreas de espaço aberto, com uma economia regional compreendendo atividades agrícolas, industriais e de serviços e uma população com densidade relativamente baixa.”

Segundo Baptista, (2001: 55)

“O espaço [rural] é agora procurado por urbanos, consumidores da natureza e das atividades que esta proporciona. O mercado já não se limita a pôr em relação, através das trocas de produtos agrícolas e de equipamentos e tecnologias, dois espaços produtivos: a cidade industrial e o campo agrícola. Hoje envolve todo o território numa teia diferenciada de atividades e de fluxos económicos.”

Resultante desta realidade, e no nosso ponto de vista, importa alegar que o desenvolvimento rural tem como finalidade restituir ao espaço rural abandonado a sua função de salvaguardar a biodiversidade que tem sido alvo de destruição e abandono por parte da mão humana devido a sucessivas políticas e decisões erradas e, deverá ser um agente ativo na melhoria das condições de vida no meio rural, fomentar a inclusão social, travar a desertificação e promover e valorizar as potencialidades que o rural oferece.

2.4 Desertificação

A desertificação corresponde a uma perda progressiva da fertilidade do solo, pela destruição da sua estrutura e composição, o que não permite boas condições agrícolas, nem a existência de uma vegetação com variedade de espécies naturais.

A desertificação é uma das mais dramáticas consequências do uso descontrolado dos recursos naturais como, por exemplo, o uso abusivo do solo, da água, provocando uma degradação da paisagem, uma diminuição da capacidade produtiva dos ecossistemas, o aumento da pobreza e respetiva perda de qualidade de vida.

Segundo o Secretário-geral das Nações Unidas, Ban Ki-Moon (2006), a desertificação "é um dos processos mais alarmantes de degradação ambiental".

Para Charrua (2014), "o conceito de desertificação começou a obter mais atenção no início dos anos 70, numa tentativa de se compreender um longo período de anos com seca, o que veio trazer um grande problema económico, social e ambiental no Sahel Africano" (Charrua, 2014: 18). Segundo o mesmo autor, "a desertificação é um problema que ocorre em todos os continentes exceto na Antártida e manifesta-se sobretudo nas terras secas e os seus efeitos são notórios à escala local, regional, nacional e global (Charrua, 2014: 8). Em consequência desta seca, foi criada pelas Nações Unidas a Conferência da Desertificação em 1977, em Nairobi, capital do Quênia.

Ainda segundo o mesmo autor, "os principais objetivos desta Convenção eram a elaboração de um mapa mundial de áreas suscetíveis à desertificação, a recolha de todas as informações existentes sobre a desertificação para que pudessem ser feitos vários estudos e a elaboração de um Plano de Ação de Combate à Desertificação" (Charrua, 2014: 18).

A CNUCD assume particular relevância para Portugal que se situa na região mediterrânica norte, onde já se identificaram fatores e fenómenos ligados à desertificação. Portugal enquadra-se no Anexo IV, identificado pela CNUCD como anexo regional do Mediterrâneo Norte. A desertificação é um processo que ocorre durante um intervalo de tempo relativamente grande e, é um processo influenciado pelo homem mas não só.

Como principal consequência da desertificação, assistimos ao abandono das terras por perda da fertilidade do solo, diminuição da qualidade de vida da população e consequente emigração. Em virtude destes movimentos migratórios, assiste-se a um crescimento da população urbana, a um aumento do desemprego, problemas de poluição, bem como ambientais.

Para alguns autores, a desertificação só diz respeito à degradação do solo e existe uma diferença entre desertificação e despovoamento embora sejam usados como sinónimos.

Não é essa, no entanto, a opinião de Roxo (2011) para quem existe uma lamentável confusão associada à palavra “desertificação”. Segundo esta autora, o fenómeno de desertificação tem sido erradamente confundido com o despovoamento, que afeta grande parte do interior do país. No entanto, estes dois fenómenos estão interligados, a perda de fertilidade dos solos acaba por levar ao declínio da agricultura, ao abandono da terra e consequentemente à imigração.

Em consequência, Vilela citado por Pedroso (2005) considera que o termo despovoamento significa o processo gradual da perda da população. No entanto, esta noção “tem perdido vitalidade e tem vindo a ser substituída, não raramente por “desertificação”, entenda-se apenas, na sua vertente de “desertificação humana” (Pedroso et al, 2005: 188). No presente trabalho, optámos por usar o termo de desertificação e não despovoamento, justamente pelo facto de se ter vulgarizado o seu uso associado à perda de população.

Segundo Cordovil (1997 citado por Serra 2013: 74), “a vulnerabilidade das economias rurais”, a longa distância dos centros de iniciativa e inovação e a falta de infraestruturas de suporte necessárias para promover a fixação da população conduzem à desertificação dos espaços rurais, envelhecimento da população, desemprego e exclusão social, degradação dos recursos ambientais e diminuição de utilização das infraestruturas existentes”.

Para Junior (2012), tornou-se consensual a urgência de discutir o problema da desertificação para desenvolver e promover medidas de reconhecimento e monitoramento das causas e consequências e, da complexa reversão dos seus efeitos.

Ao longo dos tempos sucedeu-se o crescimento do mundo rural, durante estes períodos de grande incerteza relativamente à posse da terra, tendo sido eliminados e modificados os ecossistemas bravios para dar lugar aos tradicionais sistemas agrícolas do mundo rural. Estas sucessivas transformações acarretaram a perda da fauna e da flora, contudo originaram a existência da biodiversidade, consequência de uma metamorfose lenta dos ecossistemas em simultâneo com a sociedade. Esta metamorfose deu lugar aos sistemas agrícolas tradicionais que consistem numa agricultura familiar, normalmente praticada por um grupo de pessoas pertencentes à mesma família, com poucos recursos mecânicos, usufruindo dos produtos retirados da terra, e que foram resistindo ao longo dos tempos, tendo sido transmitidos de geração em geração.

A fim de se perceber a importância da agricultura no combate à desertificação, é essencial entender o significado do conceito de terra. Qual a sua importância no mercado fundiário? Que medidas existem para incentivar a recuperação da agricultura nos meios rurais desertificados?

Para uma cabal compreensão do conceito de terra, esta é definida pela Food Agriculture Organization of the United Nations (FAO) como sendo uma “área da superfície terrestre, cujas características incluem todos os atributos, razoavelmente estáveis ou previsivelmente cíclicos, da biosfera verticalmente acima e abaixo desta área, incluindo a atmosfera, o solo e a geologia que lhe está associada, a hidrologia, as populações de plantas e animais, e o resultado da atividade humana passada e presente, na medida em que estes atributos exercem uma influência significativa no uso presente e futuro da terra pelo homem.” (FAO, 1985: 212 e 1976, em Rodrigues, 2000: 4).

Segundo o mesmo autor, a terra é um conceito geográfico integrado que inclui diversos atributos: o solo, suporte das plantas e animais; condições ambientais que o envolvem, nomeadamente a atmosfera, a hidrologia, as populações de plantas e animais, e as características espaciais, incluindo as que têm origem na sua localização, face a estruturas resultante de atividades humanas passadas e presentes.

O problema da desertificação está associado à propriedade da terra na medida em que a mesma pode constituir um entrave à dinamização do mercado fundiário e à instalação de novos agricultores. Com efeito, as atividades ligadas à agricultura, floresta assim como a residência, estão sujeitas à posse de terra ou ao acesso a direitos de uso.

Para Ferreira (2005: 171), na conceção institucionalista, a palavra “propriedade” equivale a “direito (s) de propriedade”. A posse e a propriedade da terra regem-se em Portugal, como na generalidade dos países, por normas constitucionais, legais e regulamentares que garantem esses direitos aos cidadãos e regulam o seu exercício (Beires, 2013: 57). A principal fonte de Direito, a Constituição da República Portuguesa (CRP), permite definir as regras sobre a propriedade.

III. AGRICULTURA FAMILIAR FACTOS E CONTEXTOS

3.1. Agricultura familiar versus agricultura de subsistência

No capítulo anterior debruçámo-nos sobre o conceito de agricultura familiar, uma agricultura que, segundo Fonseca (2012) apresenta não só uma opção de organização e de produção menos agressiva ao meio ambiente, mas também meio de conservar diversos recursos naturais. Uma agricultura que tem vindo a perder fôlego no território nacional português, dando lugar ao abandono das terras e à desertificação.

Porém, a agricultura familiar é confundida com a agricultura de subsistência, Davidova et al (2010) define a agricultura de subsistência da seguinte forma: é uma agricultura praticada em explorações agrícolas de pequena dimensão com o objetivo de satisfazer as necessidades alimentares dos agricultores. Estas explorações não têm capacidade de produção suficiente para venda dos seus produtos nos mercados⁴. Para Wharton (1969) existe produção de subsistência quando as atividades agrícolas da família têm por objetivo responder às necessidades de consumo e em que as transações comerciais são raras ou quase inexistentes.⁵

Para Davidova et al (2010) a maior parte das definições de agricultura de subsistência convergem para o mesmo ponto: a satisfação das necessidades alimentares da família.⁶ Barnett et al (1996) atribuem à agricultura de subsistência as seguintes características: i) as atividades agrícolas entram numa lógica de subsistência; ii) a sua produção é consumida diretamente; iii) poucos recursos externos entram no processo de produção; iv) a parte da produção vendida é fraca.⁷ Segundo Davidova et al (2010) a agricultura de subsistência contribui para o desenvolvimento agrícola e rural da seguinte forma: i) reduzindo a pobreza; ii) sendo fonte de multifuncionalidade e diversificação das explorações agrícolas; iii) sendo fornecedora de benefícios ambientais.⁸ Para Kostov et al (2002) a agricultura de subsistência é um suporte contra pobreza absoluta, que fornece um mínimo de recursos financeiros e alimentares.⁹

⁴ Nossa tradução (2010: 9)

⁵ Nossa tradução (2010: 11)

⁶ Nossa tradução (2010: 9)

⁷ Nossa tradução (2010: 9)

⁸ Nossa tradução (2010: 20)

⁹ Nossa tradução (2010: 21)

3.2. A agricultura familiar na Europa

Para Muteia (2014: 8), a atividade agrícola familiar na Europa existe em duas modalidades: a tempo inteiro ou parcial, tratando-se de uma atividade multifacetada e diversificada incorporando uma variada gama de atividades agrícolas, pecuária, silvícola, turística, piscatória e artesanal.

Segundo a EU, a agricultura familiar é o modelo mais comum de explorações agrícolas. Existe uma grande diversidade de agricultura familiar na UE, em termos de tamanho, atividades agrícolas exercidas, disponibilidade dos recursos, grau de integração nos mercados e competitividade. A agricultura familiar situa-se em diferentes contextos, desde económicos, agro- ecológicos e sociais, assegurando a segurança alimentar e atendendo às crescentes expectativas da sociedade para a segurança dos alimentos, qualidade, valor, origem e diversidade de alimentos, e, assim, contribui para um crescimento inteligente, sustentável e inclusivo. Segundo o Eurostat (2014), as explorações de agricultura familiar dominam a estrutura da agricultura da UE e contribuem para o emprego no setor agrícola.¹⁰ Segundo a mesma entidade, em 2010 existiam 12.2 milhões de explorações agrícolas, sendo que 96.9% eram explorações familiares. A agricultura familiar forneceu 86.2% da agricultura comunitária. Esta cultivava cerca de 118 milhões de ha de SAU na UE e é em França e em Espanha que se encontra a maior fatia de SAU. Em 2010 existiam 381 mil explorações de agricultura não familiar e cerca de 1/3 (33.2%) encontravam-se em França.¹¹

Respetivamente à mão-de-obra da agricultura familiar, esta representava em 2010 94.8% do total das explorações da UE, fornecendo 80.3% da força de trabalho agrícola e, cultivava mais de metade (56.5%) da SAU, tendo um peso significativo na pecuária (55.4% do efetivo animal provém da agricultura familiar).¹² Relativamente à idade dos agricultores familiares, quase 30% têm 65 anos ou mais, sendo que os países nórdicos são os que têm uma maior percentagem de agricultores entre 44 e 65 anos e os países da Europa do Sul têm a maior percentagem de agricultores com mais de 65 anos como, por exemplo, Portugal (137.600), Espanha (276.200), Itália (591.200) e a Grécia (238.00). No entanto, a Roménia lidera com 1.462.500 agricultores com 65 anos ou mais.¹³

¹⁰ Nossa tradução (2014: 11)

¹¹ Nossa tradução (2014: 12-13)

¹² Nossa tradução (2014: 12-13)

¹³ Nossa tradução (2014: 28)

3.3. A agricultura familiar em Portugal

Como referido no ponto anterior a agricultura familiar europeia é diversificada. A situação da agricultura portuguesa pode ser apresentada de duas formas diferentes:” i) as pequenas explorações familiares e as muito pequenas que providenciam menos de metade do rendimento da família; ii) e as médias e grandes explorações que asseguram mais de 50% desse rendimento” (Cordovil, 2014: 20).

Segundo o INE (2013), a agricultura familiar em Portugal ainda ocupa uma grande superfície do território com um número de explorações agrícolas familiares ainda significativo, porém são de pequena dimensão económica geridas por uma população bastante envelhecida com pouca qualificação literária. Segundo o mesmo organismo são poucos os agricultores que vivem exclusivamente da atividade agrícola (6.2% do total da população de agricultores), sendo que a maioria complementa o seu rendimento com pensões e reformas (65.3%).

Para Cordovil (2014: 14 - 21), em Portugal a agricultura familiar representa mais de 90% do número de explorações agrícolas e 80% de mão-de-obra agrícola total com uma forte implementação no território particularmente nas regiões norte e centro do país. Segundo o mesmo autor, houve uma redução do número de explorações de agricultura familiar entre 1989 e 2009, passando de 526 mil para 266 mil explorações, a retração da SAU também foi de 13 % na agricultura familiar. Segundo o autor, as explorações de muito pequena e pequena dimensão com papel secundário no rendimento da família representam 87% e originam uma parcela importante (38%) do valor de produção da agricultura familiar.

No âmbito da demografia e segundo Cordovil (2014: 13), “a trajetória da agricultura familiar é sombria, o peso da população agrícola familiar dos maiores de 65 anos aumentou de 17% em 1989 para 35% em 2009, enquanto o dos menores de 44 anos se reduziu de 52% para 31%”. Segundo o mesmo autor, o envelhecimento “assumiu expressão extrema nos produtores agrícolas: o peso dos mais idosos (65 anos ou mais) passou de 29% para 49% e dos menores de 44 anos de 19% para 9%”.

A informação apresentada neste ponto permite-nos afirmar que a agricultura familiar praticada, tanto em Portugal como na EU, é uma agricultura com relevância, sendo que prevalecem as explorações de muito pequena e pequena dimensão. Contudo, a agricultura familiar possui população agrícola envelhecida e é nos países da Europa do Sul que encontramos a maior taxa de envelhecimento.

Em suma, a agricultura familiar praticada tanto em Portugal como na UE não difere muito, partilha características comuns em dois aspetos: é a principal atividade de muitas famílias de agricultores e a população de agricultores é envelhecida. A agricultura não tem um peso significativo na economia no território nacional mas, contribui com uma grande percentagem na UE (28), possuindo uma SAU extensa. No entanto é em França e na Espanha que se encontra a maior fatia de SAU na Europa.

IV. POLÍTICAS PÚBLICAS E AGRICULTURA FAMILIAR

4.1. Política Agrícola e de Desenvolvimento Rural

No início do século passado, Portugal era um país maioritariamente agrícola. Esta atividade dava trabalho a grande parte da população portuguesa. Após a Segunda Guerra Mundial, surgiram novos conceitos que viriam a modificar a ideia do desenvolvimento económico, decorrendo esta alteração do facto de a agricultura ter um papel fundamental para o desenvolvimento económico nacional, o que só por si comprometeria o progresso do país.

Durante a Segunda Guerra Mundial, a Europa, principalmente os países envolvidos na guerra dependeram de uma ajuda externa relativamente à alimentação, sofrendo assim, uma dependência alimentar. Em 1957, aquando da fundação da Comunidade Económica Europeia, os Estados fundadores assinaram o Tratado de Roma no qual, a agricultura tinha um lugar privilegiado, sendo uma prioridade na construção do futuro Mercado Comum, a fim de assegurar a auto-suficiência alimentar para que não se repetisse a dependência de países estrangeiros tal como sucedera durante a Segunda Guerra Mundial. O Tratado refere não apenas que a agricultura seja objeto de uma Política Agrícola Comum (PAC) como ainda lhe define, desde logo, os objetivos e as principais bases operativas (Cunha, 1996).

O Tratado especificava os objetivos da PAC que assentavam no aumento da produtividade, assegurar um nível de vida equitativo da população agrícola, estabilizar os mercados, a garantia da segurança dos abastecimentos e assegurar os preços razoáveis aos consumidores (Art. 39º do Tratado de Roma).

Os três principais pilares que conduziram à criação da PAC são a unicidade de mercado, a preferência comunitária e a solidariedade financeira. Estes princípios visavam dar corpo à ideia europeia e aumentar a produção agrícola (Valadas, 2011).

Os primeiros anos da PAC foram momentos dourados nos quais a agricultura era vista como sendo a resposta a processos de mudança económica e social. Este período de ouro viria a acabar com o aparecimento dos primeiros sinais de desequilíbrio e, posteriormente, de crise nos anos 70. Se a PAC entrou em crise não foi por ter fracassado economicamente, mas por ter tido demasiado êxito (Mormont, 1994 citado por Valadas, 2011).

A partir da década de 70, assistiu-se a um aumento dos excedentes agrícolas que originaram custos inoportáveis, levando a Comunidade Europeia (CE) a aumentar as verbas destinadas à exportação dos seus produtos agrícolas (Valadas, 2011). A conjugação deste com outros fatores justificou a necessidade de realizar uma reforma dos princípios e das regras da PAC.

Nos últimos quarenta anos do século passado, ocorreram na Europa uma série de transformações populacionais, culturais e socioeconómicas que influenciaram a agricultura e os territórios rurais em toda a Europa, originando êxodo rural e agrícola que incluiu não só um movimento migratório no interior de cada Estado Membro, mas também dos países menos desenvolvidos da Europa do sul para países mais desenvolvidos situados na Europa do norte. Assistiu-se ainda a um gradual envelhecimento da população e a atitudes cada vez mais exigentes por parte dos consumidores em relação à segurança alimentar.

Segundo Cordovil (2003: 35), os objetivos traçados para a PAC no Tratado de Roma centraram-se no aumento da produtividade, na promoção do nível de vida e do rendimento dos agricultores e na garantia do abastecimento de bens alimentares a preços razoáveis aos consumidores, ou seja, tratava-se de incrementar a produtividade da agricultura, fomentar o progresso técnico e assegurar o rendimento dos agricultores. Outros objetivos incluíam a estabilização de mercados, de modo a garantir a segurança dos abastecimentos e, por fim, assegurar os preços razoáveis aos consumidores.

Com a reforma de 1992, assistiu-se ao alargamento dos objetivos da PAC em relação ao ambiente, criaram-se medidas agroambientais e considerou-se que a proteção do ambiente deveria ser uma componente da Política Agrícola Comum. O Regulamento (CE) nº 2080/92 aliou a necessidade de promover o aumento da área arborizada com a urgência de desviar área da produção agrícola (Cordovil, 2000: 38).

Podemos afirmar que se efetuou a primeira grande reforma da PAC em 1992 sendo que esta veio a ser aprofundada no âmbito da Agenda 2000. Esta reforma consistiu em várias alterações que relacionado com os seguintes objetivos: a diminuição dos preços dos produtos agrícolas com o objetivo de os tornar mais competitivos no mercado interno, bem como no mercado externo, a concessão de apoios financeiros aos agricultores para os compensar da perda de rendimentos resultante de eventuais alterações de preços dos produtos, a aprovação de três tipos de “medidas de acompanhamento” da reforma: medidas agroambientais, florestais, e o apoio à reforma antecipada dos agricultores.

Se o principal objetivo da PAC, aquando a sua criação, consistia em garantir alimentos suficientes para todos, hoje em dia a realidade é outra. Existe uma real preocupação por parte dos consumidores com a segurança e a rastreabilidade (Cordovil, 2000:39), da exploração agrícola até à mesa do consumidor, em relação aos alimentos consumidos, com o intuito de poder escolher produtos de qualidade cuja produção respeite aspetos éticos, o bem-estar dos animais e a proteção do ambiente.

O desenvolvimento rural é indissociável da PAC. Em 1988 foi publicado o *Futuro do Mundo Rural* pela CE. Este documento foi redigido com o intuito de identificar os principais problemas que o mundo rural europeu atravessava, bem como manifestar as apreensões relacionadas com o desenvolvimento futuro dos espaços rurais.

Como refere Cordovil (1997), durante os anos 60, a preocupação exclusiva situou-se no âmbito da organização dos mercados e da fixação dos preços. Segundo o mesmo autor, nos anos 70 foram afloradas as primeiras referências espaciais, diferenciando as zonas desfavorecidas e de montanha e foram criados os primeiros instrumentos comunitários de política regional. Somente na década de 80, começaram a acentuar-se de modo mais claro e incisivo as preocupações, as políticas e as medidas para o ordenamento e o desenvolvimento rural. A primeira reforma dos fundos estruturais concretizou-se em 1988, realçando a importância do mundo rural.

No quadro da PAC, o Desenvolvimento Rural deve preservar a vitalidade do mundo rural através de programas de investimento de modernização e de apoio ao emprego no setor agrícola, bem como noutros setores. A política portuguesa de desenvolvimento rural tem vários objetivos gerais: o aumento da competitividade dos setores agrícola e florestal, o incentivo da sustentabilidade dos espaços rurais e dos recursos naturais, o fomento da diversificação económica e o emprego nas zonas rurais e o reforço da coesão territorial e social, a fim de promover a intervenção mais eficaz dos agentes públicos, privados e associativos na gestão do território, melhorar e manter a paisagem, a cultura e o património dos territórios rurais.

Existem várias causas que levam o mundo rural a ser mais vulnerável, entre as quais podemos destacar a redução continuada do peso da agricultura na economia, a redução dos níveis de rendimento agrícola, a fraca capacidade para atrair investimentos nos sectores secundário e terciário, as condições de vida e trabalho pouco atrativas para fixar as populações jovens com expectativas profissionais mais ambiciosas e os problemas ambientais decorrentes da poluição, bem como dos efeitos do abandono rural (Cunha, 1996).

Segundo Cunha (1996), uma adequada política de desenvolvimento rural deve incorporar as características dos territórios rurais a fim de permitir uma valorização dos recursos locais baseados, nomeadamente, na agricultura, na floresta, na caça e na pesca, no turismo e na diferenciação cultural e patrimonial. Deve, e ainda segundo o mesmo autor criar e gerir as regiões demarcadas de produtos tipicamente regionais, preservar o ambiente e as paisagens rurais, apoiar os agricultores na diversificação das suas fontes de rendimento, garantir a existência de um setor agrícola viável e dinâmico. Para Cordovil (1997), a política de

desenvolvimento rural deve abranger todos os aspetos do mundo rural, envolvendo as funções produtivas, sociais e ambientais.

Em Portugal, as regiões rurais têm sofrido transformações que influenciaram em muito o seu desenvolvimento, como, por exemplo, nos anos 60, em que se registou um fluxo migratório. Esta consequência teve lugar, principalmente, porque as funções do espaço rural eram, essencialmente, de abastecimento de bens alimentares para os consumidores urbanos e de fornecimento de força de trabalho para os setores urbano e industrial para países de imigração. Desta forma, o espaço rural era reservado em favor de processos de urbanização como, por exemplo, a construção de habitação e lazer, entre outros (Silva, 2000; 55-56). No entanto, o inverso também se verificou. Segundo Frazão (2000: 20), a economia rural entrou num processo de transformações estruturais cuja característica mais saliente é o declínio da agricultura.

Em Portugal, e, perante o declínio da atividade agrícola, autores como Avillez (1997: 17) apontam dois princípios orientadores sobre a evolução e a reforma da PAC a saber: i) o princípio da multifuncionalidade, ou seja, a atribuição do espaço rural comunitário, para além da produção de alimentos, numa variedade de funções, designadamente a conservação do ambiente, dos recursos naturais, de paisagem e o fomento do turismo rural; ii) o princípio da diversidade, segundo o qual deverá ser reconhecida e defendida, bem como apoiada, a existência de diversos sistemas de produção agrícola.

4.2. Política Agrícola e de Desenvolvimento Rural e Agricultura Familiar

Atualmente, a agricultura familiar é objeto de grande preocupação por parte da Organização das Nações Unidas (ONU) que declarou o ano 2014 como sendo ano da Agricultura Familiar. Este tipo de agricultura é fundamental para a segurança alimentar, erradicação da fome e pobreza, preservação dos alimentos, proteção da biodiversidade e uso sustentável dos recursos naturais, assim como impulsionadora das economias locais combatendo, por exemplo, a desertificação dos territórios rurais. A nova PAC permite aos agricultores avançar para uma agricultura familiar mais competitiva, tendo em conta não apenas a diversidade em termos de tamanho das explorações agrícolas, produção, necessidades específicas, como também da sua gestão.

4.3. PDR 2007-2013 / 2014-2020

PDR 2007 – 2013

O Programa de Desenvolvimento Rural incide na área territorial correspondente a Portugal Continental. O Continente está dividido em cinco NUTS II¹⁴. Existem três níveis de divisão: NUTS I, NUTS II e NUTS III. Em 1991, Portugal detinha uma grande área rural correspondente a 85.4 % do seu território. A percentagem das zonas desfavorecidas é de relativa importância territorial porque, em 1991, correspondia a praticamente 82 % do território continental, o que equivale a dizer que a maior parte das freguesias nacionais eram rurais. As zonas rurais apresentam uma reduzida densidade populacional registando uma perda da população ao longo dos anos, em consequência de uma fuga da população mais jovem, contrariamente à população mais envelhecida que tem aumentado. Com um território maioritariamente rural e uma população envelhecida nesses territórios, tem-se verificado uma disparidade entre os níveis de desenvolvimento das zonas rurais face às zonas urbanas. Assistimos à fragilização das zonas rurais com ameaças específicas como, por exemplo, o abandono das terras, a desertificação e uma baixa densidade populacional que originam problemas.

Segundo o PDR 2007-2013, o desenvolvimento rural deve basear-se numa atividade agrícola e florestal economicamente competitiva, ambientalmente equilibrada e socialmente atrativa, ou seja, proporcionar o aumento da competitividade dos setores agrícola e florestal, de forma a criar e desenvolver hábitos de natureza empresarial na agricultura e na floresta com o intuito de favorecer o rejuvenescimento do tecido empresarial agrícola; valorizar a certificação dos produtos da terra; apoiar a inovação empresarial; melhorar a qualidade e a segurança alimentar; melhorar as acessibilidades, contribuir para um correto ordenamento do território rural e uma gestão sustentável dos recursos naturais, de forma a permitir uma boa conservação dos espaços naturais e paisagísticos com ajuda de um ordenamento dos espaços florestais na perspetiva da gestão integrada de territórios; otimizar a gestão dos recursos naturais; e, por fim, contribuir para uma melhoria da qualidade de vida e diversificação da economia nas zonas rurais, permitindo a criação de oportunidades de emprego e do desenvolvimento económico

¹⁴ Nomenclatura das Unidades Territoriais para fins Estatísticos

com o apoio à diversificação para atividades económicas complementares à agricultura como, por exemplo, turismo rural, agroturismo, artesanato e animação local.

PDR 2014 – 2020

Em 2014, inicia-se um novo ciclo de programação de fundos comunitários, com o intuito de apoiar o desenvolvimento rural, a fim de contribuir para melhorar a produção alimentar viável, a criação de emprego em todo o território nacional, a gestão sustentável dos recursos naturais e o combate às alterações climáticas. O PDR 2020 pretende contribuir para um crescimento sustentável do setor agroflorestal em todo o território nacional, para tal é-lhe atribuído ferramentas que vão permitir atingir objetivos estratégicos a fim de poder contribuir para um crescimento do valor acrescentado do setor agroflorestal e uma rentabilidade económica da agricultura, promover uma gestão eficiente e uma proteção dos recursos e ainda criar condições para a dinamização económica e social do território rural. O PDR 2020 pretende dinamizar a agricultura familiar e esta está associada a pequenas explorações agrícolas por vezes pouco especializadas, na maioria das vezes caracterizadas pela pluriatividade e pelo plurirrendimento dos agregados familiares que apresentam baixos rendimentos. Este tipo de agricultura está presente nas regiões Norte, Centro e Algarve, correspondendo à maior fatia de explorações agrícolas, no entanto em termos de valor da produção e de SAU não tem uma expressão significativa. Pela primeira vez desde 1957, a agricultura familiar é abordada devido à sua importância na preservação ambiental, na gestão dos recursos naturais, na preservação da ocupação humana e económica das zonas rurais e de inclusão social e pela sua representatividade na oferta de bens agrícolas (GPP, 2014: 6). A agricultura familiar praticada nas zonas rurais¹⁵ apresentam um conjunto de fragilidades que são explicadas em parte pela dependência expressiva do setor primário, em particular da agricultura realizada em pequenas explorações agrícolas e que proporciona níveis de rendimento muito baixos.

É de salientar que o novo PDR 2020 veio substituir o PRODER com o intuito de revitalizar vários setores da economia sendo um deles a agricultura. É com ajuda de novos

¹⁵ Em 2010, a UE adotou uma nova tipologia de regiões predominantemente rurais, intermédias e predominantemente urbanas baseadas numa variação da metodologia OCDE previamente utilizada. No caso de Portugal, as sub-regiões NUTS III consideradas predominantemente urbanas são: Ave, Grande Porto, Entre Douro e Vouga, Grande Lisboa e Península de Setúbal. As regiões intermédias são: Cávado, Tâmega, Baixo Vouga e Algarve. As restantes sub-regiões são consideradas predominantemente rurais (GPP, 2014: 10).

mecanismos fiscais e financeiros que a UE pretende alcançar o maior número de potenciais agricultores decididos em instalarem-se ou que pretendem realizar pequenos investimentos nas explorações agrícolas a fim de melhorar as condições de vida, de trabalho bem como aumentar a produção agrícola. Para tal este novo programa proporciona uma ferramenta indispensável na concessão de apoios financeiros, estas medidas abrangem os pequenos agricultores que pretendem investir na agricultura a fim de serem mais competitivos a saber:

Jovem Agricultor que beneficia os jovens, este apoio está inserido na ação 3.1 “Jovens Agricultores”, integrada na medida nº 3 “Valorização da Produção Agrícola” do PDR 2020, pretende apoiar os jovens entre 18 e 40 anos que assumam pela primeira vez a titularidade e a gestão de uma exploração agrícola, esta ajuda á primeira instalação assume a forma de subsídio não reembolsável.¹⁶

No entanto, para quem não preenche os requisitos para o programa jovem agricultor, estão previstos mais três a saber:

- “Investimento na exploração agrícola”: esta medida prevê o apoio à realização de investimentos na exploração agrícola destinados a melhorar o seu desempenho e viabilidade, aumentar a produção, criar valor, melhorar a qualidade dos produtos, introduzir métodos e produtos inovadores e garantir a sustentabilidade ambiental da exploração.¹⁷
- “Pequenos Investimentos na Transformação e Comercialização de produtos agrícolas” que pretende apoiar à realização de pequenos investimentos na transformação e comercialização de produtos agrícolas destinados a contribuir para o processo de modernização e capacitação das empresas do sector agrícola e da transformação e comercialização de produtos agrícolas.¹⁸
- “Investimentos na Transformação de Comercialização de Produtos Agrícolas”, esta medida pretende apoiar todos os investimentos na transformação e comercialização de produtos agrícolas, predominantemente em ativos tangíveis, destinados a melhorar o desempenho competitivo das unidades industriais, através do aumento da produção, da criação de valor baseada no conhecimento

¹⁶ <http://www.portaldosincentivos.pt/> (2015)

¹⁷ <http://www.portaldosincentivos.pt/> (2015)

¹⁸ <http://www.portaldosincentivos.pt/> (2015)

e em processos e produtos inovadores, bem como na melhoria da qualidade dos produtos.¹⁹

As empresas agrícolas também são contempladas com o novo quadro comunitário através de programas de incentivo financeiro e fiscal como por exemplo o Sistema de Incentivos Fiscais ao I&D Empresarial (SIFIDE II) com o objetivo de continuar a aumentar a competitividade das empresas agrícolas, apoiando os seus esforços em I&D. Outro incentivo o Regime Fiscal de Apoio ao Investimento (RFAI) que é um benefício fiscal, previsto no Decreto-Lei nº 162/2014 de 31 de Outubro, que permite às empresas deduzir à coleta apurada uma percentagem do investimento realizado em ativos não correntes (tangíveis e intangíveis). E, por último, a Dedução por Lucros Retidos e Reinvestidos (DLRR) constitui um regime que permite a dedução por lucros retidos e reinvestidos. Traduz-se numa medida de incentivo às PME que permite a dedução à coleta do IRC dos lucros retidos que sejam reinvestidos, em aplicações relevantes.²⁰

4.4. Política de Coesão Territorial

A contribuição potencial do desenvolvimento local para a inovação e competitividade, para o emprego e coesão social, ou para a sustentabilidade ambiental tem vindo a despertar um interesse crescente (Henriques, 2007). O desenvolvimento local tem um papel de grande importância em áreas como a exclusão social, o emprego, a dinamização económica das regiões afetadas pela desertificação, entre outros. A União Europeia, através da sua política de coesão, tem vindo a procurar soluções para combater a desintegração territorial. É necessário, para bem dizer, fundamental, criar condições propícias, com o intuito de incentivar a iniciativa e a organização coletiva de base territorial, no que respeita as políticas e estratégias de desenvolvimento regional. No entanto, o mundo atual conhece problemas diversos e complexos que necessitam de respostas específicas e especializadas. O Banco Mundial, a Organização para a Cooperação e do Desenvolvimento Económico (OCDE) e a Organização Internacional do Trabalho (OIT) passaram a afirmar explicitamente propostas no domínio do desenvolvimento local (Henriques, 2007). O Tratado de Lisboa inclui a coesão territorial como objetivo da União Europeia a par da coesão económica e da coesão social. Pode-se ler no artigo 174º, respeitante

¹⁹ <http://www.portaldosincentivos.pt/> (2015)

²⁰ <http://www.portaldosincentivos.pt/> (2015)

à coesão territorial, que esta é associada ao desenvolvimento harmonioso e à redução de disparidade entre os níveis de desenvolvimento entre diferentes regiões. A coesão territorial levanta, desta forma, desafios importantes no domínio das políticas públicas. Esses desafios, que passam pela criação de formas de governança que permitam assegurar respostas específicas em cada unidade territorial multinível, integração territorial entre outros. Em Abril de 2009, foi apresentado o relatório Barca que contém uma análise independente da Política de Coesão da União Europeia. Este relatório assume-se como um elemento primordial para o conhecimento atual e fiel da política de coesão. (Hübner & Barca, 2009). Foram instituídos vários programas de desenvolvimento local por parte das instituições europeias que se debruçaram sobre o tema do emprego e do desenvolvimento local e regional em que foram introduzidos programas de investigação – ações como o LEDA, ERGO, EGLEI, TURN, ELISE, LEI, Poverty III (Henriques, 2007) e fundos estruturais, como o Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional - (FEDER). Este fundo foi constituído em 1975, com o objetivo de financiar a ajuda estrutural através de programas de desenvolvimento regional orientados para as regiões menos desenvolvidas, permitindo atuar em função de uma estratégia global e integrada com os restantes fundos estruturais europeus. Os grandes objetivos do FEDER estão vocacionados para a contribuição do desenvolvimento económico e social, o fomento da inovação e da sociedade de informação, a valorização do potencial endógeno e do desenvolvimento potencial das regiões. Além deste fundo estrutural europeu, existem outros apoios como, por exemplo, o Programa de Rede Rural Nacional - (PRRN), um programa específico português para o período 2007-2013 que tinha como objetivo o reforço do intercâmbio entre todos os intervenientes no desenvolvimento rural.

V. METODOLOGIA

Optámos por uma abordagem metodológica qualitativa e compreensiva. Como método de base para o presente trabalho optou-se pelo estudo de caso. Esta opção justificou-se porque o nosso intento é entender através das informações recolhidas junto dos informadores privilegiados se a agricultura familiar praticada nos concelhos a norte dos distritos de Braga e da Guarda tem ou não contribuído para combater a desertificação. Usando este método de investigação, este assume-se “particularista isto é, que se debruça deliberadamente sobre uma situação específica que se supõe ser especial, ou pelo menos, em certos aspetos, procurando descobrir o que há nelas de mais essencial e caraterístico e, desse modo, contribuir para a compreensão global de um certo fenómeno de interesse” (Ponte 2006: 2 citado por Serra 2013: 50). O método estudo de caso proporciona a utilização de várias técnicas, para o efeito utilizaram-se duas, a saber: i) entrevistas qualitativas, informais, semi - estruturadas, uma técnica exploratória de investigação científica em que se utiliza a comunicação verbal como forma de recolha de informação; ii) a informação recolhida foi depois tratada a partir da análise de conteúdo.

Tendo enveredado pela entrevista, surgiu a dúvida de quem iríamos entrevistar e qual seria a dimensão da nossa amostra. Dado o que se pretende é o conhecimento e não a representatividade estatística, definiu-se o universo de pesquisa (vinte e nove entrevistas) realizada em seis concelhos - catorze em três concelhos do distrito de Braga e quinze em três concelhos do distrito da Guarda.

A fim de obter respostas adequadas, congruentes e diversificadas, utilizou-se o princípio da diversificação que assentou na heterogeneidade dos dezoito agricultores entrevistados - três em cada concelho (Amares, Vieira do Minho, Vila Verde, Figueira de Castelo Rodrigo, Mêda e Trancoso), quer a nível do percurso profissional, da formação, explorações agrícolas. Outras cinco entrevistas foram feitas aos presidentes de Câmara Municipal (dos respetivos concelhos) e outras seis a presidentes de associações de agricultores nos concelhos atrás referidos. O princípio da saturação permitiu-nos entender que mais entrevistas não iriam acrescentar mais informações, não seriam uma mais-valia para a nossa pesquisa. Desta forma, e dada a existência de três realidades empíricas, procedeu-se à elaboração de guiões (vide Anexo A, B e C) direcionados para os atores identificados.

No caso dos Presidentes de Câmara Municipal foram desenvolvidas perguntas que correspondem às seguintes dimensões: informação sobre o estado da agricultura familiar no

concelho; papel da Câmara e a promoção da agricultura familiar no concelho; relações da Câmara com outras instituições; opinião sobre políticas agrícolas e desenvolvimento rural.

Nas entrevistas direcionadas aos Presidentes das Associações Agrícolas optámos pelas dimensões seguintes: apresentação e breve descrição da associação; informação sobre o estado da agricultura na região; perceção sobre o papel da associação e a promoção da agricultura no concelho; relação da associação com outras instituições e por fim opinião sobre a política agrícola e desenvolvimento rural.

Relativamente às entrevistas dos agricultores foram privilegiadas as seguintes dimensões: breve caracterização do agricultor; opinião sobre o estado da agricultura familiar no concelho; perceção sobre o papel da Câmara e da Associação de agricultores na formação e aconselhamento; opinião sobre a política de desenvolvimento rural e por fim opinião sobre os obstáculos da agricultura familiar no concelho.

Cada uma das dimensões foi expressa em perguntas elaboradas de forma a permitir aos atores ponderar e responder com toda a liberdade sobre os temas apresentados na entrevista. Ainda neste contexto procurou-se criar um clima de confiança, os informadores foram todos entrevistados pela autora da presente investigação em local, dia e hora previamente definidos. Deve-se salientar que todas as entrevistas foram gravadas com a devida autorização e que todos os entrevistados responderam sem restrição a todas as perguntas. Nenhum dos entrevistados pediu anonimato.

Posteriormente procedeu-se à análise de conteúdo das entrevistas. Após a realização das mesmas, estas foram transcritas na íntegra para papel, a fim de poder proceder a uma análise detalhada. Procedeu-se às respetivas leituras, o que nos permitiu obter uma compilação da informação obtida junto dos informadores privilegiados.

De salientar que para o desenvolvimento deste trabalho de investigação recorreu-se à análise de fontes bibliográficas, mais precisamente livros, teses de mestrado e de doutoramento, artigos científicos, artigos de revistas, relatórios, legislação portuguesa e europeia, informação constante nas páginas web de instituições governamentais.

Em suma, para a realização deste trabalho de investigação, optámos por uma recolha de dados qualitativa e compreensiva, como modalidade, o estudo de caso e como técnica, a entrevista com posterior transcrição e análise de conteúdo.

Importa salientar que ao longo desta investigação fomos confrontados com algumas dificuldades, nomeadamente a necessidade de deslocação aos concelhos acima referidos para recolha de informação juntos dos presidentes de Câmara, presidentes de associação e agricultores. Algumas entrevistas não foram possíveis de se realizar por falta de resposta dos informadores privilegiados – no caso da DGADR do Norte e Centro, do Presidente da Associação de desenvolvimento local do Vale do Côa, do Presidente da Câmara Municipal de Vila Verde bem como do Presidente da Associação de Agricultores de Amares - foi necessário o reagendamento de algumas entrevistas devido aos condicionalismos profissionais de alguns entrevistados o que obrigou a despesas financeiras inerentes às deslocalizações, acréscimo de trabalho e tempo dispensado (três semanas).

Apresentam-se de seguida os entrevistados:

Os agricultores entrevistados encontram-se numa faixa etária entre os 20 e 60 anos, na sua maioria são empresários agrícolas conforme passamos a mencionar:

Quadro 1- Descrição dos agricultores entrevistados no distrito de Braga

Distrito de Braga
M. Pires: empresário Agrícola, 36 anos, licenciado em gestão, é agricultor a tempo inteiro. Vive no concelho de Vieira do Minho. Os progenitores eram agricultores. Investiu na pastorícia, na raça autóctone Cachena, pretende contribuir para o desenvolvimento rural do concelho, está satisfeito com a opção que escolheu, já conseguiu comprar mais cabeças de gado.
A. Monteiro: empresário agrícola, 56 anos, possui o 9º ano, agricultor a tempo inteiro. Os progenitores eram agricultores. Regressou de França onde era emigrante e veio instalar-se para Vieira do Minho para poder trabalhar na agricultura mais precisamente na pastorícia, comprou 300 cabeças de ovelhas. Trabalha com a mulher e, é um sobrinho pastor que lhe guarda as ovelhas. Tem uma propriedade de 2 ha. Pretende investir numa queijaria a médio e longo prazo.
M. Rocha: empresária agrícola, 36 anos e possui o 12º ano, possui igualmente um curso empresário agrícola e outro curso de fitoterapia. Agricultora a tempo inteiro. Os progenitores eram agricultores. É casada, trabalha com o marido mais uma sobrinha na exploração de frutos vermelhos. Propriedade de 5 ha, herdou o terreno dos pais e também arrendou mais algum.

<p>M. Figueiredo: empresário Agrícola, 35 anos, possui uma licenciatura. Os progenitores eram agricultores. Possui uma propriedade de 6 ha com várias parcelas (laranjeiras, vinha e floricultura - manjericos).</p>
<p>E. Santos: jovem empresário agrícola (início de atividade), 28 anos. Agricultor a tempo inteiro desde pequeno, é licenciado, possui um curso de formação em hidroponia, os progenitores eram agricultores a tempo parcial, a sua exploração tem 7 ha, várias parcelas (estufas de frutos vermelhos).</p>
<p>F. Silva: agricultor a tempo inteiro, 48 anos, possui o 12º ano. Sempre trabalhou na agricultura com os pais que eram agricultores. Possui uma propriedade de 5 ha, tem laranjeiras, melão casca de carvalho e vinha.</p>
<p>R. Santos: é empresário agrícola, 24 anos e possui o 12º Ano. Os seus Progenitores eram agricultores, Produz espargos em três ha.</p>
<p>J. Frade: é agricultor a tempo inteiro, 30 anos e é licenciado em arquitetura. Os progenitores eram agricultores, contudo não tem uma propriedade muito grande, ficou desempregado e virou-se para a agricultura já que os pais tinham terrenos.</p>
<p>E. Pires: é empresário agrícola, 40 anos, possui o 9º ano. Os progenitores não eram agricultores. Está na produção de ervas aromáticas.</p>

Quadro 2- Descrição dos agricultores entrevistados no distrito da Guarda

Distrito da Guarda
<p>N. Gonçalves: agricultor a tempo inteiro, 50 anos e possui o 12º ano. Os progenitores eram agricultores. É produtor de hortícolas e frutícolas em modo biológico. Possui uma propriedade de 4 ha, várias parcelas (oliveiras, amendoeiras, maceiras, semilha e vinha). É proprietário do terreno.</p>
<p>A. Cardoso: empresário agrícola, 70 anos (reformado), possui a 4º Classe. Os progenitores eram agricultores. Tem uma exploração em nome individual. Dos irmãos foi o único que ficou em Figueira de Castelo Rodrigo, os outros saíram do concelho à procura de melhor vida. Trabalha com a mulher na agricultura. A propriedade tem 11 ha (herdou e comprou terrenos), várias parcelas (marmelos, vinha, oliveiras e amendoeiras). Pretende investir em outras áreas nomeadamente o turismo, conciliar a agricultura e o turismo de habitação.</p>
<p>P. Mesquita: agricultor a tempo inteiro, 59 anos e possui o 9º ano. Os seus progenitores eram agricultores. Trabalha com um dos filhos e a mulher. Tem uma propriedade de 9 ha, várias</p>

<p>parcelas (oliveiras, amendoeiras, maceiras e marmelos, batatas, vinha). Pretende diversificar o seu negócio criando uma marca de doce de marmelos de maneira a poder escoar os produtos que não consegue vender, quer abrir uma casa de doces regionais e comercializar os seus produtos utilizando o que cultiva.</p>
<p>R. Freitas: empresário agrícola, 36 anos e possui o 12º ano. Os progenitores eram agricultores. Fez um curso de Empresário Agrícola, tem igualmente um curso profissional de informática de gestão. Propriedade de 5 ha, terreno herdado dos pais e outros arrendados. Tem uma produção de vinhos, marmelos, azeite e maçãs.</p>
<p>C. Seromenho: agricultor a tempo inteiro (reformado), 62 anos e possui a 4ª classe, frequência da classe preparatória e pasteleiro de profissão. Os progenitores eram agricultores. Produtor de hortícolas e frutícolas em modo biológico. Propriedade de 1 ha (hortícolas, semilha e vinha). É de São João da Pesqueira mas vive atualmente no concelho de Mêda</p>
<p>M. Pedro: agricultora a tempo inteiro, 36 anos e possui uma Licenciatura e um mestrado. Trocou São João da Pesqueira pela Mêda. A família do marido é agricultora. Abriu uma queijaria, mas pretende conciliar turismo com atividade da queijaria.</p>
<p>A. Capela: agricultor a tempo inteiro, 69 anos e possui a 4ª classe. Os progenitores eram agricultores. Produz hortícolas em modo biológico. Propriedade de 6 ha, várias parcelas (oliveiras, amendoeiras, maceiras e hortícolas, semilha, vinha).</p>
<p>R. Silva: agricultor a tempo inteiro, é empresário Agrícola, 29 anos e possui o 12º ano, iniciou atividade recentemente. Os progenitores eram agricultores. Tem um curso de Empresário Agrícola, curso profissional de informática de gestão, frequentou mais alguns cursos no ramo da gestão e da informática. Propriedade de 20 ha, herdada e comprou terrenos, várias parcelas (batata, castanha e hortícolas, abóboras e pastorícia). Fornece várias cadeias de supermercado da região, fornece batata em vários pontos do litoral.</p>
<p>P. Frade: é empresário agrícola, 59 anos e é engenheiro agrónomo. Os progenitores eram agricultores. Trabalha numa exploração agrícola que lhe pertence há já vários anos. Propriedade de 9 ha, várias parcelas (oliveiras, castanheiros, maceiras, marmelos, batatas, vinha).</p>
<p>E. Machado: empresário agrícola, 56 anos e possui o 12º ano. Os progenitores eram agricultores. Possui uma propriedade de 3 ha onde produz vinhos, castanha e maçãs. Produz igualmente doces de castanha. Pretende investir noutras áreas nomeadamente no turismo e confeção de doces de marmelos.</p>

VI. AGRICULTURA FAMILIAR E DESERTIFICAÇÃO NOS DISTRITOS DE BRAGA E DA GUARDA

Neste capítulo iremos abordar os concelhos de Amares, Vieira do Minho, Vila Verde, Mêda, Figueira de Castelo Rodrigo e Trancoso. Apesar de estes serem territórios dos distritos de Braga e da Guarda, todos eles têm características que os distinguem uns dos outros, desde a localização geográfica, clima, cultura, produção agrícola. Pretende-se entender neste capítulo os fatores que contribuem para a desertificação nos concelhos em causa.

Nos distritos de Braga e Guarda, a agricultura familiar tem uma presença muito forte, possuindo um papel fundamental, tanto na tradição agrícola, como no contributo para o desenvolvimento local.

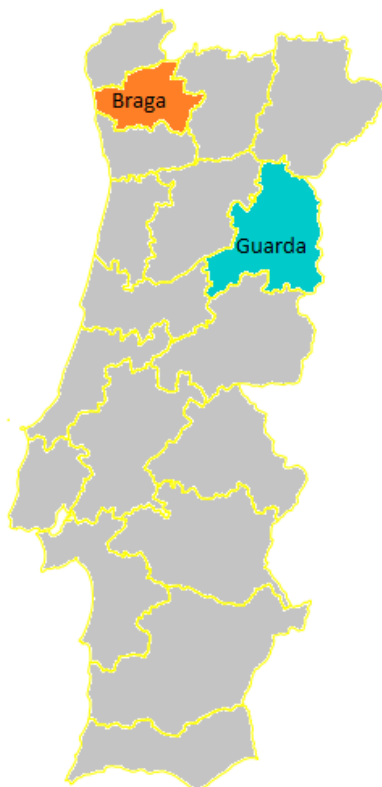
A partir da década de 80 do século passado, mais precisamente do ano da entrada de Portugal na então Comunidade Económica Europeia (CEE), assistiu-se a uma modificação da atividade agrícola em todo o território nacional com a mecanização das atividades agrícolas e transferências financeiras que beneficiaram sobretudo as grandes explorações agrícolas, em detrimento de uma agricultura de pequena dimensão ou agricultura familiar, que tem vindo a desaparecer.

Ao longo dos últimos anos, a agricultura portuguesa tem vindo a perder vitalidade, verificando-se uma realidade pouco animadora fruto de transformações significativas provenientes de alterações estruturais de origem política, económica e social. O abandono das terras e das atividades agrícolas por grande parte da população, que se tem verificado nas últimas décadas, contribuiu para o estado atual da agricultura. Os concelhos Amares, Vila Verde, Vieira do Minho, Figueira de Castelo Rodrigo, Mêda e Trancoso refletem bem esta realidade que se vive no território beirão e minhoto, com uma população envelhecida, pouco qualificada.

6.1. Caracterização do território em análise

O território nacional continental abrange uma área de 89.045 km². Os distritos de Braga e da Guarda pertencem ao território nacional e estão inseridos nas regiões NUTS II, Norte e Centro respetivamente. Representam ao todo uma área de 6% da superfície do país. Importa caracterizar o território minhoto e beirão, nos aspetos demográficos e socioeconómicos, mas também enquanto espaços sociais com uma identidade cultural bem definida e muito própria que é característica destes dois distritos.

Figura 2 - Representação gráfica os distritos de Braga e Guarda no território português continental



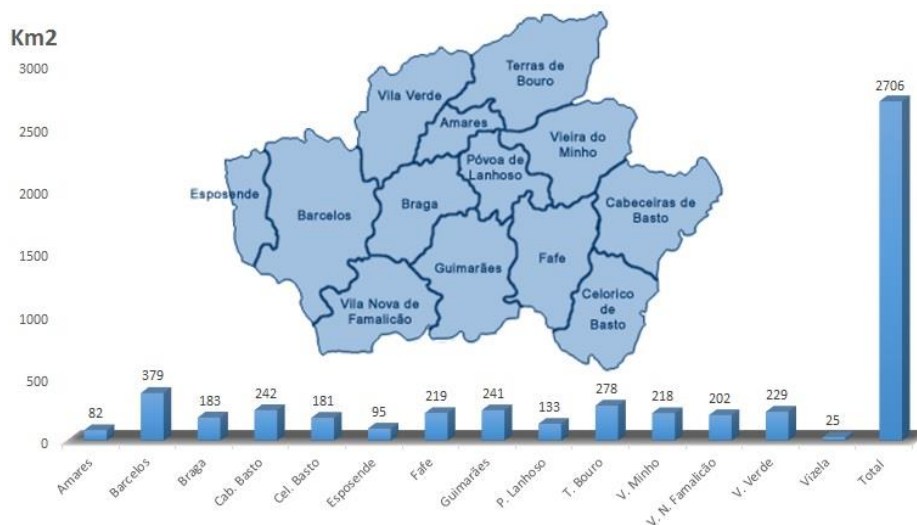
Fonte: Elaboração própria a partir de Direção Geral do Território e <http://www.google.pt>

O distrito de Braga compreende uma área geográfica de 2.706 Km², o que representa cerca de 2% da área continental e é constituído por 14 municípios Amares, Barcelos, Braga, Cabeceira de Basto, Celorico de Basto, Esposende, Fafe, Guimarães, Póvoa de Lanhoso, Terras de Bouro, Vieira do Minho, Vila Nova de Famalicão, Vila Verde e Vizela. Está limitado a norte pelo distrito de Viana do Castelo, a nordeste pela Espanha, a leste pelo distrito de Vila Real e a sul pelo distrito do Porto e a oeste pelo oceano Atlântico. Podemos dizer que o distrito de Braga ocupa a parte sul da região minhota.

O distrito de Braga insere-se numa zona do território considerado como ativo e empreendedor, quer do ponto de vista demográfico (possui uma população jovem nos concelhos de Braga e Guimarães devido ao papel dinamizador da Universidade do Minho), quer do ponto de vista económico em virtude da indústria que se desenvolve nas regiões do Cávado e do Ave. Este distrito, constituído por catorze concelhos, integra todos os municípios pertencentes à NUTS III Cávado (Amares, Barcelos, Braga, Esposende, Terras de Bouro e Vila Verde), os concelhos da NUTS III Ave (Fafe, Guimarães, Póvoa de Lanhoso, Vieira do Minho, Vila Nova

de Famalicão e Vizela (à exceção de Santo Tirso e Trofa)) e ainda os concelhos de Cabeceiras de Basto e Celorico de Basto, pertencentes à NUTS III Tâmega. É um distrito marcado por alguma diversidade e disparidade marcada por uma evidente divisão entre concelhos, principalmente de caráter urbano (Esposende, Braga, Barcelos, Fafe, Vila Nova de Famalicão, Guimarães e Vizela) e concelhos de natureza rural (Amares, Póvoa de Lanhoso, Terras de Bouro, Vieira do Minho, Cabeceiras de Basto e Celorico de Basto).

Figura 3 - Representação gráfica da área do distrito de Braga por municípios



Fonte: Elaboração própria a partir de INE e <http://www.google.pt> 2015

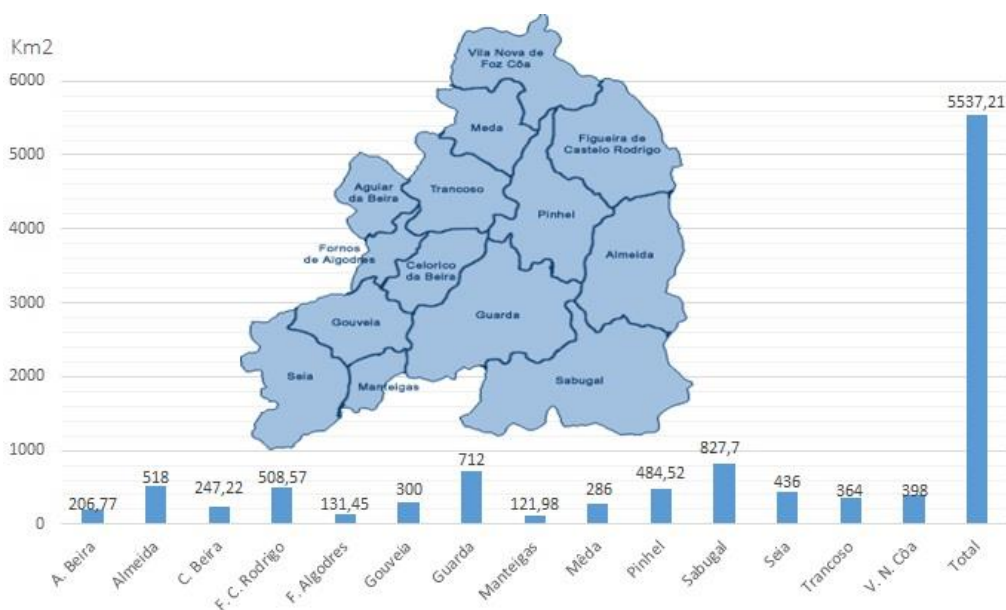
Neste distrito, os solos são principalmente graníticos, encontram-se irrigados devido à existência de linhas de água que contribuem para a fertilidade da região e para uma vegetação verdejante. O território é bastante acidentado, dominado por altitudes elevadas a Este, e descendo até ao litoral. É na Serra do Gerês que se encontram as maiores altitudes, cerca de 1.545 metros, mas o território possui outras elevações com alguma importância como a Serra Amarela e a Serra da Cabreira.

O clima do território minhoto é predominantemente temperado mediterrânico, sendo a sua característica mais marcante, sem dúvida, a pluviosidade que se deve à frequente passagem de superfícies frontais associada à disposição das montanhas muito próximas do litoral e em anfiteatro voltado para o mar (Leite, et al., 2012).

Braga tem uma agricultura muito rica e diversificada. No entanto, a sua principal produção agrícola são os vinhos verdes, únicos no mundo, cuja exportação é relativamente importante. Associada à agricultura encontra-se a pecuária, com especial relevância para a criação de gado bovino autóctone da qual se destacam as raças Cachena, Barrosã, e Minhota.

Quanto ao distrito da Guarda, este distribui-se por uma área de 5.535 Km², representando cerca de 4% do território e subdivide-se em catorze concelhos Aguiar da Beira, Almeida, Celorico da Beira, Figueira de Castelo Rodrigo, Fornos de Algodres, Gouveia, Guarda, Manteigas, Mêda, Pinhel, Sabugal, Seia, Trancoso e Vila Nova de Foz Côa. É limitado a norte pelo distrito de Bragança, a sul por Castelo Branco, a este por Espanha e a oeste pelos distritos de Coimbra e de Viseu. O distrito da Guarda possui uma orografia peculiar e própria, sendo muito montanhosa e formada por elevações de diversas altitudes que se distribuem entre os 1.993 metros (altitude máxima de Portugal continental) no município de Seia, onde se encontra o planalto da Torre, mais precisamente, na Serra da Estrela, face aos 84 metros do município de Vila Nova de Foz Côa, ponto mais baixo do distrito. A localização geográfica do território torna-a estratégica para o armazenamento e transporte de mercadorias de Portugal para o resto da Europa. O distrito encontra-se repartido por quatro regiões a Beira Interior Norte, a Serra da Estrela, a região de Dão-Lafões, com apenas um dos seus concelhos integrado (Aguiar da Beira), e, por fim, o Douro, onde se encontra Vila Nova de Foz Côa. O distrito está inserido na região Centro (NUT II).

Figura 4 - Representação gráfica da área do distrito da Guarda por municípios



Fonte: Elaboração própria a partir de INE e <http://www.google.pt> 2015

O solo do distrito da Guarda é constituído, principalmente, por uma formação rochosa antiga de origem granítica com manchas de xistos, geralmente com baixa fertilidade. O clima é bastante frio e chuvoso no inverno, oferecendo rigorosas condições climatéricas. É porém, frequentemente muito seco no verão o que proporciona um clima particularmente propício para

a agricultura no distrito, especialmente na vinha, castanha, oliveira e outras culturas temporárias como, por exemplo, a batata, não esquecendo a pastorícia que desempenha um papel de relevo na confeção de produtos lácteos como o queijo da Serra.

6.1.1. Demografia

Segundo os últimos Censos (2011), o distrito de Braga, tem uma população que se aproxima dos 848.185 habitantes com uma densidade populacional de 360.63 habitantes por Km². É nos municípios de Braga, Vila Nova de Famalicão, Guimarães e Barcelos que se encontra a maior parte da população do distrito. No que respeita à estrutura etária dos habitantes, o território é relativamente mais jovem do que o resto do Continente. No entanto, os municípios que ocupam uma parte do território de zona rural sofrem mais com a diminuição da sua população. É esta a realidade dos concelhos de Terras de Bouro, Vieira do Minho, Póvoa de Lanhoso e Amares, devido à fraca ou quase inexistente presença de industrialização, sobretudo no concelho de Terras de Bouro que integra o parque natural da Peneda – Gerês. Com efeito, a presença de uma zona protegida coloca fortes restrições em termo do uso do solo e alteração da paisagem.

Quadro 3- Distribuição populacional do distrito de Braga

Amares	Barcelos	Braga	Cab. Basto	Cel. Basto	Esposende	Guimarães	Fafe	P. de Lanhoso	T. de Bouro	Vila Verde	V. do Minho	V. N de Famalicão	Vizela	Total
2.23%	14.19%	21.40%	1.97%	2.37%	4.04%	18.64%	5.97%	2.58%	0.86%	5.65%	1.53%	15.78%	2.80%	100%

Fonte: Elaboração própria a partir de INE, Censos (2011)

O distrito de Braga possui uma população ativa que corresponde a 349.962 habitantes. O desemprego é elevado, correspondendo a um valor aproximado de 57.460 habitantes, cerca de 16% da população do território de Braga. Mais uma vez, os concelhos que mais contribuíram para este aumento foram Terras de Bouro com 17.1 % e Cabeceiras de Basto com uma taxa de 16,3%. É no sector primário que estes dois últimos concelhos tiveram um maior aumento. Por outro lado, a população inativa ainda é significativa, com um valor que ronda os 287.000 habitantes. O último Censos (2011) regista uma taxa de atividade inferior ao registado no território nacional com valores inferiores a 56%. É no concelho de Vizela (que se encontra a sul do distrito de Braga) que se registam as mais altas taxas de atividade com um valor que ronda os 64%, contra os 42,7% e 48,3% dos concelhos de Terras de Bouro e de Cabeceiras de Basto, respetivamente. A distribuição da população ativa pelos três setores da atividade económica, é a seguinte:

Quadro 4 - Distribuição da população empregada por setor de atividade

	Setor Primário	Setor secundário	Setor Terciário
Distrito de Braga	2%	45%	53%

Fonte: Elaboração própria a partir do RGA (INE, 2009)

É nas zonas rurais que encontramos uma mão-de-obra pouco qualificada, principalmente nos concelhos de Terras de Bouro e Cabeceiras de Bastos, onde se regista uma maior presença no setor primário (7.6 % e 7.3% respetivamente) (INE 2011). Já no que diz respeito ao índice de envelhecimento, verifica-se que nos concelhos do distrito de Braga, este é mais baixo do que o índice de envelhecimento nacional. Existem, todavia, exceções que são, mais uma vez, nas Terras de Bouro, Vieira do Minho, Cabeceiras de Basto e Celorico de Basto, onde se verifica um índice de envelhecimento superior ao do resto do distrito.

Em relação ao distrito da Guarda, a realidade é algo diferente. A importância da agricultura na economia beirã tem diminuído ao longo dos anos. Segundo os últimos dados dos Censos de 2011, a população do território rondava os 169 mil habitantes com uma densidade populacional de 31 hab/km², muito inferior à média nacional e regional, sendo que a maior parte da população reside em pequenos aglomerados.

Quadro 5 - Distribuição populacional do distrito de Guarda

Aguiar Beira	Almeida	Celorico Beira	F.C. Rodrigo	Fornos Algodres	Gouveia	Guarda	Manteigas	Mêda	Pinhel	Sabugal	Seia	Trancoso	V.N.F.Côa	Total
3.40%	4.50%	4.78%	3.89%	3.01%	8.27%	26.43%	2.13%	3.23%	5.98%	7.79%	15.35%	6.14%	4.45%	100%

Fonte: Elaboração própria a partir de INE, Censos (2011)

O distrito da Guarda possui uma população ativa que corresponde a 67.572 habitantes. O desemprego é baixo, correspondendo a um valor aproximado de 7.869 habitantes, cerca de 4.65% da população do território da Guarda. De salientar que o distrito apresenta uma taxa de desemprego inferior à média nacional, mas é ligeiramente superior à média da região centro, sendo as mulheres que mais sofrem com o desemprego, pois representam cerca de 54% da população desempregada face aos 45% relativos à população masculina. Por outro lado, a população inativa ainda é significativa, com um valor que ronda os 78.088 habitantes. Em termos da estruturação populacional, esta caracteriza-se como envelhecida e 29% da população

é muito envelhecida. A taxa de natalidade é bastante baixa e o índice de envelhecimento²¹ ronda os 304 idosos para cada 100 jovens.

O quadro seguinte apresenta a distribuição da população ativa pelos três setores de atividade económica:

Quadro 6 - Distribuição da população empregada por setores de atividade

	Setor primário	Setor secundário	Setor terciário
Distrito da Guarda	6 %	25 %	69 %

Fonte: Elaboração própria a partir de RGA (INE - 2009)

6.1.2 Agricultura praticada no distrito de Braga

O distrito de Braga possui uma agricultura bastante diversificada, onde se destacam a viticultura, a pecuária, a produção de frutas e hortícolas e o turismo. É nos concelhos a norte e este que se encontra a maioria das explorações agrícolas, já que o centro e sul do distrito é altamente industrializado. A população agrícola é envelhecida e pouco qualificada, e é notória a desertificação sentida nos concelhos a norte principalmente em Terras de Bouro, Vieira do Minho, Amares, Vila Verde, Póvoa de Lanhoso e Cabeceira de Basto. Para além da agricultura, o distrito de Braga possui um tecido empresarial de relevante importância para a economia do território minhoto com uma forte presença industrial nos concelhos de Braga, Fafe, Guimarães, Vila Nova de Famalicão e Vizela onde se encontram empresas a desenvolver atividades relacionadas por exemplo com o têxtil, metalurgia, cutelaria, curtumes, material elétrico, pneus, calçado, mobiliário e transformação de madeira.

Demograficamente e segundo dados estimados e recolhidos pelo INE (2011), os concelhos do distrito de Braga, tinham a seguinte população:

²¹ O Índice de envelhecimento define Relação entre a população idosa e a população jovem. Definida habitualmente como o quociente entre o número de pessoas com 65 ou mais anos e o número de pessoas com idades compreendidas entre os 0 e os 14 anos. (metainformação – INE)

Quadro 7 - Distribuição da população do distrito de Braga

	População total	Densidade Populacional	População Ativa	População empregada	População Desempregada	População Inativa	População + 65 anos
Amares	18.866	230,5 / Km ²	53.8 %	46.2 %	14.1 %	38.5 %	15.8 %
Barcelos	120.487	317.7 / Km ²	59.5 %	52.3 %	12.1 %	33.8 %	13.6 %
Braga	181.829	989.6 / Km ²	62.2 %	54 %	13.2 %	31.6 %	12.8 %
Cab. Basto	16.699	69.1 / Km ²	48.3 %	41.1 %	15 %	43.3 %	18.8 %
Cel. Basto	20.110	111 / Km ²	48.3 %	40.4 %	16.3 %	43.8 %	19.1 %
Esposende	34.330	359 / Km ²	59.5 %	52.8 %	11.3 %	33.8 %	14 %
Fafe	50.630	231.1 / Km ²	54.5 %	46.4 %	14.8 %	38.5 %	15.7 %
Guimarães	158.130	656.9 / Km ²	60.9 %	52.2 %	14.3 %	33 %	13.4 %
P. Lanhoso	21.922	164.9 / Km ²	51.4 %	44.6 %	13.2 %	40.7 %	16.7 %
T. Bouro	7.211	26.1 / Km ²	42.7 %	35.4 %	17.1 %	49.8 %	24.3 %
V. Minho	12.961	58.1 / Km ²	42.5 %	35.6 %	16.3 %	49.6 %	22.1 %
V. N. Famalicão	134.054	663.9 / Km ²	61.1 %	52 %	14.9 %	32.6 %	13.5 %
Vila Verde	47.985	209.2 / Km ²	53.2 %	46.4 %	12.9 %	38.9 %	16.9 %
Vizela	23.803	961 / Km ²	64.2 %	55 %	14.3 %	29.8 %	11.2 %

Fonte: Elaboração própria a partir de INE (2011)

O quadro seguinte apresenta a distribuição da população ativa pelos três setores de atividade económica.

Quadro 8 - Distribuição da população ativa pelos setores de atividade

	Sector Primário	Sector Secundário	Sector Terciário
Amares	4,3%	32,6%	63,1%
Barcelos	3,4%	54,3%	42,3%
Braga	0,6%	30,0%	69,4%
Cab. Basto	7,3%	35,4%	57,2%
Cel. Basto	5,6%	41,5%	52,9%
Esposende	5,4%	42,5%	52,1%
Fafe	1,3%	49,6%	49,1%
Guimarães	0,8%	51,2%	48,0%
Póvoa de Lanhoso	3,2%	43,9%	52,9%
Terras de Bouro	7,6%	25,1%	67,3%
Vieira do Minho	4,9%	32,5%	62,5%

Vila Verde	3,5%	40,4%	56,2%
V. N. Famalicão	1,1%	49,8%	49,1%
Vizela	0,5%	63,0%	36,6%

Fonte: Elaboração da própria a partir de INE (2011)

Já no que diz respeito aos indicadores de envelhecimento no distrito de Braga, estes demonstram uma população envelhecida, com uma taxa de natalidade bastante baixa como indicado no quadro abaixo.

Quadro 9 - Indicadores de envelhecimento da população do distrito de Braga

	Índice de envelhecimento	Taxa de natalidade	Índice de Dependência Idosos	Índice de Dependência Jovens
Amares	98,7%	7,6 ‰	24,5%	24,8%
Barcelos	82,7%	8,9 ‰	19,7%	23,9%
Braga	80,5%	10 ‰	18,7%	23,2%
Cab. Basto	118,3%	7,8 ‰	29,9%	25,3%
Cel. Basto	124,9%	7,9 ‰	28,9%	23,2%
Esposende	89,3%	10,2 ‰	21,4%	24,0%
Fafe	108,0%	8 ‰	24,6%	22,7%
Guimarães	87,3%	8,9 ‰	19,3%	22,1%
P. de Lanhoso	107,3%	7,8 ‰	26,4%	24,6%
Terras de Bouro	188,3%	5,4 ‰	39,3%	20,9%
V. do Minho	166,8%	7,6 ‰	35,9%	21,5%
V. N. Famalicão	85,3%	8,9 ‰	19,7%	23,1%
Vila Verde	103,8%	8,7 ‰	26,3%	25,3%
Vizela	68,4%	8,2 ‰	16,0%	23,4%
Portugal	127,8%	9,2 ‰	28,8%	22,5%

Fonte: Elaboração da própria a partir de INE (2011)

De acordo com o último momento censitário, a população agrícola familiar elevava-se a 50.965 pessoas, representando, 6 % da população total do distrito de Braga. Desta população de agricultores familiares (50.956), 6.495 têm mais de 65 anos.

A atividade agrícola no distrito está muito focada nas explorações agrícolas de média e pequena dimensão, onde o rendimento e atividade dos agricultores continuam a desempenhar um papel relativamente importante no desenvolvimento rural, contribuindo desta maneira para a viabilidade das explorações agrícolas e com o intuito de reduzir a instabilidade de muitas famílias face à grave crise atual.

A principal produção agrícola no distrito está centrada na viticultura com o afamado vinho verde, na fruta (laranja de Amares cuja produção tem vindo a perder vitalidade, kiwis, melão de casca de carvalho, azeite e a floricultura), nos produtos hortícolas e no turismo. De destacar também a importância da pastorícia que, apesar de apresentar um decréscimo, desempenha um papel de relevada importância com a criação de gado de raça autóctone que, para além de contribuir para o desenvolvimento rural permite a reintrodução de bovinos (raça Cachena, Minhota e Barrosã) e de ovinos (raça Churra do Minho, Galega Mirandesa e Bordeleira).

Segundo o último Recenseamento Agrícola (2009), no distrito de Braga, encontram-se 15.663 explorações agrícolas de várias dimensões, encontrando-se 11.128 com uma área entre 1 e 5 hectares, sendo que só existem quarenta com uma dimensão superior a 50 hectares. Nos últimos anos, a agricultura no território minhoto tem vindo a perder interesse, tem-se assistido a um decréscimo na produção de frutas e de produtos hortícolas, como por exemplo, a laranja de Amares que, devido ao descuido e ao abandono das terras por parte dos seus proprietários, por falta de interesse nalguns casos, ou devido a outras situações mais dramáticas, tem conduzido à destruição de laranjais na procura de outro tipo de cultura mais rentável, ou até mesmo para a indústria da construção civil. Sobre este aspeto o entrevistado F. Silva refere que:

“[...] após o falecimento do nosso pai, nenhum dos meus irmãos quis ficar com as terras, uma vez que todos nós temos as nossas vidas já construídas. Eu estou perto de Amares e não faço questão sair daqui. Decidi, em comum acordo com os meus irmãos, comprar a parte deles, foi o melhor que pudemos fazer. [...] mas há quem venda para a construção, é claro que dá pena ver as laranjeiras, videiras e mais árvores arrancadas mas é preferível a ver o terreno cheio de silvas e giestas.”²²

Ainda neste aspeto A.C. Barbosa refere que:

²² F, Silva filho de agricultor (vd. Anexo F)

[...] “Devido ao facto de uma topografia difícil, parcelamentos, propriedades muito reduzidas com socalcos, caminhos muito apertados, a agricultura praticada no concelho tem sido mais de subsistência para algumas famílias. Entende-se que a pouca representatividade deste sector pode estar relacionada com o facto de a agricultura ser considerada como uma atividade complementar e não tem uma grande expressão ao nível da comercialização.”²³

O distrito de Braga possui 60.451 ha de SAU que são distribuídos como indica o quadro abaixo, no qual podemos constatar que uma grande parte da SAU é utilizada para culturas temporárias e pastagens.

Quadro 10 – Ocupação da área agrícola

	Permanentes	Pastagens	Temporária
SAU	9 %	21 %	70 %

Fonte: Elaboração própria a partir de INE – RGA (2009)

Ainda segundo o RGA 2009, existem 13.380 explorações agrícolas com aves, 2.561 com ovinos, 1.136 com caprinos, 7.637 com bovinos, 855 com equídeos, 7.802 com coelhos, 3.606 com suínos e, por fim, 701 com colmeias e cortiços.

Quadro 11- Explorações especializadas em produção vegetal, animal e mista

	Total	Explorações especializadas - produções vegetais	Explorações especializadas - produções animais	Explorações mistas
Amares	678	148	61	469
Barcelos	2737	491	1408	838
Braga	1180	275	269	636
Cab. Basto	1041	252	310	479
Cel. Basto	1442	364	185	893
Esposende	824	239	227	358
Fafe	1310	192	304	814
Guimarães	1187	354	188	645
P. Lanhoso	723	141	170	412
T. Bouro	490	79	219	192
V. Minho	821	96	343	382
V.N.Famalicão	1120	323	407	390
Vila Verde	1977	280	440	1257
Vizela	133	50	14	69
Total	15663	3284	4545	7834

Fonte: Elaboração própria a partir de INE – RGA (2009)

²³ A. Barbosa. Presidente da Câmara Municipal de Vieira do Minho (vd. Anexo E)

Contudo, como tem acontecido nos outros territórios nacionais, os agricultores têm sentido uma grande dificuldade no escoamento dos produtos. Nesta perspetiva, são várias as queixas fundamentadas pelos produtores, como refere M. Figueiredo²⁴:

[...] “Não temos direito de vender a preços justos, os apoios que nos dão vão parar aos grandes agricultores que vivem da exportação, e nós os pequenos e médios agricultores que somos a maioria neste país somos constantemente esquecidos.”

como ainda refere P. Pereira:

[...] “agricultura praticada no concelho é de pequena dimensão, existe uma taxa elevada de idosos, a população é bastante envelhecida, nota-se principalmente nas áreas montanhosas do concelho de Vila Verde, nas zonas mais recônditas. É notória a dificuldade em escoar os produtos que são de muito boa qualidade, os produtos agrícolas cultivados ainda com características tradicionais oferecem qualidade e sabor”.²⁵

Ainda na mesma perspetiva J. Rocha refere:

[...] “Ser pastor é uma profissão linda, tenho a possibilidade de admirar paisagens maravilhosas, no entanto é muito ingrato, principalmente quando o gado é atacado por lobos (eles estão sempre à espreita!). E temos muita dificuldade em receber o subsídio pela perda do animal, porque quando as autoridades chegam ao local onde o animal foi atacado, já não há vestígio da carcaça, o lobo não pede licença para comer! O único produto que consigo vender sem problema é o leite de ovelha, Portugal não é autossuficiente, dependemos muito dos espanhóis e dos franceses. Contudo, não consigo escoar o resto dos meus produtos, não tenho produção suficiente para comercializar devido à área do meu terreno ser muito pequena”²⁶.

Com uma população envelhecida, os Municípios tendem a combater a desertificação sentida no seu território, incentivando e promovendo a agricultura familiar. Constata-se uma nova dinamização da atividade por parte de novos empreendedores agrícolas que apostam

²⁴ M. Figueiredo, Agricultor (vd. Anexo F)

²⁵ P. Pereira, ATAHCA (vd. Anexo D)

²⁶ J. Rocha, pastor (vd. Anexo F)

nalguns projetos para a produção de pequenos frutos (frutos vermelhos, kiwis e as ervas aromáticas) com utilização de recursos inovadores e alguma tecnologia, demonstrando a capacidade e potencialidade da agricultura a fim de recuperar e promover os produtos autóctones que têm sido alvo de extinção e descaracterização por parte da população. A pastorícia tem sido igualmente alvo de dinamização com a criação de gado bovino e ovino.

Em suma, a agricultura familiar é importante para a dinamização do distrito de Braga. Porém, verifica-se que a atividade agrícola tem sofrido durante alguns anos um abandono por parte dos agricultores, principalmente nos concelhos com maior desertificação e predominantemente rurais de montanha, com fracas acessibilidades e fortemente dependentes de uma agricultura que não tem dimensão de mercado, com dificuldade em escoar os seus produtos, com recursos materiais e humanos (pouco qualificados) incapazes de inverter a tendência para o seu empobrecimento global. Estes são alguns dos aspetos que afetam os agricultores, levando em muitos dos casos ao abandono da prática agrícola. Contudo a iniciativa de associações para o desenvolvimento local, o trabalho desenvolvido pelas Câmaras Municipais tendem a combater a desertificação sentida no seu território, incentivando e promovendo a agricultura familiar. Consta-se que hoje novos empreendedores agrícolas apostam em novos produtos, como os pequenos frutos, a renovação da pecuária, a promoção da laranja e de outros frutos e a aposta no turismo rural. Estas iniciativas têm vindo a proporcionar um novo dinamismo a este sector de atividade.

6.1.4 Agricultura praticada no distrito da Guarda

O distrito da Guarda é constituído maioritariamente por zonas rurais, a população é muito envelhecida. A atividade agrícola não tem um peso significativo na economia da região, não permitindo aos agricultores obter rendimentos. No entanto a agricultura desempenha sobretudo um papel social, contribui para a conservação dos solos bem como das tradições agrícolas. Devido à falta de escoamento dos produtos e à falta de associativismo, os agricultores têm vindo a abandonar a prática da agricultura. A desertificação é acentuada, e as Câmaras Municipais não conseguem atrair novos habitantes.

O quadro seguinte apresenta a caracterização da população do concelho

Quadro 12 - Distribuição da população do distrito da Guarda

	População total	Densidade Populacional	População Ativa	População empregada	População Desempregada	População Inativa	População + 65 anos
A. Beira	5.473	26.5 / Km ²	40.1 %	36.6 %	8.9 %	53.2%	2 %
Almeida	7.242	14 / Km ²	38.8 %	34.8 %	10.1 %	56.2 %	2.3 %
C. da Beira	7.693	31.1 / Km ²	46.4%	41.2 %	11.1 %	47.1 %	3.1 %
F. C. Rodrigo	6.260	12.3 / Km ²	41.8 %	36.2 %	13.4 %	52 %	3.7 %
F. de Algodres	4.989	38 / Km ²	42.6 %	36.6 %	14.1 %	51.1 %	2.2 %
Gouveia	14.046	46.7 / Km ²	41.7 %	35.6 %	14.6 %	52.1 %	2.8 %
Guarda	42.541	59.7 / Km ²	54.9 %	47.7 %	13.1 %	38.9 %	2.5 %
Manteigas	3.430	28.1 / Km ²	42 %	35.7 %	14.8 %	52.2 %	2.1 %
Mêda	5.202	18.2 / Km ²	39.9 %	35.6%	9.5 %	54.6 %	3 %
Pinhel	9.627	19.9 / Km ²	42.5 %	37 %	12.8 %	51.5 %	2.7 %
Sabugal	12.544	15.2 / Km ²	35.5 %	32.1 %	9.5 %	59.3 %	1.4 %
Seia	24.702	56.7 / Km ²	46 %	40 %	13.2 %	47.9 %	1.9 %
Trancoso	9.878	27.3 / Km ²	42.2 %	38.6 %	8.6 %	51.3 %	3.8 %
V.N. Foz Côa	7.312	18.4 / Km ²	41 %	37.4 %	8.6 %	52.6 %	3.2 %

Fonte: Elaboração própria a partir de INE (2011)

Segue-se a distribuição da população ativa pelos três setores de atividade económica:

Quadro 13 - Distribuição da população ativa pelos setores de atividade

	Sector Primário	Sector Secundário	Sector Terciário
A. Beira	12,7%	24,6%	62,7%
Almeida	8,9%	17,8%	73,3%
Cel. Beira	7,8%	27,7%	64,5%
F. C. Rodrigo	24,1%	17,9%	58,0%
F. Algodres	5,6%	25,5%	68,8%
Gouveia	7,7%	22,7%	69,6%
Guarda	2,5%	20,1%	77,4%
Manteigas	4,7%	26,4%	68,9%
Mêda	16,7%	23,6%	59,6%
Pinhel	11,5%	25,9%	62,5%

Sabugal	8,9%	29,0%	62,1%
Seia	2,6%	31,7%	65,7%
Trancoso	10,2%	25,3%	64,5%
V. N. Foz Côa	24,1%	17,9%	58,0%

Fonte: Elaboração própria a partir de INE – RGA (2009)

Já no que diz respeito aos indicadores de envelhecimento do distrito da Guarda, estes demonstram uma população envelhecida, com uma taxa de natalidade bastante baixa como indicado no quadro abaixo.

Quadro 14 - Índice de Envelhecimento da população do distrito da Guarda

	Índice de envelhecimento	Taxa de natalidade	Índice de Dependência Idosos	Índice de Dependência Jovens
A. Beira	268,2%	5,7 ‰	50,9%	19,0%
Almeida	451,5%	5,3 ‰	67,2%	14,9%
Cel. Beira	241,8%	5,6 ‰	50,5%	20,9%
F.C. Rodrigo	304,0%	9,4 ‰	57,6%	19,0%
F. Algodres	293,7%	4,8 ‰	55,8%	19,0%
Gouveia	304,8%	6,1 ‰	56,6%	18,6%
Guarda	152,1%	7,7 ‰	31,9%	21,0%
Manteigas	288,0%	4,1 ‰	47,1%	16,3%
Mêda	342,5%	5 ‰	61,8%	18,0%
Pinhel	313,9%	4,3 ‰	57,2%	18,2%
Sabugal	513,3%	3,9 ‰	80,7%	15,7%
Seia	234,6%	6 ‰	41,9%	17,9%
Trancoso	268,7%	6,3 ‰	51,2%	19,0%
V. N. Foz Côa	287,4%	6,3 ‰	53,6%	18,7%
Portugal	125,8%	9,2 ‰	28,8%	22,5%

Fonte: Elaboração própria a partir de INE (2011)

A atividade agrícola do concelho está muito focada nas explorações agrícolas de média e pequena dimensão, onde o rendimento e atividade dos agricultores continuam a desempenhar um papel relativamente importante.

A principal atividade agrícola no distrito centra-se no setor dos lacticínios, na pastorícia, na produção de azeite, na amendoeira, na castanha, na semilha e na vinha, uma vez que existem concelhos pertencentes à região demarcada do Douro, o que tem trazido uma mais-valia ao distrito, a pastorícia que tem vindo a crescer.

Quadro 15 - Ocupação da área agrícola

	Permanentes	Pastagens	Temporária
SAU	28%	48%	24%

Fonte: Elaboração própria a partir de INE RGA (2009)

De acordo com o último momento censitário, a população agrícola familiar elevava-se a 42.945 habitantes, representando uma parte significativa da população do distrito, ou seja, 31.94%. Desta população de agricultores familiares, 22.70 % têm mais de 65 anos. Seguem-se os produtores agrícolas singulares com atividade remunerada exterior à exploração com um universo de 12.020 indivíduos. Com uma população envelhecida, a iniciativa dos municípios para o desenvolvimento local tende a combater a desertificação sentida no seu território, incentivando e promovendo a agricultura familiar. É no ramo da viticultura que se assinala um aumento bastante significativo com um registo de 347.306 hl, em 2013, face ao valor de 2009 de 278.165 hl de vinho de mesa. Esta subida de produção deve-se à melhoria de técnicas e à introdução de novas vinhas. Contudo, o ramo de atividade ligado ao azeite também teve um aumento com valores significativos (17.688 t em 2013 contra os 14.847 t em 2009), fator que se explica pela procura de qualidade por parte do consumidor e instalação de novas explorações no ramo do azeite. O entrevistado A. Morgado salienta e explica que:

[...] 80% da população de agricultores têm entre 65 e 90 anos, sendo que o concelho tem uma taxa de população envelhecida muito alta. No entanto, vieram para o nosso concelho agricultores de fora com formação académica superior e que se propuseram cultivar determinado tipo de oliveira a fim de obter um azeite de qualidade para um público exigente e conhecedor do produto. O azeite produzido já obteve prémios internacionais, temos de ter orgulho neste tipo de exploração e apoiar iniciativas deste género, afinal é disto que precisamos”²⁷.

²⁷ A. Morgado, Vice – Presidente da Câmara Municipal de F. C. Rodrigo (vd – Anexo E)

Contudo, e apesar do esforço do município em atrair jovens agricultores para o concelho, A. Sousa salienta que:

[...] “Apesar dos esforços em atrair jovens para a agricultura, os resultados não são animadores, é uma atividade muito dura, nem sempre dá frutos. Porém vê-se pequenos produtores de fora que vieram instalar-se para o concelho a fim de montar o seu negócio”.²⁸

Todavia, deve-se salientar que o apego à terra pode levar à continuidade da atividade agrícola, ainda que esta não tenha grande viabilidade económica.

O entrevistado A. Capela comenta e esclarece que:

[...] “trabalho na agricultura por necessidade, a fim de poder compensar a minha magra reforma, já que nunca trabalhei noutra ramo a não ser na agricultura, e se não fosse esta atividade passaríamos alguma necessidade. A terra já pertencia aos meus pais e por respeito continuei a trabalhar, prefiro não ter grandes luxos mas não me desfaço do meu pedaço de chão”.²⁹

O entrevistado C. Seromenho comenta e salienta que:

[...] “os preços elevados dos produtos para a agricultura, a falta de escoamento dos nossos produtos, a diminuição da população jovem no concelho, o parcelário, todos estes fatores juntos levam ao abandono da agricultura e, conseqüentemente, à desertificação das povoações do concelho”.³⁰

No entanto, e apesar da diminuição da população, A. Sousa salienta que:

[...] “têm aparecido jovens empresários que não são deste concelho e que, por motivos pessoais e/ou familiares, decidiram instalar-se no território e criaram o seu próprio negócio em atividades diferentes como aviários, queijarias e chegamos mesmo a ter grandes rebanhos de ovelhas. A Mêda possui os maiores rebanhos de ovinos do distrito da Guarda, no entanto, o leite não chega para a produção de queijo da Serra”.³¹

²⁸ A. Sousa, Presidente da Câmara Municipal de Mêda (vd – Anexo D)

²⁹ A. Capelas, agricultor (vd – Anexo F)

³⁰ C. Seromenho, agricultor (vd – Anexo F)

³¹ A. Sousa, C. M. M (vd – Anexo E)

Em suma, o distrito da Guarda possui uma população muito envelhecida e tem uma taxa de desertificação já considerável. Em causa está a falta de oportunidades de emprego qualificado e os recursos materiais e humanos que são incapazes de inverter a tendência para o seu empobrecimento global. O escoamento dos produtos a melhores preços são alguns dos aspetos que afetam os agricultores, levando em muitos dos casos ao abandono da prática agrícola no território. No entanto, assiste-se a uma revitalização que aposta nos produtos de primeira qualidade que, para além de serem típicos desta região, assentem na qualidade dos solos e características únicas climatéricas que o distrito oferece. Deve-se salientar que os produtos locais têm capacidade de serem reconhecidos internacionalmente.

VII. ANÁLISE DOS RESULTADOS

A agricultura nos territórios do interior norte e centro tem vindo a desaparecer ao longo dos anos, fruto de políticas agrícolas erradas, de uma população envelhecida e de uma falta de emprego, originando uma desertificação muito acentuada. Segundo os entrevistados “uma população cada vez mais envelhecida, os jovens e até mesmo as pessoas de idade média, enfim, estão a ficar desempregadas e estão a emigrar”³².

Segundo M. Raimundo técnica da AARTVC “(...) a grande maioria, talvez 80%, já têm assim uma idade avançada, temos muito poucos jovens, temos pouca gente, muitos deles com baixas habilitações e portanto pessoas que estão na agricultura às vezes mais por amor à terra, (...). É mesmo por amor à terra porque a maioria tira mais prejuízo do que lucro, (...).”³³

Ainda na mesma perspetiva A. Marques técnico da AJAC comenta “(...) a idade dos agricultores varia entre os 18 e os 90 anos. Se calhar 90% da população agrícola do concelho tem mais de 65 anos, pelo menos... é nessa faixa etária, entre os 65 e os 90, por aí...”³⁴

Para A. Monteiro agricultor do concelho de Vieira do Minho, “a falta de especialização na agricultura e a desertificação sentida no concelho, a população já envelhecida e a fuga dos jovens qualificados para a cidade de Braga ou para o estrangeiro, são os grandes problemas da nossa agricultura.”

Atualmente e apesar dos esforços das associações de agricultores com o intuito de promover os produtos locais, os agricultores enfrentam o problema do escoamento, o facto de não existir dimensão de mercado muitos agricultores não conseguem escoar os seus produtos, o que leva a que muitos deles abandonem a agricultura.

Neste contexto, A. Marques acrescenta o seguinte:

“ (...) porque os mercados estão destruídos, portanto a parte comercial (...) isto é uma bola de neve. Se o produto não tem valor, a pessoa deixa de produzir e a agricultura que há no conselho é baseada nas ajudas dos subsídios. A pessoa não produz para vender, mas sim trata os terrenos para receber as ajudas.”³⁵

Ainda a este propósito, A. Cardoso agricultor do concelho de Figueira de Castelo Rodrigo, comenta que:

³² A. Sousa, CMM.

³³ M. Raimundo, AARTVC

³⁴ A. Marques, AJAC

³⁵ A. Marques, AJAC

“(…) muito complicada, muito difícil. Temos uma agricultura que não é valorizada, estou cansado de trabalhar a terra sabendo que é complicado vender os meus produtos (...) temos um país que não valoriza a agricultura, só valoriza os grandes produtores, as grandes plantações, aqueles que vendem para os supermercados, nós fomos esquecidos pelo governo (...)”³⁶

Ainda neste domínio M. Pedro agricultora do concelho de Mêda salienta que:

“há uma falta de reconhecimento dos nossos produtos, as pessoas querem comprar barato, pensam que vendemos aos preços dos hipermercados, isso é impossível, o produto é feito com a melhor matéria prima, de excelente qualidade e se é para vender ao desbarato, mal vale estar quieto, (...) “ a nossa agricultura não é valorizada, pelo contrario é menosprezada, e o agricultor desmotiva porque nada é bem pago, mais para ter uma ideia do que estou a dizer, as cooperativas estão a vender o nosso azeite ao desbarato, não valorizam o que é nosso.”³⁷

Para além de uma população envelhecida, de uma agricultura pouca dinâmica com problemas de escoamento e da falta de valorização dos produtos agrícolas, existe ainda o estigma de ser agricultor.

Neste contexto R. Xavier presidente da CAVIVER acrescenta “ o estigma que as pessoas tinham da agricultura, a falta de oportunidade, a vida dura que os agricultores levavam (...) conduziu a que as nossas pessoas mais jovens comessem a desistir de ser agricultor”³⁸

Ainda nesta área A. Capela agricultor do concelho de Mêda salienta que “(...) a agricultura ainda hoje é considerada como uma atividade dos pobres (...)”³⁹

Nesta perspetiva R. Freitas agricultor do concelho de Figueira Castelo Rodrigo comenta que:

“ nós agricultores somos vistos como aqueles que não servem para nada, trabalhar na agricultura é ridiculizada, existe um grande estigma da agricultura. (...) sinto que não há futuro para a agricultura aqui na zona, no nosso concelho (...)”⁴⁰

Para muitos a adoção de políticas agrícolas erradas, do pagamento de subsídios para não produzir, conduziram a uma situação na qual a agricultura familiar se encontra neste momento nos concelhos em análise. A. Marques reconhece a situação difícil em que se encontra a agricultura no concelho de Figueira de Castelo Rodrigo. Isto é para ele:

³⁶ A. Cardoso, agricultor do concelho de F. C. Rodrigo

³⁷ M. Pedro, agricultora do concelho de Mêda

³⁸ R. Xavier, CAVIVER

³⁹ A. Capela, agricultor do concelho de Mêda

⁴⁰ R. Freitas, agricultor do concelho de F. C. Rodrigo

“(…) A pessoa não produz para vender, mas sim trata os terrenos para receber as ajudas. Destruíram, isto é, essa política agrícola não tem sido dirigida à produtividade, mas sim às grandes áreas do Alentejo e aqui apanhamos por tabela, (…) e como o subsídio é dirigido só para as pessoas estarem quietas, cada vez mais assiste-se ao abandono local.”⁴¹

Ainda no mesmo seguimento, E. Machado agricultor do concelho de Trancoso evidencia a falta de políticas adequadas para a agricultura:

“uma política errada, indemnizações pouco compensatórias levam ao desespero de muito agricultores principalmente os mais velhos, (…) políticas feitas por gente de gabinete nunca poderão incentivar os agricultores a continuar a trabalhar nesta atividade (…)”⁴²

Perante este cenário pouco dinamizador, outro fator que condiciona a agricultura prende-se pelo facto de existir um clima e um relevo geográfico muito acidentado onde os terrenos estão situados em zonas de montanha que dificultam muito o acesso dos agricultores às propriedades.

Neste contexto M. Raimundo técnica da AARTVC acrescenta o seguinte:

“(…) nós temos uma agricultura numa zona montanhosa, portanto acaba por ser uma pequena agricultura, por causa dos terrenos pequenos, com muitas parcelas (...), já vai aparecendo a agricultura mecanizada, mas a maior parte ainda não. Pequenas parcelas em que muitas delas não dão sequer para utilizar maquinaria.”⁴³

Ainda no seguimento desta ideia, A. Barbosa presidente da Câmara Municipal de Vieira do Minho salienta que:

(…) agricultura aqui no concelho, fruto da topografia difícil (...) como também do emparcelamento, aliás do desparcelamento porque nós temos propriedades muito reduzidas com muitos socalcos e muito apertados(...). Devido ao facto de caminhos muito apertados, a agricultura praticada no concelho tem sido mais de subsistência para algumas famílias.⁴⁴

Ainda a este propósito P. Mesquita agricultor de Figueira de Castelo Rodrigo comenta que:

“(…) com acessos complicados aos terrenos, temos dificuldade em utilizar o trator (...).”⁴⁵

⁴¹ A. Marques, AJAC

⁴² E. Machado, agricultor do concelho de Trancoso

⁴³ M. Raimundo, AARTVC

⁴⁴ A. Barbosa, Presidente da Câmara Municipal de Vieira do Minho

⁴⁵ P. Mesquita, agricultor de Figueira de Castelo Rodrigo

Apesar de uma agricultura familiar em declínio, esta agricultura possui pontos fortes que não são aproveitados, são subvalorizados. Uma agricultura que produz produtos de excelente qualidade. Para muitos agricultores o problema vem da falta de informação por parte do consumidor, não tendo conhecimento sobre os custos de produção. Deste modo, M. Pedro agricultora do concelho de Mêda reconhece que a falta de informação por parte do consumidor é um entrave ao escoamento dos produtos agrícolas, isto é:

“produzimos produtos de qualidade superior, ninguém passa fome aqui no concelho, todas as casas são fartas, temos de tudo, temos qualidade de vida no sentido da alimentação, mas não conseguimos ter qualidade de vida financeira nem económica, (...) “há uma falta de reconhecimento dos nossos produtos, as pessoas querem comprar barato, pensam que vendemos aos preços dos hipermercados, isso é impossível, o produto é feito com a melhor matéria prima, de excelente qualidade e se é para vender ao desbarato, mais vale estar quieto, (...) “ a nossa agricultura não é valorizada, pelo contrario é menosprezada, desmotiva porque nada é bem pago, mais, para ter uma ideia do que estou a dizer, as cooperativas estão a vender o nosso azeite ao desbarato, não valorizam o que é nosso.””⁴⁶

A falta de visão estratégica por parte do poder local tende a ser um entrave à dinamização do tecido agrícola nos concelhos em causa, o pouco conhecimento dos recursos humanos, o facto de não financiar projetos levam a uma desmotivação por parte dos agricultores, é um entrave para iniciar qualquer atividade agrícola. Como salienta M. Pedro agricultora do concelho de Mêda:

“(...) acho que a Câmara de Mêda não está vocacionada para estes empreendedores, não está a valorizar quem quer instalar-se numa coisa destas, (...) precisei muito do apoios dos técnicos da Câmara para abrir a queijaria, foram eles que desenvolveram todo o projeto, mas tudo sempre um pouco forçado porque eles não sabiam fazer este tipo de projeto, foi uma novidade, foi a primeira queijaria do concelho, foi muito empurrado por nós, quase que obrigados, (...) porque não consideraram um projeto aliciante, afinal o apoio não foi financeiro, foi só técnico, relativamente á papelada, à burocracia, (...) não houve financiamento por parte da Câmara, enquanto que há outros concelhos que apoiam logo à partida uma empreendimento desta natureza.”⁴⁷

Por sua vez A. Cardoso agricultor do concelho de Figueira de Castelo Rodrigo acrescenta que “(...) a Câmara só ajuda os grandes produtores não é o meu caso, eu sei que deram apoios a alguns vizinhos meus, é sempre a mesma coisa, quem tem dinheiro tem ajuda de todos, quem não tem fica na mesma.”⁴⁸

⁴⁶ M. Pedro, agricultora

⁴⁷ M. Pedro, agricultora, do concelho de Mêda

⁴⁸ A. Cardoso, agricultor do concelho de F.C. Rodrigo

No mesmo seguimento de ideias, M. Pedro agricultora do concelho de Mêda vai mais longe ao afirmar que:

“ (...) acho que a Câmara da Mêda não está vocacionada para estes empreendedores, não está a valorizar quem quer instalar-se numa coisa destas.”⁴⁹

Por sua vez, e segundo E. Seromenho agricultor do concelho de Mêda refere que:

“já ouvi falar dos apoios da Câmara, não sei ao certo como funcionam, tenho as minhas dúvidas, acho que a Câmara não auxilia devidamente os agricultores.”⁵⁰

E para finalizar, P. Frade agricultor do concelho de Trancoso também refere que “acho que quem trabalha nos gabinetes de projeto da Câmara deveria ter mais formação, ser mais proactivo, são boas pessoas, mas isso não chega.”⁵¹

Porém nem tudo é negativo, assiste-se a uma renovação do tecido agrícola, novos investimentos têm aparecido, mais precisamente no concelho de Vila Verde onde se tem apostado na cultura de frutos vermelhos, e outras culturas em estufas. Segundo P. Pereira técnico da ATAHCA refere que:

“(...) novas produções agrícolas, novas atividades, vamos ver como é que elas correm, (...) existe um grande incremento na produção de pequenos frutos, na produção de cogumelos (...), plantas medicinais e aromáticas também, era uma atividade que já tinha algum histórico, tínhamos aí uma ou duas instituições que tinham sido pioneiras, (...), são essas novas atividades que vieram dar alguma vivacidade.”⁵²

Nesta perspetiva e no seguimento do que foi referido anteriormente A. Barbosa presidente da Câmara Municipal de Vieira do Minho defende que:

“(...) há muitos mais jovens qualificados, como professores, engenheiros, licenciados que optam por desenvolver o seu projeto agrícola, (...) esses jovens criam emprego, e trazem nova tecnologias, (...) poderá ser um passo importante no desenvolvimento da agricultura aqui no concelho.”⁵³

Ainda no seguimento da mesma ideia, M. Figueiredo agricultor do concelho de Amares refere que a agricultura está a recuperar (...), temos assistido à instalação de novas explorações agrícolas principalmente no ramo dos frutos vermelhos e alguns cogumelos.⁵⁴

⁴⁹ M. Pedro, agricultora do concelho de Mêda

⁵⁰ E. Seromenho, agricultor do concelho de Mêda

⁵¹ P. Frade, agricultor do concelho de Trancoso

⁵² P. Pereira, ATAHACA

⁵³ A. Barbosa, presidente da Câmara Municipal de Vieira do Minho

⁵⁴ M. Figueiredo, agricultor no concelho de Amares

E, para finalizar, E. Santos agricultor no concelho de Amares, refere que “(...) a qualidade dos produtos é reconhecida, temos uma agricultura muito dinâmica, os solos são de excelente qualidade bem como o clima permite-nos cultivar um grande leque de produtos (...) estou nos frutos vermelhos, apostei nesta atividade e há espaço para mais agricultores, nunca é demais, há mercado para este tipo de produtos (...) apostamos na qualidade dos nossos produtos, o facto de viver a pouco quilómetros de Braga ajuda na venda dos frutos, conseguimos tirar partido desta proximidade.”⁵⁵

Em suma, a agricultura familiar praticada nos territórios em análise encontra-se em total declínio, com uma população bastante envelhecida, uma zona geográfica montanhosa, a falta de reconhecimento por parte do consumidor relativamente aos preços dos produtos, a pouca visão estratégica das Câmaras, sucessivas políticas agrícolas erradas e o estigma que se tem vivido desde há muitos anos, levam a que a agricultura familiar tenda a desaparecer.

7.1 Agricultura familiar e desenvolvimento rural: Perspetivas das Câmaras Municipais e das Associações de agricultores

Para muitos, o desenvolvimento rural passa por novos projetos, introduzindo inovação tecnológica. A introdução de novas técnicas de produção como por exemplo os frutos vermelhos onde nunca tinha existido esse tipo de fruto, leva a que muitas associações e Câmaras apostassem nessa atividade. Todas as entidades locais consideram fundamental a implementação de novos projetos e consideram importante o desenvolvimento rural, a fim de poder trazer novas condições para os seus habitantes com o intuito de fixar população bem como atrair gente nova para os concelhos.

É nesta perspetiva que A. Barbosa presidente da Câmara Municipal de Vieira do Minho defende que “ a inovação é importante em todas as atividades, em toda a sociedade e também na agricultura (...) as novas tecnologias são novas formas desenvolver a agricultura porque certamente poderão ser um passo importante no desenvolvimento rural aqui no concelho.”⁵⁶

A aposta da Associação de Desenvolvimento das Terras Altas do Homem, Cávado e Ave (ATAHCA) no âmbito da inovação e da implementação de novos projetos tem sido grande.

⁵⁵ E. Santos, agricultor no concelho de Amares

⁵⁶ A. Barbosa, CMVM

Por sua vez P. Pereira técnico da ATAHCA defende que “(...) uma revitalização do sector com a entrada de jovens agricultores, uma fornada de jovens, com base muito pela ação dos investimentos financeiros que fizemos, o PRODER, (...), nota-se que nestes últimos quatro/cinco anos, tem havido alguma reabilitação, novas produções agrícolas, novas atividades, (...), um grande incremento na produção de pequenos frutos, na produção de cogumelos que aqui na zona não tínhamos, plantas medicinais e aromáticas também, (...) são essas novas atividades que vieram dar alguma vivacidade.”⁵⁷

Por outro lado, a recuperação de raças autóctones veio revitalizar o tecido agrícola da zona de Vieira do Minho, com a recuperação de raças bovinas, assim como suínas. Ainda neste domínio, A. Barbosa presidente da Câmara Municipal de Vieira do Minho, refere que “existem casos interessantes na produção do porco bísaro, bem como na recuperação da raça bovina “Cachena”, temos aí algumas explorações (...).”⁵⁸

Contudo, e apesar dos esforços desenvolvidos pelo poder local, a inexistência de associação de agricultores não permite a criação de mais projetos agrícolas. É neste sentido que A. Barbosa defende que (...) necessitamos de associação mais proactiva e que trabalhe em colaboração connosco, o que infelizmente ainda não existe, temos uma cooperativa que tem feito um esforço, mas fruto da pouca atividade agrícola dos últimos anos, não se modernizou o suficiente e portanto, não acompanhou a evolução do sector agrícola que tanto precisamos, (...) queremos de certa forma que a autarquia tenha um papel mais interveniente no apoio aos agricultores.”

Em Trancoso a aposta é grande no sentido de se querer reintroduzir produtos que há muito tinham praticamente desaparecido. Segundo A. Salvador presidente da Câmara Municipal de Trancoso, comenta que “(...) estão a aparecer alguns jovens empresários com projetos novos, sobretudo na área dos castanheiros, na pecuária também e é com esses pequenos jovens agricultores que nós contamos, com esse espírito empreendedor que nós queremos continuar a apoiar (...) também, no âmbito das queijarias, temos já alguns casos de sucesso e brevemente abrirão outras empresas também nesse campo.”⁵⁹

O aconselhamento é também muito importante quer para A. Sousa quer para M. Raimundo. Nesta perspetiva, M. Raimundo, técnica da AARTVC, refere que “(...) fazemos os

⁵⁷ P. Pereira, ATAHCA

⁵⁸ A. Barbosa, CMVM

⁵⁹ A. Salvador, CMT

projetos e ajudamos as pessoas na elaboração dos mesmos, quem recorre aos nossos serviços são agricultores jovens e de meia-idade, (...) vai havendo um ou outro que quer fazer novos projetos para as vinhas a fim de as renovar, (...) são bons projetos, (...) temos um caso de sucesso a “Quinta Vale D’Aldeia”, uma adega que construíram de raiz, tudo é moderno lá por dentro, recorreram aos fundos comunitários.”⁶⁰

Ainda na área do aconselhamento para a elaboração de novos projetos agrícolas muitos agricultores não conseguem sequer elaborar uma candidatura por não ter área agrícola suficiente. Muitas das propriedades são constituídas por pequenas parcelas. A morosidade e a burocracia são outros entraves e, com uma população envelhecida, é difícil criar projetos agrícolas. M. Pedro, agricultora do concelho de Mêda, tendo bem presente a importância do aconselhamento, bem como do financiamento salienta que: “ (...) conheço, mas acho que os apoios não são aliciantes, o PRODER, conheço algumas medidas, é um projeto um pouco fantasioso, (...) primeiro que se consiga desenvolver um projeto demora imenso tempo para ser aprovado, uma pessoa até que o implementa já desiste à partida pelo simples facto da morosidade da sua aprovação, (...) foi um dinheiro mal investido, o dinheiro não foi usado para o proveito da agricultura mas sim para proveito próprio, (...) e hoje em dia está tudo abandonado, os pequenos projetos estão ao abandono, os agricultores governaram-se com o dinheiro e não continuaram a investir, não houve fiscalização.”⁶¹

Concluindo, os projetos são mal constituídos, a falta de associações de agricultores, o pouco conhecimento dos técnicos na elaboração de candidaturas, uma política agrícola que não ajuda em nada a agricultura, leva a que o agricultor deixe de trabalhar. É nesta perspetiva que A. Marques, técnico da AJAC, defende que: “(...) os novos agricultores têm de ter pelo menos o 9ºano, a lei assim o exige. O que não quer dizer que venham para a agricultura para serem agricultores mas sim para serem agricultores de “subsídio”. A legislação agora oferece dinheiro para as pessoas plantarem um marmeleiro, e põem lá uns marmeleiros (...) deixam morrer as árvores. O concelho de Figueira de Castelo Rodrigo tem marmeleiros para fazer trabalhar uma indústria. Ninguém apanha os marmelos porque custa 7 ou 8 cêntimos/Kg (...) o objetivo era o subsídio, portanto não vale a pena trabalhar. A política, não incentiva a produção. As políticas de subsídios são para as pessoas estarem quietas, para não trabalhar (...).”⁶²

⁶⁰ M. Raimundo, técnica da AARTVC

⁶¹ M. Pedro, Agricultora

⁶² A. Marques, AJAC

7.2 Agricultura familiar e desertificação: Perspetivas dos agricultores

O estado da agricultura na perspetiva dos agricultores é bastante negativo, um setor pouco dinamizador, com uma fraca capacidade de escoamento dos produtos de primeira qualidade, uma agricultura de subsídio, terrenos constituídos por parcelas de pequenas dimensões, todos estes fatores proporcionam o abandono da agricultura. É nesta perspetiva que M. Figueiredo agricultor do concelho de Amares afirma que “a falta de escoamento dos produtos leva a que muitos dos agricultores acabem por desistir de trabalhar nesta atividade (...) a falta de interesse por parte do poder local é outro entrave para que a nossa agricultura seja reconhecida como uma atividade importante para a economia local (...) a ausência de mão-de-obra jovem não ajuda, pelo contrário, não há habitantes novos no concelho, não há investimentos, nem novas ideias para dinamizar a agricultura (...).”⁶³

Por sua vez, R. Silva agricultor do concelho de Trancoso comenta que relativamente aos apoios da Câmara “ (...) sei que existe um gabinete técnico, mas eles não sabem como fazer projetos, são muito demorados, não dão apoio financeiro, somente técnico (...) os projetos ligados à agricultura não têm grande visibilidade por parte da Câmara, se for grandes explorações ou empresas transformadoras, ai sim já ajudam em tudo.”⁶⁴

Ainda neste contexto M. Pedro argumenta que “ há uma grande falta de incentivo e sensibilização por parte do poder local para quem pretende estabelecer-se por conta própria na agricultura (...) tudo é mal feito para eles, não nos valorizam, e é desmotivante, (...) somos despromovidos, são os governantes locais que temos, a desertificação vai continuar enquanto não houver uma pessoa dinâmica que faça por atrair mais gente.”⁶⁵

Já para E. Santos agricultor do concelho de Amares, a Câmara Municipal tem tido um papel muito ativo na promoção da agricultura, “tem sido uma grande ajuda para nós agricultores (...) os apoios da Câmara são importantes para a elaboração de candidaturas, tem técnicos bem informados e muito competentes que nos proporcionam uma grande ajuda, temos apoio constante.”⁶⁶

⁶³ M. Figueiredo, Agricultor

⁶⁴ R. Silva, Agricultor

⁶⁵ M. Pedro, Agricultora

⁶⁶ E. Santos. Agricultor

Por outro lado, uma população bastante envelhecida, sucessivas políticas agrícolas erradas conduziram a agricultura para o abandono deixando de ser considerada como uma atividade lucrativa, e, ainda instalou-se um estigma relativamente ao agricultor. A inculcação de uma mentalidade retrógrada leva ao abandono da atividade, é neste seguimento de ideia que R. Silva agricultor do concelho de Trancoso comenta “apesar de trabalhar como agricultor e de conseguir viver desta atividade, ainda existe uma mentalidade muito retrógrada, devemos combater esta situação, investindo em formação e tecnologia.”⁶⁷

Ainda no seguimento da mesma ideia, quer para E. Machado, quer para R. Freitas, “os agricultores são vistos como aqueles que não servem para nada, quem trabalha na agricultura é ridiculizado, não é uma atividade que desperte interesse por parte dos consumidores, existe um grande estigma em torno da agricultura.”⁶⁸

Para finalizar, M. Rocha agricultor no concelho de Vieira do Minho comenta que, “existe um estigma em torno da agricultura, muitos jovens não querem trabalhar no campo, preferem emigrar do que contribuir para o desenvolvimento rural.”⁶⁹

Conscientes da necessidade em investir nas explorações agrícolas os agricultores tentam elaborar candidaturas aos fundos europeus como por exemplo o PRODER. Este programa tem sido uma estratégia para o financiamento de projetos agrícolas. No entanto por causa do parcelário, da idade avançada dos agricultores, da falta de motivação dos mesmos, da pouca informação prestada pelas associações agrícolas, assim como do poder local, nem todos os agricultores têm acesso aos respetivos programas de fundos estruturais. É neste contexto que N. Gonçalves defende que, “tem sido uma política com grande potencial para o desenvolvimento do país, mas não é favorável para o desenvolvimento rural (...) antigamente não havia fiscalização dos projetos financiados, hoje a situação é melhor, (...) poderíamos tirar mais partido das políticas. (...) já recorri ao PRODER, acho um programa que não se adequa à realidade portuguesa, simplesmente porque os nossos terrenos são de pequena dimensão, este tipo de apoio não contempla o parcelário.”⁷⁰

Por sua vez, R. Silva, afirma que “duvido muito que os apoios têm ajudado em muito os agricultores, a elaboração é muito demorada, muita burocracia, é só gente a chatear (...) esses projetos não foram feitos para ajudar os pequenos agricultores com pequenas áreas de

⁶⁷ R. Silva, Agricultor

⁶⁸ R. Freitas, Agricultor

⁶⁹ M. Rocha, Agricultor

⁷⁰ N. Gonçalves, Agricultor

terreno, somente a partir de uma determinada área de terra, não é um programa de desenvolvimento muito justo.”⁷¹

Neste contexto, E. Machado agricultor do concelho de Trancoso refere que “os pequenos agricultores não têm direito a nada, se queremos plantar oliveiras temos de pedir autorização, caso contrário são oliveiras clandestinas e somos obrigados a arrancá-las e ainda por cima levamos com uma multa.”⁷²

Ainda neste âmbito, também P. Frade, agricultor do concelho de Trancoso, reconhece que “o parcelário tem dificultado em muito a elaboração de projetos, simplesmente porque os terrenos não têm a dimensão requerida (...) esta política não está bem enquadrada na nossa região, nunca apostou nas pequenas explorações, mas sim nas de grande dimensão (...) as sucessivas políticas agrícolas erradas contribuíram para o estado da agricultura, para o abandono das terras, para uma desertificação muito acentuada no nosso concelho bem como em todo o distrito da Guarda.”⁷³

A falta de escoamento dos produtos agrícolas tem sido o principal fator apontado pelos agricultores no que diz respeito o abandono da agricultura. Os agricultores dos concelhos em análise confirmaram que tem sido um problema sem solução, apesar de alguma ajuda por parte do poder local, bem como das associações agrícolas, o problema persiste. É neste sentido que R. Freitas agricultor do concelho de Figueira de Castelo Rodrigo comenta que “ (...) a culpa é a falta de escoamento, não há ninguém, que quer comprar os produtos, tenho dificuldade em vender.”⁷⁴

Nesta perspetiva, A. Capela agricultor do concelho de Mêda comenta “ a falta de escoamento é o grande problema (...) não consigo vender os meus produtos, (...) ofereceram-me 2.5 € por cada saca de 25 quilos de batatas, (...) não dá para comprar uma saca à cooperativa, não vendi.”⁷⁵

Ainda neste contexto, R. Silva salienta que “a falta de escoamento dos produtos leva a que muitos agricultores acabem por desistir de trabalhar nesta atividade (...) como posso competir com os espanhóis quando introduzem a batata espanhola a 0.04 € o quilo.”⁷⁶

⁷¹ R. Silva, agricultor

⁷² E. Machado, Agricultor

⁷³ P. Frade, Agricultor

⁷⁴ R. Freitas, Agricultor

⁷⁵ A. Capela, Agricultor

⁷⁶ R. Silva, agricultor

Para J. Frade agricultor do concelho de Vila Verde, o escoamento dos produtos agrícolas é um problema com difícil resolução “aqui o grande problema é a falta de escoamento, vende-se os produtos quase de graça, é complicado viver assim (...).”⁷⁷

Já para F. Silva agricultor do concelho de Amares, a realidade é outra pela proximidade da cidade de Braga onde consegue escoar os produtos agrícolas, refere que “consigo escoar todos os meus produtos o que me permite viver confortavelmente (...) o facto de viver perto de Braga permite o escoamento dos produtos, temos cidades como Guimarães e o Porto onde se consegue igualmente escoar muita produção.”⁷⁸

Os agricultores entrevistados defendem que a agricultura familiar não contribui para o combate da desertificação nos territórios em análise, pelo contrário. É neste sentido que A. Cardoso agricultor do concelho de Figueira de Castelo Rodrigo refere que “infelizmente não é a agricultura familiar que nos vai permitir lutar contra a desertificação, pelo contrário, a agricultura leva as pessoas a deixar as aldeias, não temos futuro aqui (...).”⁷⁹

Para P. Mesquita, a agricultura familiar não tem capacidade para lutar contra a desertificação, para este agricultor do concelho de Figueira de Castelo Rodrigo os agricultores estão a morrer, não há saída, e refere que “cabe ao governo tratar do assunto.”⁸⁰

No mesmo contexto, N. Gonçalves agricultor do concelho de Mêda refere que “no concelho a maioria dos prédios estão ao abandono, eu entendo os proprietários, não há incentivo para trabalhar.”⁸¹

Além disso, e ainda segundo M. Pedro agricultora do concelho de Mêda a agricultura não é um incentivo para uma pessoa sair da cidade e vir instalar-se no campo, não é rentável. Para E. Machado argumenta que “a falta de emprego leva a uma emigração dos jovens qualificados, não há empenho por parte do poder local a fim de combater este êxodo, continua a sair cada vez mais gente.”⁸²

Ainda no mesmo seguimento de ideia, M. Pires, agricultor do concelho de Vieira do Minho, salienta que “há já uma grande desertificação, sente-se mais nas freguesias limítrofes com Terras de Bouro ou Montalegre, nessas aldeias há pouca gente, com duas ou três crianças,

⁷⁷ J. Frade, agricultor

⁷⁸ F. Silva, Agricultor

⁷⁹ A. Cardoso, agricultor

⁸⁰ P. Mesquita, agricultor

⁸¹ N. Gonçalves, agricultor

⁸² E. Machado, agricultor

(...) as únicas saídas profissionais no concelho estão ligadas à agricultura, temos muita área situada na serra da Cabreira, e aí, não se pode fazer nada, é área protegida.”⁸³

Já, M. Figueiredo não se queixa da situação vivida no concelho de Amares, referindo que “a agricultura está a recuperar no concelho de Amares, temos assistido à instalação de novas explorações agrícolas (...) o nosso concelho é bastante turístico, há muito movimento e muita procura dos nossos produtos (...) temos pouca desertificação (...) existem freguesias que sempre tiveram pouca gente mas não estão desertificadas.”⁸⁴

7.3 Iniciativas para travar a desertificação nos concelhos em estudo

A população do território nacional está na sua maioria concentrada nas grandes cidades à beira-mar. A principal motivação que origina a deslocalização para o Litoral está sempre relacionada com a oferta de trabalho. Para tentar travar a desertificação e o envelhecimento, os municípios lançaram vários benefícios sociais e fiscais a fim de atrair novos habitantes. O resultado é transversal: sem angariarem novos habitantes ou quase nenhuns, os apoios acabam por melhorar a qualidade de vida de quem já lá vive.

A falta de oportunidades de trabalho empurra os mais novos para outros destinos com maior oferta de empregabilidade. Dos que ficam, poucos conseguem arranjar trabalho. Não há fábricas, somente pequenos comércios com um ou dois empregados e existem negócios de família. A maior parte das pessoas que vivem nos concelhos de Mêda, Trancoso, Figueira de Castelo Rodrigo, Amares, Vila Verde e Vieira do Minho trabalham ou na Autarquia ou em empresas municipais, pequenos comércios ou estão ligados à agricultura. Muitos autarcas apostam em iniciativas conjuntas com outros municípios. Na tentativa de compensar a falta de trabalho, estas câmaras têm desenvolvido mecanismos fiscais para fixar os moradores. A estratégia das câmaras passa por melhorar a qualidade de vida tentando criar um território socialmente atrativo. No entanto, é com os idosos que se encontra a maior fatia de ofertas de trabalho. Mas, é no campo da agricultura que o poder local pretende ajudar e atrair mais jovens para os seus respetivos concelhos através de incentivos fiscais. No caso de Vila Verde, são oferecidas condições especiais para empresas que pretendem instalarem-se no concelho. Este município é caracterizado por uma parte do território a sul, relativamente dinamizado e em

⁸³ M. Pires, agricultor

⁸⁴ M. Figueiredo, agricultor

franca expansão tecnológica, a norte a realidade é outra, uma população envelhecida e pouco qualificada. Os apoios passam pelo incentivo à instalação de empresas que geram postos de trabalho como, por exemplo, aquisição de terrenos com infraestruturas a preços reduzidos ou pela diminuição dos custos com a compra de casa, como a isenção de Imposto Municipal sobre as Transmissões (IMT).

Ainda neste âmbito A. Barbosa Presidente da Câmara Municipal de Vieira do Minho refere:

“ (...) estamos a tomar algumas medidas na questão do envelhecimento, a apoiar a natalidade. Também estamos a tomar algumas medidas no apoio à agricultura, ou seja, a isenção do pagamento das taxas sanitárias de animais, oferta da elaboração de projetos, isenção de taxas para os projetos agrícolas no âmbito de candidaturas e estamos conscientes que desenvolvendo a atividade agrícola no concelho vamos também contribuir para a redução da desertificação.”⁸⁵

Para A. Salvador, Presidente da Autarquia de Trancoso, é importante ajudar os agricultores com benefícios financeiros e fiscais. Para o autarca a agricultura foi esquecida durante muitos anos, muitos agricultores abandonaram a atividade, o concelho perdeu muita gente com a saída para o litoral ou para os países francófonos. Refere ainda o seguinte:

“A Câmara Municipal tem, de facto, estado muito atenta a todos os jovens empresários que se queiram fixar no concelho, para além de alguns apoios a nível da elaboração de projetos, na organização e orientação, (...) nomeadamente na isenção da entrada no mercado do gado, (...) eu creio que ficar isentos já é uma ajuda muito significativa, (...) o sector primário é uma grande aposta, porque sabemos que é a única forma de fixarmos aqui as pessoas”.⁸⁶

No seguimento da mesma ideia, P. Langrouva presidente da Câmara Municipal de Figueira de Castelo Rodrigo, comenta “As medidas de combate à desertificação passam pelo apoio financeiro no que diz respeito à melhoria das práticas agrícolas, bem como, o incentivo à produção de maiores quantidades de produtos para que estes possam ser escoados.”⁸⁷

Verifica-se que existem Municípios que abdicam de uma percentagem do IRS a fim de aliviar financeiramente as famílias. Esta iniciativa faz parte de uma estratégia de desenvolvimento que, por um lado, pretende atrair novos habitantes e, por outro, é uma aposta de melhoria das condições de vida dos cidadãos que residem nos territórios de baixa densidade populacional. O objetivo principal desta iniciativa é sem dúvida fixar e atrair população.

⁸⁵ Presidente CMVM (vd – Anexo E)

⁸⁶ Presidente CMT (vd – Anexo D)

⁸⁷ Presidente da C. FCR (vd – Anexo D)

CONCLUSÃO

Este trabalho de investigação procurou compreender qual o *contributo da agricultura familiar no combate à desertificação*. Para se chegar a este ponto da investigação com o intuito de obter resposta à pergunta de partida, bem como às hipóteses colocadas, definiu-se o modelo teórico elaborado através de três conceitos base, tais como o território, o desenvolvimento rural e a desertificação e recorreu-se a um quarto elemento, a agricultura familiar, que funciona como charneira ao relacionar os conceitos anteriormente enunciados.

Para a elaboração deste estudo, utilizou-se o método qualitativo e compreensivo, e como modalidade de estudo utilizou-se o estudo de caso. A técnica adotada incidiu sobre a entrevista em profundidade, aplicada a um conjunto de vinte e sete informadores privilegiados, entre os quais se encontram cinco Presidentes de Câmara Municipal, seis técnicos agrícolas de Associações de Agricultores e dezanove agricultores.

Os territórios escolhidos foram três concelhos do distrito de Braga e outros três do distrito da Guarda, nos quais a população de agricultores é bastante envelhecida, onde existe uma grande tradição agrícola e onde se faz sentir uma grande desertificação nos territórios em causa. O fraco tecido agrícola, a falta de escoamento dos produtos, as zonas montanhosas, e, finalmente, sucessivas políticas agrícolas erradas levaram a um abandono da prática da agricultura. A pouca dinamização por parte do poder local em atrair habitantes novos põe em causa o desenvolvimento rural. Têm surgido novos agricultores, novos investimentos através dos quais são implementadas técnicas inovadoras na produção de determinados produtos, mas não chegam para contribuir para o desenvolvimento rural. Acresce ainda referir que a falta de oportunidade de emprego leva à saída de muita gente dos concelhos acima referenciados.

Através da análise de conteúdo das entrevistas realizadas, foi possível concluir que para além das iniciativas realizadas pelas Câmaras e Associações que são uma mais-valia para o combate à desertificação mas que, apesar disso, não conseguem dinamizar o tecido agrícola, nem contribuem para o desenvolvimento rural. Para muitos agricultores a falta de recursos humanos qualificados nas Câmaras Municipais, o pouco ou quase nenhum incentivo financeiro, a morosidade das candidaturas e o pouco interesse demonstrado pelo poder local, são entraves para a revitalização da agricultura. Muitos agricultores enfrentam dificuldades no escoamento dos produtos agrícolas, no acesso aos terrenos, na elaboração de candidaturas a fundos europeus. Para além destes fatores, a idade avançada dos agricultores e as políticas agrícolas erradas obrigam a que estes abandonem a atividade agrícola levando ao abandono das terras. Para muitos agricultores, a agricultura não consegue ser uma atividade atrativa, pelo contrário,

ainda existe um estigma em torno da agricultura. No entanto, importa ainda referir que tem aparecido alguns projetos agrícolas, como por exemplo, a introdução de novos produtos, nomeadamente, os frutos vermelhos, as ervas aromáticas e a recuperação de raças autóctones. Aos poucos, a agricultura recupera a sua capacidade de desenvolver o tecido económico local. Importa ainda referir que, para muitos agricultores, o maior entrave da agricultura é a falta de escoamento, pois não conseguem competir com preços praticados nas grandes superfícies, particularmente com o mercado espanhol. Finalmente, a falta de reconhecimento por parte do consumidor relativamente ao preço de custo dos produtos leva o agricultor a desmotivar.

A pouca empregabilidade dos territórios em análise origina uma saída dos jovens mais qualificados para o litoral ou para o estrangeiro. A vida difícil que a agricultura proporciona não motiva os mais jovens. É com esta realidade que o poder local vive tentando inverter a situação com políticas e apoios financeiros como os fiscais, a fim de atrair população nova. Todavia, quem mais beneficia com estas estratégias é a população local.

Através dos testemunhos recolhidos foi possível concretizar o objetivo e responder à pergunta de partida que nos conduziu ao longo desta investigação. Sabendo que esta investigação poderá ser o objeto de novos estudos, convém dizer que existem uma multiplicidade de temas que poderão ser estudados e aprofundados, com o intuito posterior de contribuir para o desenvolvimento rural. A título de exemplo, importa referir o contributo de associações de agricultores nos concelhos em análise, ou a introdução de métodos e formas de escoamento dos produtos agrícolas. Outra pesquisa pertinente prende-se com a especialização de determinados tipos de culturas, ou o associativismo dos agricultores, a fim de criar pequenas indústrias agrícolas. Qualquer uma destas investigações, seria, não apenas de grande importância para o desenvolvimento rural, mas também fundamentais para o combate à desertificação, especialmente porque não existe uma informação sobre estes temas.

É de salientar que no decorrer deste trabalho de investigação, foi criado o projeto RuralVive com o intuito de combater a desertificação. Consciente da situação vivida nos territórios de baixa densidade populacional, o projeto pretende não só criar condições para a instalação de famílias urbanas em meio rural, elaboração de candidaturas aos fundos europeus, como também promover a agricultura familiar. Atualmente o projeto RuralVive desenvolve projetos em vários pontos do país, como por exemplo, nos distritos de Portalegre, Guarda, Coimbra, Porto e Évora, em áreas distintas, desde o agroturismo, cuidados de saúde e saúde mental.

Para finalizar, o objetivo deste trabalho pretende ser um contributo para alertar as consciências sobre o estado em que deixámos a agricultura em Portugal que, para além de poder ajudar o país a desenvolver-se economicamente, poderia igualmente ter um impacto importante a nível social, pois um país com uma agricultura bem desenvolvida e sustentável não precisaria de depender de terceiros, nem de ter famílias a passarem necessidade.

BIBLIOGRAFIA

A.d.Guizo, 2011. *Agricultura e ruralidade em Portugal de 1970 - 2000*. Lisboa: ISCTE.

Abramovay, R., s.d. Agricultura familiar e o uso do solo. *São Paulo em perspectiva*, Abr/Jun, pp. 73-78.

Agronomia, I. S. d., 2014. *Instituto Superior de Agronomia*. [Online]
Available at: <http://www.isa.ulisboa.pt>

Alexandra Gomes, V. A., 2010. *O distrito da Guarda em números*, Guarda: Comissão de coordenação e desenvolvimento regional do centro.

Alves, J. F., 1990. *Tratado de Roma de 25 de Março de 1957*. 2º ed. Coimbra: Coimbra Editora.

Amaro, R. R., 1990. *O Puzzle territorial dos anos 90 - uma territorialidade flexível e uma nova base para as relações entre nações e regiões*. s.l.:Vertíce.

Amaro, R. R., 2003. Desenvolvimento - um conceito ultrapassado ou em renovação? - da teoria à prática e da prática à teoria. *Cadernos de Estudos Africanos*, 4, pp. 35 - 70.

Baptista, F., 1994. A Agricultura e a questão da Terra - do estado Novo à Comunidade Europeia. *análise Social Vo XXIX (12)*, pp. 907 - 921.

Biológica, A. P. d. A., 2014. *Associação Portuguesa de Agricultura Biológica*. [Online]
Available at: <http://www.agrobio.pt/>

Bosc, P.-M., 2015. *Investissement dans la "petite" agriculture familiale*. Paris: Cirad.

Buarque, S. C., 1999. *Metodologia de Planejamento do desenvolvimento local e municipal sustentável*, Brasília : Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura .

Calvário, R. M. O., 2010. *Política de Desenvolvimento Rural na União Europeia: Agricultura, Ambiente e Território*. Lisboa: Univerisidade Nova de Lisboa.

Campagne, P., Pecqueur, B. & al., e., 2012. *Processus d'émergence des territoires ruraux dans les pays méditerranéens*, Grenoble France: HAL Archives ouvertes.

Carlos Amaral, F. O. B. F. L. J. C. R., 2008. *Desenvolvimento Rural*, Lisboa: Instituto Superior de Agronomia.

Carmo, M., 2010. A Agricultura familiar em Portugal: rupturas e continuidades. *Revista de Economia e sociologia vol 48 nº1*, Jan/Mar, pp. 9 - 22.

- Christine Rawski, A. H. F. C., 2014. Les Agricultures Familiales une chance por la planète. *CIRAD*, 1 02, pp. 4 - 14.
- Coelho, L., 1999. *Associativismo e Desenvolvimento Local: O caso da Ribeira de Pena*. Cerva: Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro.
- Comission, E., 2013. *Family Farming - A dialogue towards more sustainable and resilient farming in Europe and the world*. Brussels, European Comission.
- Cordovil, f., 2004. *Política Agrícola e rural comum e a União Europeia factos políticos, futuro e opções*. Cascais: Principia.
- Cordovil, F. & Rosas, M., 1997. *Desenvolvimento rural novas realidades e perspectivas*. Lisboa: Direcção Geral de Desenvolvimento Rural.
- Correia, E. P., 2005. *Êxodo Rural e Desertificação Humana*. Lisboa: Colibri.
- Cunha, A., 1996. *A Agricultura europeia na encruzilhada*. 1ª Edição ed. Porto: Edições ASA.
- Development, E. N. f. R., 2010. *L'agriculture de semi-subsistance en Europe: concepts et questions clés*, Roumanie: European Network for Rural Development.
- Dewbre, D. C. -. G. e. J., 2010. *Importance économique de l'agriculture dans la lutte contre la pauvreté*, France: OCDE.
- Diniz, E., 2010. Desenvolvimento Rural: Presente e futuro. *Revista da Rede Rural Nacional*, pp. 4 - 5.
- Equal, 2008. *Animação Territorial - Caminhos para a Inovação Social*, Lisboa: Equal.
- Estatísticas, I. N. d., 2007. *Instituto Nacional de Estatísticas*. [Online]
Available at: <http://www.wine.pt>
- Europeia, C., 2014. *Comissão Europeia*. [Online]
Available at: <http://www.ec.europa.eu/agriculture/CAP - overview/2012pt.pdf>
- Europeia, C., 2014. *Compreender as políticas da União Europeia*, Luxemburgo: União Europeia.
- F.A.Organization, 2014. *Organização das Nações Unidas para a Alimentação e Agricultura*. [Online]
Available at: <http://www.fao.org>
- Fernandes, B. M., 2005. Movimentos Socioterritoriais e movimentos socioespaciais: Contribuição teórica para uma leitura geográfica dos movimentos sociais. *Revista Nera*, Janeiro/Junho, pp. 24 - 32.
- Ferreiro, M. d. F., 2005. *Economia, direito de propriedade e agricultura*. Lisboa: ISCTE - IUL.

- Ferreiro, M. d. F., 2011. *Desenvolvimento Rural e Instituições: Normas Jurídicas e Propriedade da Terra*. Indanha-a-Nova: s.n.
- Fonseca, M. L., 2006. *Desenvolvimento e Território- Espaços rurais Pós-Agrícolas e e Novos lugares de Turismo e Lazer*. 1º ed. Lisboa: Centro de Estudos Geográficos, Universidade de Lisboa.
- Frazão, J., 2000. *A Agricultura e o Desenvolvimento Rural*. Lisboa: Movimento de Solidariedade Rural.
- Gabinete de Planeamento, P. e. A. G., 2015. *Gabinete de Planeamento, Políticas e Administração Geral*. [Online]
Available at: <http://www.gpp.pg>
- Harre, F. et al., 1992. *Desertificação: Causas e Consequências*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.
- Henriques, J. M., 2014. *Estado e Parceria para o Desenvolvimento*. Lisboa: ISCTE.
- Hübner, D. & Barca, F., 2014. *Relatório Barca*. [Online]
Available at: <http://www.europa.eu>
- Indústria, A. -. C. d. C. e., 2015. <http://aep.org.pt/>. [Online]
Available at: <http://aep.org.pt/>
[Acedido em 28 04 2015].
- Instituto Nacional de Estatísticas, I., 2012. *Anuário Estatístico da Região Centro 2011*. Lisboa: Instituto Nacional de Estatísticas, I.P.
- J.N.Rouseneau, 2000. *Governança, Ordem e Transformação na Política Mundial - Governança sem governo: Ordem e transformação na política mundial*. Brasília: Imprensa Oficial do Estado.
- Jean Michel Sourisseau, P. M. B., 2014. Les Agricultures Familiales: des enjeux du développement, des perspectives de recherche. *Les dossiers de Agropolis International - Compétences de la communauté scientifique en région du Languedoc-Roussillon*, 01 01, pp. 4-58.
- Jean_Francois Beliere, P. B. P.-M. B., 2013. Les agricultures familiales du monde - Définitions, contributions et politiques publiques. *CIRAD*, Maio, pp. 8 - 23.
- Joaquim Cabral Rolo, F. C., 2014. *Rural, Agriculturas e Políticas*. 1º ed. Lisboa: Animar - Associação Portuguesa para o Desenvolvimento Local.
- Kageyama, A., 2004. Desenvolvimento rural: conceito e medida. *Cadernos de Ciências e Tecnologia*, Dezembro, pp. 379 - 405.
- Lança, I. S., Rodrigues, W. & Mendonça, S., 2007. *Inovação e Globalização - Estratégias para o Desenvolvimento Económico e Territorial*. 1ª Edição ed. Lisboa: Campo das Letras.

- Leite, F. C. F., Martins, C. O., Gonçalves, A. B. & Vieira, A., 2012. *Os incendios florestais no distrito de Braga*, Guimarães: Gonçalves e Vieira.
- Lívia Madureira, T. M. G. D. F. J. P., 2013. *Inovação em Portugal Rural - Detetar, Medir e Valorizar*. 1º ed. Parede: Principia.
- M.C.Silva, 1994. Agricultura Portuguesa e o Estado e a PAC europeia. *Cadernos do Noroeste Série Sociologia*, pp. 51 - 80.
- M.H.d.C.Santos, 1997. Governabilidade, Governança e Democracia: Criação da capacidade governativa no Brasil Pós-Constituinte. *Revista de Ciências Sociais Rio de Janeiro Volº 40 nº3*, pp. 335 - 376.
- Ministério da Agricultura, d. D. R. e. d. P., 2007. *Programa de Desenvolvimento Rural - Continente 2007 - 2013*. Lisboa: Ministério da Agricultura, do Desenvolvimento Rural e das Pescas.
- Nacional, R. R., 2012. *Rede Rural Nacional*. [Online]
Available at: <http://www.rederural.pt/index.php/pt/emrede/revista-da-rrn>
[Acedido em 28 Março 2015].
- Nacional, R. R., 2014. Agricultura familiar uma agricultura com rosto. *Em Rede, Revista da Rede Rural Nacional*, pp. 10 - 22.
- Neves, B., 2010. *A Percepção do termo desertificação na comunicação social, na política e na sociedade em geral em portugal*. Porto: Universidade do Porto.
- Neves, B. & Roxo, M., 2010. *A percepção da desertificação em Portugal: Análise comparativa de inquéritos e notícias*. Porto: Universidade do Porto.
- Osório, F. H., 2014. *Seminário: Agricultura Familiar: O rosto da agricultura em Portugal*. Lisboa: Direção Geral de Agricultura e Desenvolvimento Rural.
- P. M. Bosc, et al., 2015. *Diversité des agricultures familiales*. 1º ed. Versailles: Quae.
- Pecqueur, B., 2005. O DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL: Uma nova abordagem dos processos de desenvolvimento para as economias do Sul. *Raízes*, Jan - Dez, 24 nº 1 - 2(Desenvolvimento territorial), pp. 10 - 22.
- Pedrosa, Fantina., 2005. *Estudos em homenagem ao Professor Doutor Mário Vilela*. Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto.
- Política, G. d. P. e., 2012. *Agricultura, Silvicultura e Pesca - Indicadores*. Lisboa: Cempalavras, Comunicação Empresarial, Lda.
- Portugal, C., 2014. *Agricultura de Portugal*. [Online]
Available at: <http://www.cap.pt>

PROVE, 2014. *PROVE*. [Online]

Available at: <http://www.prove.com.pt/>

QREN, O. d., 2015. *Observatório do QREN*. [Online]

Available at: <http://www.observatorio.pt>

Regina Aparecida de Leite de Camargo, J. T. A. d. O., 2012. Agricultura familiar, multifuncionalidade da agricultura e ruralidade: interfaces de uma realidade complexa. *Ciencia Rural*, V 42, n^o9, Setembro, pp. 1707 - 1714.

Reis, Edite., 2014. *O Associativismo e o Desenvolvimento Rural: O Caso da Madeira*. Lisboa: ISCTE.

Rural, D. G. d. A. e. D., 2014. *Direção Geral de Agricultura e Desenvolvimento Rural*. [Online]

Available at: <http://www.dgadr.pt>

Rural, I. F. p. o. D., 2015. *Quadro de Comunitário de Apoio III - Portugal 2000 - 2006*. [Online]

Available at: <http://www.qca.pt>

Sacha Guégan, F. L. G. C. C. H.-G., 2013. *Maraîchage biologique et permaculturel et performance économique*, Le Bec Hellouin: Institut Sylva.

Schneider, S., 2003. Teoria Social, Agricultura Familiar e Pluratividade. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, Fevereiro, Volume 18, p. 99 192.

Schneider, S., 2004. A abordagem territorial do desenvolvimento rural e suas articulações externas. *Sociologias*, Janeiro/Junho, pp. 88 - 125.

Schneider, S., 2009. Território, Ruralidade e Desenvolvimento. Em: J. G. F. Medina, ed. *Las Configuraciones de los Territorios Rurales del siglo XXI*. Bogotá: Pontificia Universidad Javeriana , pp. 67 - 108.

Serra, I. D. V., 2013. *Desenvolvimento Rural Sustentável - Uma perspectiva participada*. Lisboa: ISCTE - IUL.

Silva, N. M. d. C. R. e., 2012. *A participação dos Municípios nas Associações Transfronteiriças: O caso do Eixo Atlântico do Noroeste Peninsular*. Santiago de Compostela: Universidade Santiago de Compostela.

Sophia Dadidova, K. T., 2014. *Family faring in Europe: Challenges and prospects*, Brussels: European Union.

Sud, C. A. e. e. A. d. C., 2007. *Defender as Agriculturas Familiares: Quais, por quê?*. Paris, Coordination SUD.

Union, E., 2014. *Agriculture, forestry and fishery statistics*, Luxembourg: European Union.

Valadas, A., 2007. *Agricultura a Tempo Parcial e Multifuncionalidade do Rural: Novas perspectivas para o desenvolvimento rural?*. Faro: Universidade do Algarve.

Valadas, A., 2011. *Agricultura e Ruralidade em Portugal: 1970 - 2000*. Lisboa: ISCTE.

Valbuena, D. R., 2010. *Territorio y territorialidad - Nueva categoría de análisis y desarrollo didático de la Geografía*. Columbia: Facultad de Educación - Universidad de Antioquia.

Vincent Chatelier, N. D., 2007. Les exploitations agricoles européennes et française. *L'Agriculture, et nouveaux défis*, pp. 79-93.

Volker, V. H. & Sepulveda, I. G., 1987. *Agricultura de subsistencia y desarrollo rural*. 1ª ed. México: Trillas.

Xavier Simón Fernandez, D. D. G., 2001. Desenvolvimento rural sustentável: uma perspectiva agroecológica. *Agroecologia e Desenvolvimento Rural Sustentável*, , Abril/Junho, Volume 2 , pp. 17 - 23.

ANEXOS

Anexo A - Guião da entrevista ao Presidente de Câmara dos concelhos de Figueira Castelo Rodrigo Mêda, Trancoso, Amares, Vila Verde e Vieira do Minho

Objetivo: Compreender se a agricultura familiar e as ações desenvolvidas pela Câmara têm ou não contribuído para combater a desertificação nos concelhos de Mêda, Trancoso e Figueira Castelo Rodrigo.

1. Identificação do entrevistado

Nome do entrevistado:

Habilitações académicas:

Data:

Local:

2. Informação sobre o estado da agricultura familiar no concelho:

- a. Como caracteriza o concelho em termos de desertificação?
- b. Qual a situação atual da agricultura no concelho?
- c. Como caracteriza a agricultura familiar no concelho?
- d. Do seu ponto de vista quais são os pontos fortes e fracos da agricultura familiar no concelho?
- e. Como caracteriza a agricultura de subsistência?
- f. Considera haver diferença entre a agricultura familiar e de subsistência?
- g. Do seu ponto de vista quais são as causas da desertificação no concelho?
- h. Na sua opinião quais são as ações ligadas à agricultura familiar que podem combater a desertificação no concelho? (dar exemplo)

3. O papel da Câmara e a promoção da agricultura familiar no concelho

- a. Que tipo de ajudas existem na Câmara para oferecer a quem pretende criar projeto na área de negócio na agricultura familiar?
- b. Qual o perfil dos agricultores/empreendedores que recorrem aos apoios prestados pela Câmara?
- c. Tem algum caso de sucesso? Se sim, poderia descrever?
- d. Quais as áreas de negócio (ligados à agricultura familiar) mais procuradas na região?
- e. Qual o papel desempenhado pela Câmara na realização dos projetos de agricultura familiar?

f. Considera que a inovação na área da agricultura familiar e o empreendedorismo são importantes para o desenvolvimento rural?

g. Relações da Câmara com outras instituições

a. A Câmara tem parcerias com instituições/ empresas/ associações locais no que diz respeito à implementação de projetos de agricultura familiar? Se sim, poderia descrever a natureza dessas parcerias?

b. Existe alguma restrição na introdução de novos produtos / novas sementes / novas espécies? Se sim, quais?

c. Quais as áreas de negócio mais requeridas nos projetos?

h. Política agrícola e desenvolvimento rural

a. Poderia fazer um balanço das políticas do PDR 2007/2013?

b. Quais as suas perspetivas relativamente à PAC e ao novo PDR 2014/2020?

c. De que forma as medidas de apoio à agricultura familiar têm contribuído para o desenvolvimento rural no concelho?

Agradeço a sua disponibilidade e colaboração.

Cristina Oliveira

Anexo B - Guião da entrevista ao Presidente de Associação de Agricultores dos concelhos de Figueira Castelo Rodrigo, Mêda, Trancoso, Amares, Vieira do Minho e Vila Verde.

Objetivo: Compreender se a agricultura familiar e as ações desenvolvidas pelas associações de agricultores têm ou não contribuído para combater a desertificação nos concelhos de Mêda, Trancoso e Figueira Castelo Rodrigo e nos concelhos de Braga, Vieira do Minho e Vila Verde.

1. Identificação da Associação:

Nome da associação:

Ano de fundação:

Denominação da Associação:

Morada:

Localidade:

Código Postal:

Telefone:

Email:

2. Identificação do entrevistado

Nome do entrevistado:

Naturalidade:

Habilitações académicas:

Profissão:

Função na Associação:

Data:

Local:

3. Apresentação e breve descrição da associação:

- i. Quando é que esta associação surgiu, qual o motivo que levou à sua constituição, quem foram os seus fundadores?
- j. Quais os objetivos desta associação?

- k. Poderia descrever muito sucintamente o perfil dos associados?
- l. Seria possível quantificar o número de associados?

4. Informação sobre o estado da agricultura na região

- a. Como caracteriza o estado da agricultura na região?
- b. Quais os pontos fortes e fracos da agricultura no concelho?
- c. Do seu ponto de vista como caracteriza o estado do concelho em termos de desertificação?
- d. Quais serão os motivos que contribuem para essa situação?

5. A associação e a promoção da agricultura familiar no concelho

- i. Que tipo de serviços oferece a quem pretende criar projeto na área de negócio na agricultura familiar?
- j. Qual o perfil dos agricultores/empreendedores que recorrem aos apoios prestados pela associação?
- k. Tem algum caso de sucesso? Se sim, poderia descrever?
- l. Quais as áreas de negócio (ligados à agricultura familiar) mais procuradas na região pelos associados?
- m. Qual o papel desempenhado pela associação na concretização dos projetos de agricultura familiar?
- n. Considera que a inovação na área da agricultura familiar e o empreendedorismo são importantes para o desenvolvimento rural?

6. Relações da Associação com outras instituições

- d. A Associação tem parcerias com instituições/ empresas/ associações locais no que diz respeito à implementação de projetos de agricultura familiar? Se sim, poderia descrever a natureza dessas parcerias?
- e. Existe alguma restrição na introdução de novos produtos / novas sementes / novas espécies? Se sim, quais?
- f. Quais as áreas de negócio mais requeridas nos projetos?

7. Política agrícola e desenvolvimento rural

- d. Poderia fazer um balanço das políticas do PDR 2007/2013?
- e. Quais as suas perspetivas relativamente à PAC e ao novo PDR 2014/2020?

- f. De que forma as medidas de apoio à agricultura familiar têm contribuído para o desenvolvimento rural no concelho?

Agradeço a sua disponibilidade e colaboração.

Cristina Oliveira

Anexo C - Guião da entrevista aos agricultores dos concelhos de Figueira de Castelo Rodrigo, Mêda e Trancoso, Amares, Vila Verde e Vieira do Minho

Objetivo: Compreender se a agricultura familiar e as ações desenvolvidas pelos agricultores familiares têm ou não contribuído para combater a desertificação nos concelhos de Mêda, Trancoso e Figueira Castelo Rodrigo (no caso do distrito da Guarda) e nos concelhos de Braga, Vieira do Minho e Vila Verde (no caso do distrito de Braga).

1. Identificação do Agricultor

Nome do entrevistado:

Idade:

Naturalidade:

Formação académica:

Concelho onde pratica agricultura familiar:

2. Breve introdução do agricultor

- a. O que o levou a trabalhar na agricultura?
- b. Há quanto tempo trabalha na agricultura?
- c. Vem de uma família de agricultores?
- d. O terreno que cultivava era da sua família ou teve de adquiri-lo?
- e. Quais os motivos que o levaram a desenvolver esta atividade?
- f. Como surgiu a ideia de criar um projeto relacionado com agricultura familiar?
- g. Pertence a uma associação de apoio à agricultura?

3. Situação sobre o estado da agricultura familiar no concelho

- a. Como vê o estado da agricultura familiar do concelho atualmente?
- b. Quais são as dificuldades mais presentes na agricultura familiar?
- c. Em que áreas acha que se pode investir mais?
- d. Gostaria de expandir a sua atividade e investir noutras áreas, aqui no concelho?
- e. Considera que agricultura familiar é importante para o combate á desertificação?
- f. Se sim, porquê?

4. Formação e aconselhamento

- a. Tem conhecimento de apoios desenvolvidos pela Câmara/ Associações de agricultores? Se sim, quais?
- b. Já recorreu a esses apoios?
- c. Se sim, Quais?
- d. Para sim é importante este tipo de apoio?

- e. Se sim, porquê?
- f. Como teve conhecimento deste tipo de apoio?

5. Política de desenvolvimento rural

- a. Conhece os programas de apoios aos agricultores familiares?
- b. Se sim, quais?
- c. Como teve conhecimento destes apoios?
- d. Pediu ajuda para a formulação da candidatura?
- e. Se sim, a quem?
- f. Teve de fazer um grande investimento?
- g. Qual a origem do financiamento ao que recorreu (se recorreu)?
- h. O que é que conhece sobre a Política Agrícola Comum?
- i. (Se conhece) pode dar a sua opinião sobre as Políticas e os apoios que a mesma disponibiliza aos agricultores?
- j. (Se tem conhecimento sobre a PAC) como pensa que a política pode contribuir para o desenvolvimento do seu projeto?

6. Principais problemas e obstáculos da agricultura familiar no concelho?

- a. Quais são os problemas sentidos do concelho?
- b. Acha que a agricultura familiar pode contribuir para o combate à desertificação para o desenvolvimento rural do concelho?
- c. Para si quais são os pontos fortes e fragilidades da agricultura familiar?

Agradeço a sua participação e disponibilidade.

Cristina de Oliveira

Anexo D – Análise de Conteúdo das Entrevistas dos Presidentes de Câmara dos Concelhos de Amares e Vieira do Minho.

Quadro 16 - Análise de conteúdo das entrevistas concedidas pelos Presidentes de Câmara dos Concelhos de Amares e Vieira do Minho

Categoria	Unidade de Registo	
	Presidente C.M Vieira do Minho Dr. A. Barbosa	C.M Amares Dra. Daniela Peixoto
Caracterização do concelho em termos de desertificação	<p>“o nosso concelho, nos últimos dez anos, sofreu como quase como todos os concelhos de baixa densidade, estamos situados numa zona de transição precisamente entre o Minho e Trás-os-Montes, vai até ao limite com Montalegre que faz parte de Vila Real, distrito de Vila Real.” (...) “Temos um concelho com uma área muito extensa com cerca de 220 km² de área, com uma população muito distribuída por toda a área do concelho e bastante dispersa e com acessibilidades que dificultam o acesso às pessoas para os locais de trabalho, (...) fruto disso o facto de ter sofrido nos últimos 10 anos uma desertificação de cerca de 10%” (...) temos um dos concelhos que sofreu a maior desertificação no distrito de Braga, estamos a tentar inverter esta tendência, temos consciência que devemos apostar em todas as áreas para combater a desertificação que são desde logo a questão do emprego e da riqueza a fim de desenvolver a economia local, temos que fomentar e apostar nas áreas fundamentais que são precisamente a agricultura, a floresta e o turismo (...) o concelho de Vieira do Minho é rico, tem um grande potencial nessas três áreas, no entanto a agricultura é sem dúvida uma das áreas que temos que desenvolver e apostar (...) o nosso concelho a par da desertificação é um dos concelhos mais envelhecidos do distrito de Braga, (...) sabemos que a desertificação está associada ao envelhecimento, para tal estamos a</p>	<p>“Não existe propriamente ainda uma desertificação acentuada, (...) não entendo que exista alguma freguesia que esteja desertificada, tem mais ou menos um número de habitantes que já tinha há alguns anos, acredito que haja uma oscilação no sentido da diminuição, até porque as crianças estão a diminuir muito e nota-se nos centros escolares, (...)”</p> <p>“(...) o desemprego é combatido pela dinâmica que está a ser criada a nível do turismo, com o aumento das casas de turismo rural, porque se falarmos da indústria, esta tem vindo a desaparecer substancialmente.”</p>

Categoria	Unidade de Registo	
	Presidente C.M Vieira do Minho Dr. A. Barbosa	C.M Amares Dra. Daniela Peixoto
Caracterização do concelho em termos de desertificação	<p>tomar algumas medidas como por exemplo o apoio à natalidade que a autarquia está a dar.”</p> <p>“estamos a tomar algumas medidas no apoio à agricultura,(...) estamos a oferecer o pagamento das taxas sanitárias de animais e a isenção de taxas para os projetos agrícolas no âmbito de candidaturas (...) estamos conscientes que desenvolvendo a atividade agrícola no concelho vamos também contribuir para a diminuição da desertificação no nosso concelho.”</p> <p>“ (...) queremos inverter essa situação, arranjar métodos e formas de combater a desertificação apostando na agricultura, mais precisamente a familiar e também na pastorícia porque temos excelentes condições de serra, (...), estamos a incentivar e apoiar os agricultores que se viraram para outras áreas, para as ervas aromáticas, para os kiwis, para os morangos, (...) precisamos de associações de agricultores que possam escoar os produtos, é uma forma de incentivar aqueles que estão a iniciar a sua carreira na área agrícola para que possam produzir mais sabendo que terão escoamento dos seus produtos, não é o que acontece atualmente (...) uma das grandes dificuldades da nossa agricultura aqui no concelho, é o escoamento dos produtos e a pouca escala que representa a nível da economia local e também a nível regional”.</p>	

Categoria	Unidade de Registo	
	Presidente C.M Vieira do Minho Dr. A. Barbosa	C.M Amares Daniela Peixoto
Perceção relativa ao estado da agricultura na região	(...) a agricultura aqui no concelho, fruto da topografia difícil (...) como também do emparcelamento, aliás do desparcelamento (...) temos propriedades muito reduzidas com muitos socalcos e muito apertados, a agricultura nos últimos anos tem sido uma agricultura mais de subsistência para algumas pessoas, (...) há uma agricultura familiar que não tem propriamente uma grande expressão ao nível da produção agrícola para a comercialização e para a exportação.” “(...) aqui o nosso concelho temos picos de temperatura, tem uma grande amplitude térmica, (...) há aqui produtos que se dão bem, temos zonas específicas, para a produção de fruta, por exemplo a zona da Parada do Bouro, a zona do Vale do Cávado onde se produz uma laranja muito boa, temos zonas mais a norte onde se desenvolve a atividade da pastorícia, e temos aqui excelentes produtores de gado da raça Barrosã, e de outros animais, como o cabrito, temos potencial para a pastorícia, (...) devido ao microclima específico temos uma agricultura diversificada (...) que permite ter alguma diferença em termos de produção.” “(...) 60 a 70 % da nossa agricultura é familiar, ainda existe uma grande tradição agrícola.” (...)	“Todas as pessoas têm um cantinho de terreno, todas o cultivam. Temos muitos e temos vários que têm vindo a crescer e a aumentar em termos de nºs nos últimos anos por causa das candidaturas comunitárias, temos várias pessoas nas produções do mirtilo e tem crescido ultimamente, essas explorações utilizam sobretudo, mão-de-obra familiar, mas se tiverem um terreno maior, obviamente que recorrem a outros recursos humanos”. “agricultura é importante aqui no concelho a nível económico, (...)isto já do ponto de vista da saúde tem um forte impacto na alimentação (...) outro ponto de vista, sobretudo sociológico entendo que tenha uma grande importância sobretudo para quem trabalha juntamente com a família tem laços familiares mais fortes e mais reforçados. Os pontos fracos, é sempre a dificuldade de poder subsistir com aquilo que produzem que é só para a subsistência e não para retirar rendimentos da produção.”

Categoria	Unidade de Registo	
	Presidente C.M Vieira do Minho Dr. A. Barbosa	Jurista C.M Amares Daniela Peixoto
Perceção sobre o papel da Câmara na promoção e Desenvolvimento Rural	<p>“(…) temos oferecido as taxas sanitárias dos animais aos produtores, oferecemos os projetos bem como disponibilizamos os recursos humanos necessários para apoiar as candidaturas aos agricultores, damos todo o acompanhamento na questão do projeto de licenciamento, na isenção de taxas quando é o caso, damos o aconselhamento em termos do plano diretor municipal e dos planos de ordenamento e apoiamos os agricultores que nos solicitam ajuda. (...) necessitamos de uma associação mais proactiva e que trabalhe em colaboração connosco o que infelizmente ainda não existe, temos uma cooperativa que tem feito um esforço mas fruto da pouca atividade agrícola dos últimos anos, não se modernizou o suficiente e portanto não acompanhou a evolução do sector agrícola que tanto precisamos, (...) queremos de certa forma que a autarquia tenha um papel mais interveniente no apoio aos agricultores.”</p> <p>“(…) há muitos mais jovens qualificados, como professores, engenheiros, licenciados que optam por desenvolver o seu projeto agrícola, (...) esses jovens criam emprego, e trazem novas tecnologias, (...) poderá ser um passo importante no desenvolvimento da agricultura aqui no concelho, (...) não há restrição de novas sementes e incentivamos a introdução de novas tecnologias.”</p>	<p>“a Câmara criou uma horta comunitária, para aquelas pessoas que têm um apartamento, mas não têm terra e querem cultivar os seus produtos, a Câmara criou essa horta. Para a agricultura familiar, a Câmara criou este ano um gabinete de empreendedorismo, que é um gabinete multidisciplinar, onde há vários técnicos, que precisam de apoio na criação de uma empresa, elaboração de planos de negócio, a assistência técnica e jurídica nessa criação, quem já está instalado permite dar consulta e apoio técnico na expansão do negócio e na promoção da própria empresa que já esteja criada e sucesso para essa área ou uma outra qualquer.”</p>

Categoria	Unidade de Registo	
	Presidente C.M Vieira do Minho Dr. A. Barbosa	Jurista C.M Amares Daniela Peixoto
Relação da Câmara com outras instituições	“(…) como já referi temos as juntas de freguesias, concelhos diretos e particulares a fim de desenvolver aqui atividade agrícola no concelho e acima de tudo a florestação, mas também temos uma parceria com a cooperativa agrícola aqui de Vieira do Minho, (…) estamos abertos a novas parcerias.”	“Sim, nós temos a maior associação de desenvolvimento local, à qual a Câmara é associada, é a chamada ATAHCA, e é através da ATAHCA que temos financiado muitos projetos, na área, quer da agricultura, quer de outras áreas de desenvolvimento rural, o turismo rural, por exemplo, mas é a principal parceira do Município e dos restantes Municípios do Vale do Homem.”
Opinião sobre a Política agrícola e os Programas de Desenvolvimento Rural	“(…) eu julgo que esse primeiro plano de desenvolvimento regional 2007-2013, não foi aqui no nosso concelho devidamente explorado, (…)o a adesão no concelho foi muito inferior. Mas pensamos que de uma forma geral estamos satisfeitos com a adesão principalmente nestes últimos anos, (…)” na minha opinião é sempre importante ter este tipos de apoios e incentivos para a produção agrícola, (…) ainda não estou 100% dentro do programa, (…) julgo que este programa vai ser por objetivos, traz aspectos novos porque obriga de certa forma a esforçar-se mais para conseguir os resultados que se propõe mas, por outro lado há um maior facto de risco e os agricultores podem querer avançar ou não, podem aferir uma insegurança, e portanto isso pode se um motivo para não apresentar candidaturas.”	“Eu penso que não foi tão positivo quanto era esperado, sobretudo nalgumas zonas geográficas, não foram tão favorecidas. Nós só notámos algum desenvolvimento mais no final do plano, o início praticamente não existiu. A implementação das ações, só mesmo lá para finais de 2012, início do ano 2013.

Quadro 17 - Análise de conteúdo das entrevistas concedidas pelos Presidentes de Câmara dos Concelhos de Figueira de Castelo Rodrigo, Mêda e Trancoso

Categoria	Unidade de Registo		
	Presidente C.M de F. C. Rodrigo Dr. P. Langrouva	Presidente C.M de Mêda Dr. A. Sousa	Presidente C.M de Trancoso Dr. A. Salvador
Caracterização do concelho em termos de desertificação	“Sentimos cada vez mais o peso da desertificação no concelho de Figueira de Castelo Rodrigo, uma população muito envelhecida, não há emprego qualificado na zona o que leva a que os jovens licenciados qualificados procurem outras oportunidades de trabalho fora do concelho.”	“a desertificação está a ser cada vez maior. As pessoas, os jovens, não têm emprego, enfim, não têm outro remédio senão procurar ir para o litoral e outros emigram. Portanto, e cada vez, digamos, esses pequenos concelhos estão a ficar com menos gente. Uma população cada vez mais envelhecida, os jovens e até mesmo as pessoas de idade média, enfim, estão a ficar desempregadas e estão a emigrar.”	“O concelho de Trancoso neste contexto de crise que temos vivido nos últimos 3,4 anos também não é nenhuma exceção ou seja muitos jovens tiveram que partir (...) a imigração era de facto uma oportunidade mas para nós foi com muita pena que os vimos partir (...) Trancoso neste momento é o conselho da Guarda que ainda mais população tem.”
Perceção relativa ao estado da agricultura na região	“O concelho de Figueira de Castelo Rodrigo, à semelhança dos restantes concelhos do Interior, tem apresentado ao longo das últimas décadas um reduzido índice de crescimento populacional, uma estrutura etária envelhecida e baixos níveis de natalidade. Uma vez que o setor agrícola se encontra intimamente relacionado com a evolução da população, facilmente se deduz que a agricultura no concelho sofreu uma	“somos um concelho predominantemente agrícola, que vivemos da agricultura(...) está-se a apostar mais na vinha, ainda pertencemos à região do Mercado do Douro, temos quatro freguesias que pertencem a essa região e temos jovens a apostar muito na produção própria do vinho, em que são eles que fazem o engarrafamento da sua produção. (...) neste momento, temos à volta de 10 produtores de vinho.” “além do vinho, nós também somos produtores de produtos endógenos, como por	“no anterior executivo havia três eixos principais de interesse, o comércio, o turismo e os serviços, ou seja, houve um desprezo total na agricultura. (...) era necessário redefinir esses eixos e portanto, para além dos serviços, do turismo e do comércio, nós apostámos em mais dois grandes sectores. Nomeadamente, o sector primário, o sector da agricultura e da agropecuária (...) apostamos nos produtos que temos, a agropecuária, na criação de animais, e já tivemos inúmeras atividades nos últimos

Categoria	Unidade de Registo		
	Presidente C.M de F. C. Rodrigo Dr. P. Langrouva	Presidente C.M de Mêda Dr. A. Sousa	Presidente C.M de Trancoso Dr. A. Salvador
Perceção relativa ao estado da agricultura na região	<p>uma diminuição ao longo dos últimos anos. De acordo com a Carta de Ocupação do Solo de 2007 (COS2007), dos 508.61 km² de área total do concelho, apenas 19331.84 ha são utilizados para uso agrícola.”</p> <p>“(…) o setor agrícola já não tem capacidade de empregar o mesmo número de trabalhadores que empregara no passado. Cada vez mais se recorre à prática agrícola de subsistência, onde se vão plantando culturas hortícolas para consumo próprio das famílias. Na maioria das freguesias que constituem o concelho, a agricultura tem vindo a perder ênfase dando lugar a propriedades abandonadas (onde se vai instalando vegetação autóctone) (…).”</p> <p>“Na atualidade, apenas a Freguesia da Vermiosa continua a ser uma freguesia predominantemente agrícola, onde este setor continua a ser o maior meio de sobrevivência da população residente,” (..) hoje em dia, cerca de 80% da agricultura praticada no concelho é familiar, tendo como objetivo final o consumo próprio.</p>	<p>exemplo a oliveira, o azeite, a amêndoa e outro tipo de produtos.”</p>	<p>anos, nomeadamente as feiras de exposição do gado, que, de facto, enchemos o recinto de gado, por duas vezes na feira de agosto.”</p> <p>“também no âmbito da castanha que é, de facto, outro produto de excelência, temos o azeite, estamos a tentar dar um apoio muito claro às nossas Cooperativas, nomeadamente à Cooperativa da Vila Franca das Naves, no âmbito do vinho e depois também a nível das florestas.”</p>

Categoria	Unidade de Registo		
	Presidente C.M de F. C. Rodrigo Dr. P. Langrouva	Presidente C.M de Mêda Dr. A. Sousa	Presidente C.M de Trancoso Dr. A. Salvador
Perceção sobre o papel da Câmara na promoção e Desenvolvimento Rural	“O município de F.C.R. dá apoio logístico a quem pretender criar negócios ligados ao setor agrícola no concelho. Foi criado recentemente um Programa de Apoio ao Repovoamento Agrário. Atualmente, está em fase de implementação, a criação de um projeto de Regadio.”		
Relação da Câmara com outras instituições	“Sim a Câmara Municipal tem um protocolo com a Adega Cooperativa de Figueira de Castelo Rodrigo que visa apoiar todos os respetivos associados da Cooperativa. “	“ a Câmara tenta estar sempre em sintonia com as várias organizações, com as várias instituições, para que em rede, possamos desenvolver este tipo de projeto (...)”.	“Temos parcerias com instituições locais, mas sobretudo com a Cooperativa Agrícola de Trancoso, também com a Cooperativa Beira Serra, da Vila Franca das Naves, que são, de facto, as duas instituições mais ligadas a esse sector, nós também apoiamos e ajudamos muito a promover os seus produtos nas feiras.”

Categoria	Unidade de Registo		
	Presidente C.M de F. C. Rodrigo Dr. P. Langrouva	Presidente C.M de Mêda Dr. A. Sousa	Presidente C.M de Trancoso Dr. A. Salvador
Opinião sobre a Política agrícola e os Programas de Desenvolvimento Rural	<p>“As políticas levadas a cabo pelo PDR 2007/2013 ajudaram, de certa forma, à implementação e modernização de empresas ligadas ao setor agrícola, ainda assim, ficaram aquém das expectativas quanto ao resultado final que era esperado, nomeadamente, na criação de novos postos de trabalho no setor e no incremento da economia local e nacional. “</p> <p>“No que respeita às novas políticas da PAC e ao novo PDR 2014/2020 espera-se um aumento de competitividade nacional e internacional do setor agrícola. Desta forma, torna-se necessário que as políticas criadas visem a criação de novas pequenas e médias empresas, o aumento da produção agrícola com produtos de qualidade elevada, ajudas que promovam o escoamento dos produtos agrícolas, bem como, a possibilidade de criação de novos postos de trabalho no setor primário.”</p>	<p>“houve uma grande preocupação, em desenvolver, e espero...estou convencido de que poderá melhorar no futuro. Mas agora com os novos programas e com o 2020, poderá haver mais condições para desenvolver e fazer as coisas mais consistentes. Isso vai um pouco ao encontro dessa agricultura familiar em que vai apoiar os agricultores e os seus produtos. E devemos estar em alerta para informar, digamos assim, os nossos jovens, os nossos agricultores para as possíveis candidaturas que poderão vir a ter.”</p>	<p>“Houve alguma coisa que se conseguiu fazer, mas foi sobretudo apenas para uma parte pequena da população, apenas para aqueles que estavam mais informados, porque a grande maioria ficou de fora e de qualquer das formas são sempre apoios importantes para os nossos agricultores, (...) estou muito otimista em relação ao próximo programa comunitário (...) e espero que seja benéfico para o nosso território.”</p>

Anexo E – Análise de Conteúdo das Entrevistas dos Presidentes das Associações / Cooperativas Agrícolas

Quadro 18 - Análise de conteúdo das entrevistas concedidas pelos Técnicos das Associações, AJAIC, AARTVC e BCA

Categoria	Unidade de Registo		
	Engenheiro Agrónomo A. Marques	Engenheira Agrónoma M. Raimundo	Engenheiro Agrónomo E. Cruz
Caraterização e objetivo	<p>“(…) surgiu em 2002 da necessidade de poder dar apoio e as ajudas comunitárias aos agricultores, nos vários ramos desde a elaboração de projetos, impressão de candidaturas, tudo o que se refere à instalação de jovens agricultores, à agricultura, formação profissional, tudo ligado a este ramo, (...) os nossos sócios são na sua maioria idosos, mas também temos jovens agricultores, a idade varia entre os 18 e os 90 anos.”</p> <p>“(…) tentar rejuvenescer o setor agrícola, porque 90% da população de agricultores tem entre 65 e 90 anos, (...) agricultura está e decadência acentuada, porque os mercados estão destruídos isto é a parte comercial. Se o produto não tem valor, a</p>	<p>“(…) surgiu em 1999 inicialmente para dar assistência aos agricultores, na altura, na área de produção integrada da agricultura biológica, e por intenção integrada, (...) Dar assistência aos agricultores nas várias áreas, continuamos na produção integrada e na agricultura biológica, dar assistência na parte de toda a documentação que esteja relacionado com a agricultura, com o que os agricultores tenham que fazer, e como a maior parte dos nossos associados já são pessoas com alguma idade e alguns nem sabem escrever, nem ler, portanto tentamos ajudá-los a resolver todas essas questões relacionados com o Ministério da Agricultura, para além disso também temos uma equipa de sapadores florestais, que faz limpezas de florestas, limpeza de terrenos para as entidade que solicitem essa limpeza, para a Câmara, as Juntas de Freguesia, para particulares, para associados nossos”</p>	<p>“(…) bem a cooperativa surgiu dos antigos grémios da Lavoura nos anos 80, já nessa altura tentavam recolher alguns produtos, inclusive as batatas e as maçãs de modo a vender no mercado. Mais tarde, começou a ter fatores de produção, rações, adubos, pesticidas, (...) atualmente é uma casa que fornece bens e serviços produção aos nossos clientes e associados, também lhe vamos comprando alguns produtos.” “(...) somos uma organização de agricultores pecuários, fazemos rastreios de sangue, desparasitações, (...) temos agricultores de todas as idades que ainda vão tendo alguns animais, isto é para tentar compensar as reformas baixas.”</p>

Categoria	Unidade de Registo		
	Engenheiro Agrónomo A. Marques	Engenheira Agrónoma M. Raimundo	Engenheiro Agrónomo E. Cruz
Perceção sobre o papel da associação / cooperativa na promoção do Desenvolvimento Rural	<p>produzirem num país destes, está tudo dito.” “prestamos apoio só em termos técnico, (...) quem recorre são os jovens agricultores na nossa até aos 40, há alguns (empreendedores), mas com o novo quadro comunitário possivelmente isso vai diminuir, vai ficar mais apertado, (...) há casos de sucesso, que já existem são de explorações que se transitaram de pais para filhos porque quem começa do zero tem muita dificuldade.”</p> <p>“Houve uma redução muito drástica na pecuária neste momento temos três explorações de bovinos de leite no concelho e não sei se irão sobreviver.”</p>	<p>“(…)fazemos os projetos e ajudamos a pessoa na elaboração dos mesmos quem recorre aos nossos serviços são agricultores jovens .e de meia-idade, (...) vai havendo um ou outro que quer fazer novos projetos para as vinhas a fim de as renovar, (...) são bons projetos, como por exemplo temos um caso de sucesso a “Quinta Vale D’Aldeia”, têm ali uma adega que eles construíram, tudo é moderno lá por dentro, recorreram aos fundos comunitários.”</p>	<p>“ prestamos aqui no gabinete da Cooperativa apoio e informação sobre projetos, damos todo o apoio na elaboração de candidaturas a fundos comunitários, (...) “temos competência para fazer as candidaturas até ao 15 de maio, as pessoas vêm se inscrever, quer na parte do RPU, que agora chama-se RBB, quer na parte do prémio aos ovinos, caprinos e bovinos (...) fazemos as candidaturas, prestamos os serviços que podemos, explicamos as novas regras, as novas alterações, temos também um posto onde recebemos as guias dos produtores, dos movimentos de ovelhas, vacas, portanto dessas coisas, vamos fazendo os cartões dos bovinos e portanto prestamos esse tipo de apoio aos agricultores”.</p>
Relações das associações / cooperativas com outras instituições			

Categoria	Unidade de Registo		
	Engenheiro Agrónomo A. Marques	Engenheira Agrónoma M. Raimundo	Engenheiro Agrónomo E. Cruz
Opinião sobre a Política Agrícola e os programas de Desenvolvimento Rural	“(…) é difícil fazer um balanço sobre o PDR2007/2013 porque as regras são tão instáveis, começam com umas regras e acabaram com outras. O agricultor tem que manter os compromissos, mas eles mudam do dia para a noite, (…) há tanta lei, tanta burocracia, que ninguém sabe a quantas andam, é preciso ter um advogado em casa, um economista, um contabilista, (…) o agricultor tem que ter uma série de conhecimentos muito sofisticados, as regras, o novo PDR 2020 veio para piorar as coisas, não vejo grandes melhorias, as perspetivas deste PDR 2020 e da PAC são negativas, (…) temos uma “rapariga” que não sabe o que faz (…) era importante que os decisores políticos subissem até aqui, o problema é a legislação feito no gabinete, sem conhecimento do terreno, sem se	“no PDR 2020, as pessoas ficam um bocadinho de pé atrás, porque, o Estado financia, a percentagem a fundo perdido e parece que é tudo muito bonito, mas o problema é que o Estado exige que o agricultor faça o investimento todo na totalidade e depois do investimento estar feito, é que dá o apoio ao agricultor e há muitas pessoas que não têm base para isso, (…) acaba por não haver tantos projetos como poderia, precisamente por causa disso, (…) no caso da vinha, é diferente, são os programas CITIS, são projetos, não é uma percentagem que eles dão, é um valor fixo por hectare, em que o agricultor pode, fazer o que pôr a vinha no terreno , está (…) não tem que mostrar documentos comprovativos de como tiveram que pagar tudo aquilo que está no terreno, pedem a uma entidade que lhes forneça as plantas, (…) e fazem um acordo relativamente ao pagamento, muito deles	“(…) sei que há novas alterações neste novo plano que vai de 2015 a 2019, portanto as pessoas podem realmente ir buscar algumas coisas, (…) “há novos projetos, é o novo quadro comunitário, fala-se de muita coisa, diz-se muita coisa (…)” acho que ninguém sabe ao certo do que se trata.” “(…) penso que a política agrícola tem ajudado muita gente, outras nem por isso, é verdade que muitos agricultores ficaram de fora por causa da área dos terrenos e não puderam candidatar-se a um projeto que poderia ter mudado ou melhorado a vida.” “mas no fundo tenho algumas reservas quanto a este novo PDR2020, (…) no entanto continuo a dizer que as políticas não são adequadas para a realidade que se vive no interior do país.”

Categoria	Unidade de Registo		
	Engenheiro Agrónomo A. Marques	Engenheira Agrónoma M. Raimundo	Engenheiro Agrónomo E. Cruz
Opinião sobre a Política Agrícola e os programas de Desenvolvimento Rural	aperceberem que Figueira Castelo Rodrigo é diferente de Castelo Branco ou do Alentejo, saberem que cada zona tem as suas características e a dimensão dos terrenos bem como o clima diferem de região para região, é um erro querer uniformizar o nosso território.”	conseguem sem pôr quase dinheiro do bolso deles.”“(…) os apoios à agricultura familiar, não vejo grandes diferenças, dá-me ideia de que os projetos vão manter mais ou menos a mesma coisa. É assim, é uma zona muito complicada com falta de serviços, isso é um entrave para quem vem de fora e pretende investir, a população está a envelhecer e os terrenos acabam por ficar ao abandono, (...) tem havido algum desenvolvimento, porque com os poucos projetos que se fizeram, permitiu melhorar as algumas coisas, mas não é uma situação que salte à vista, (...) quem vem aqui e não conheça a realidade do concelho acaba por não notar grandes diferenças, nós que estamos cá, é que sabemos o que é que as pessoas vão fazendo”. (...) não tem que mostrar documentos comprovativos de como tiveram que pagar tudo aquilo que está no terreno, pedem a uma entidade que lhes fornece as plantas, (...) e fazem um acordo relativamente ao pagamento, muito deles	

Categoria	Unidade de Registo		
	Engenheiro Agrónomo A. Marques	Engenheira Agrónoma M. Raimundo	Engenheiro Agrónomo E. Cruz
Opinião sobre a Política Agrícola e os programas de Desenvolvimento Rural	<p>“as perspetivas deste PDR 2020 e da PAC são negativas, (...) temos uma “rapariga” que não sabe o que faz, (...) era importante que os decisores políticos subissem até aqui, o problema é a legislação feita no gabinete, sem conhecimento do terreno, sem se aperceberem que Figueira Castelo Rodrigo é diferente de Castelo Branco ou do Alentejo, saberem que cada zona tem as suas características e a dimensão dos terrenos bem como o clima diferem de região para região, é um erro querer uniformizar o nosso território.”</p>	<p>conseguem sem pôr, quase dinheiro do bolso deles.”“(...) os apoios à agricultura familiar, não vejo grandes diferenças, dá-me ideia de que os projetos vão manter mais ou menos a mesma coisa. É assim, é uma zona muito complicada com falta de serviços, isso é um entrave para quem vem de fora e pretende investir, a população está a envelhecer e os terrenos acabam por ficar ao abandono, (...) tem havido algum desenvolvimento, porque com os poucos projetos que se fizeram, permitiu melhorar as algumas coisas, mas não é uma situação que salte à vista, (...) quem vem aqui e não conheça a realidade do concelho acaba por não notar grandes diferenças, nós que estamos cá, é que sabemos o que é que as pessoas vão fazendo.”</p>	

Quadro 19 - Análise de conteúdo das entrevistas concedidas pelos Presidentes/Responsáveis das Cooperativas Caviver e CAVM e Associação ATAHCA,

Categoria	Unidade de Registo		
	Presidente da Cooperativa Renato Xavier	Engenheiro Agrónomo J.P Ribeiro	Engenheiro Agrónomo P. Pereira
Caraterização e objetivo	<p>“primeiro era para ser o Grémio da Lavoura, que as pessoas iam buscar os seus produtos e tinham pouco mais do que isso. Depois foi a grande revolução e passou a ser uma Cooperativa pela lei de António Sérgio e a partir daí as Cooperativas começaram a ter uma outra dimensão e são mais alargadas em tipos de serviços, em termo de venda de produtos (...) neste momento, temos vários e diferentes tipos de associados, temos associados com uma idade já muito avançada, pelos 60 para cima (...).”</p>	<p>“(…) surgiu em 1979 da transferência dos antigos grémios da lavoura, inicialmente dar assistência aos agricultores no escoamento dos produtos e fornecer os fatores de produção a melhor preço (...) atualmente somos polyvalentes, prestamos vários serviços ente outros damos assistência aos animais, inseminação artificial (...), damos também apoio nas candidaturas para os subsídios, (...) apoio técnico, formação profissional, também fazemos a contabilidade dos agricultores (...).”</p>	<p>“(…)A associação ATAHCA, foi criada no início de 1991 com o objetivo de promover ações de desenvolvimento rural integrado (...) tentou-se sensibilizar quem vivia no meio rural e principalmente os atores que intervinham e as entidades, porque era necessário começar a desenvolver atividades no meio rural mais integradas. Como não existia nenhuma entidade aqui na zona com estas intenções, foi uma associação muito impulsionada por pessoas individuais que tinham atividade política, estavam ligadas ao poder local e depois começaram a agregar unidades coletivas da região, nomeadamente, as cooperativas, as associações de artesãos. Havia uma ou outra pessoa que era agricultor.”</p>
Perceção relativa ao estado da agricultura na região	<p>“Em decadência, porque foram muitos anos, foram décadas, o estigma que as pessoas tinham da agricultura“, (...) porque, primeiro foi a política que se veio implementar, a política da construção, as</p>		

Categoria	Unidade de Registo		
	Presidente da Cooperativa Renato Xavier	Engenheiro Agrónomo J.P Ribeiro	Engenheiro Agrónomo P. Pereira
Perceção relativa ao estado da agricultura na região	<p>“As pessoas começaram a querer escolher os terrenos para construir, porque ficavam com aquele pinheiro, era uma mais-valia, e segundo pela falta de capacitação das pessoas para perceber que a agricultura foi, é e será um grande fator para o desenvolvimento do concelho. (...) este ano, tem havido aí um outro a despertar interesse pelos mirtilos, mas agricultura, não é bem a agricultura tradicional, porém tudo o que seja raças autóctones, a agricultura tradicional que tínhamos, quase morreu.”</p>	<p>“a nossa agricultura é das melhores do país, o problema é a idade avançada da população e a desertificação que se sente nalgumas freguesias, mas ninguém vive mal”. “por outro lado temos uma grande dificuldade em escoar os produtos e acho que é aí o grande problema que a nossa agricultura atravessa.”</p>	<p>“Nota-se neste últimos quatro anos uma revitalização do sector com a entrada de jovens agricultores, com base dos investimentos financeiros que fizemos, que temos, foi o PRODER, que foi até agora e está a recomençar a recuar, portanto, nota-se que nestes últimos quatro/cinco anos, tem havido alguma reabilitação, novas produções agrícolas, novas atividades, um grande incremento na produção de pequenos frutos, na produção de cogumelos que aqui na zona não tínhamos, plantas medicinais e aromáticas também, era uma atividade que já tinha algum histórico, tínhamos aí uma ou duas instituições que tinham sido pioneiras, mas agora começa mesmo a haver a nível individual que se estão a dedicar às plantas, são essas novas atividades que vieram dar alguma vivacidade.”</p>
Relações das associações / cooperativas com outras instituições	<p>“Com a Câmara Municipal de Vila Verde, COMPAGRI, ATAHCA, com a Caixa de Crédito Agrícola Mútuo, mas também consegui parcerias com centros de saúde e assim, para proporcionar uma mais-valia, rapidez no atendimento e uma melhor saúde e assistência aos nossos agricultores.”</p>	<p>“temos parcerias com a Câmara, com a CONFAGRI e com o estrangeiro, onde há emigrantes, não trabalhamos com mais ninguém”.</p>	<p>“temos parcerias com a Câmara, com a CONFAGRI e com o estrangeiro, onde há emigrantes, não trabalhamos com mais ninguém” (...) “temos parcerias com Municípios, por exemplo com o Protocolo da Diferença de Espaços, nós costumamos procurar ter parcerias com associações, instituições ou outro tipo dessas, que possam ajudar o agricultor ao máximo, que deem apoio ao agricultor”.</p>

Categoria	Unidade de Registo		
	Presidente da Cooperativa Renato Xavier	Engenheiro Agrónomo J.P Ribeiro	Engenheiro Agrónomo P. Pereira
Opinião sobre a Política Agrícola e os programas de Desenvolvimento Rural	<p>“foi negativo. Em quase todos os aspectos, porque penso que se passou muito ao lado do que aquilo que o concelho se podia desenvolver (...) eu tenho noção é que se foi buscar muito dinheiro para se estragar, são projetos que não têm grande viabilidade económica, principalmente esses de frutos vermelhos (...) isso foi tudo para ir buscar dinheiro aos fundos comunitários. Passou tudo muito ao lado dos agricultores e creio que foi por falta de divulgação”. “Com o PDR 2020, estou convencido de que iremos ter uma mais-valia porque aquilo vai ter uma incidência muito forte, nas questões dos projetos, e da projeção de novas estruturas agrícolas aqui no concelho. Só assim, é que a agricultura pode continuar a viver aqui”.</p>	<p>“não foi muito positivo, não foi muito benéfico, foi mais para gastar dinheiro, (...) não há uma política de continuidade, é um erro da nossa política, (...) o PDR 2020 penso que será pior do que o PRODER, não tenho muitas esperanças, penso que o efeito será o contrario do esperado.”</p>	<p>“notou-se um grande efeito multiplicador de projetos de jovens agricultores essencialmente aí, portanto tivemos um incremento bastante acentuado. No âmbito também do PRODER e no meio rural a ATAHCA também trabalhou, foi importante no sentido de proporcionar apoios a outra atividade não agrícola, a este meio, nomeadamente espaços ligados ao turismo e ao espaço rural, as pequenas microempresas (...) as minhas perspetivas são, na área do desenvolvimento rural, são um bocado pessimistas, porque parece que os envelopes financeiros, porque nós tivemos, a ATAHCA no anterior período, apoiamos projetos num valor global de 15 M€, são financiados 9 M€, o próximo quadro, as coisas ainda não estão muito bem esclarecidas</p>

Anexo F – Análise de Conteúdo das Entrevistas dos Agricultores do concelho de Figueira Castelo Rodrigo

Quadro 20 - Análise de conteúdo das entrevistas concedidas pelos agricultores dos concelhos de Figueira Castelo Rodrigo.

Categoria	Unidade de Registo		
	A. Cardoso Entrevistado 1	P. Mesquita Entrevistado 2	R. Freitas Entrevistado 3
Caracterização do agricultor	<p>Empresário Agrícola. Agricultor a tempo inteiro. 4º Classe. 70 anos (reformado). Progenitores eram agricultores. Exploração em nome individual. Dos irmãos foi o único que ficou em Figueira de Castelo Rodrigo, os outros saíram do concelho há procura de melhor vida. Trabalha com a mulher na agricultura. Propriedade de 11 ha, herdada e terrenos comprados, várias parcelas (marmelos, vinha, oliveiras e amendoeiras). Pretende investir em outras áreas nomeadamente o turismo, conciliar a agricultura e o turismo de habitação. É proprietário do terreno.</p>	<p>Agricultor a tempo inteiro. 9º ano. 59 anos. Progenitores eram agricultores. Trabalha com um dos filhos (os outros emigraram), a mulher também trabalha com eles, mas fica a maior parte do tempo em casa para fazer as lidas domésticas. Propriedade de 9 ha, várias parcelas (oliveiras, amendoeiras, maceiras e marmelos, batatas, vinha). Pretende diversificar o seu negócio criando uma marca de doce de marmelos de maneira a poder escoar os produtos que não consegue vender, quer abrir uma casa de doces regionais e comercializar os seus produtos utilizando o que cultiva. É proprietário do terreno.</p>	<p>Empresário agrícola. Agricultor a tempo inteiro. 12º ano. 36 anos. Progenitores eram agricultores. Curso Empresário Agrícola, curso profissional de informática de gestão. É casado, trabalha com a mulher na agricultura, embora que a esposa é funcionária de loja. Propriedade de 5 ha, terreno herdado dos pais e alugados. Produção de vinhos, marmelos, azeite e maçãs.</p>

Categoria	Unidade de Registo		
	A. Cardoso Entrevistado 1	P. Mesquita Entrevistado 2	R. Freitas Entrevistado 3
Percurso do Agricultor	<p>“(…) Desde pequeno que trabalho na agricultura, sempre ajudei os meus pais nesta atividade, só frequentei a escola até à 4º classe, não havia dinheiro para poder estudar mais. Os meus irmãos tiveram mais sorte do que eu (…)”</p> <p>“(…) não tive outra solução do que trabalhar aqui no concelho, antigamente era muito difícil arranjar trabalho para além da agricultura. Comprei a parte dos meus irmãos, e fiquei com a propriedade, também comprei alguns terrenos”. Comecei a trabalhar com os meus pais, agora trabalho para mim, já estou reformado, mas continuo a trabalhar (…)”</p>	<p>“(…) sempre trabalhei com os meus pais na terra, tive a sorte de estudar até ao 9º ano, não quis estudar mais (…)” “(…) não sei fazer mais nada do que trabalhar na agricultura, fiquei com os terrenos dos meus pais, sempre gostei de trabalhar na terra, faço porque tenho gosto em trabalhar no campo, sinto que sou feliz aqui. Tive sorte em casar com uma mulher que gosta de trabalhar na terra, um dos meus filhos trabalho comigo, não deu nada nos estudos, fico descansado porque estou a construir-lhe um futuro (…)” “(…) Hoje tenho uma propriedade de 9 ha, tenho muitos produtos, mas não consigo vender tudo, metade do lucro das vendas reverte para a agricultura a outra metade é para a minhas despesas, tenho mais dois filhos que tiveram de partir para fora do país, aqui não tinham futuro (…)” “quero investir em outras áreas, tenho umas ideias, conciliar agricultura e turismo, aproveitar o que não consigo vender.”</p>	<p>“(…) trabalho na agricultura por necessidade, tirei o curso profissional de informática de gestão, mais tarde voltei a estudar e tirei o curso de empresário agrícola (…)”</p> <p>“(…) agricultura foi a única alternativa para mim, não tive outra escolha, não há muitas empresas. É claro que teria preferido ser engenheiro ou doutor, mas com família para sustentar tive de me fazer à vida (…)”</p>

Categoria	Unidade de Registo		
	A. Cardoso Entrevistado 1	P. Mesquita Entrevistado 2	R. Freitas Entrevistado 3
Perceção do agriculto relativamente ao estado da agricultura	<p>“(…) Muito complicada, muito difícil. Temos uma agricultura que não é valorizada, estou cansado de trabalhar a terra sabendo que é complicado vender os meus produtos (…).”</p> <p>“(…) temos terrenos abandonados na nossa zona, a culpa não é dos donos, mas sim do estado em que agricultura se encontra (…).”</p> <p>“(…) temos um país que não valoriza a agricultura, só valoriza os grandes produtores, as grandes plantações, aqueles que vendem para os supermercados, nós fomos esquecidos pelo governo (…).”</p>	<p>“(…) a agricultura foi abandonada pelo governo, trabalho com mais um filho e é com muito sacrifício. Não compensa trabalhar na agricultura (…).”</p> <p>“(…) com acessos complicados aos terrenos, temos dificuldade em utilizar o trator, as sementes são muito caras e o rendimento é pouco (…).”</p> <p>“(…) o agricultor é visto com maus olhos, o que nos vale são os subsídios que recebemos do governo, com essa ajuda consigo manter o meu orçamento em dia. O meu filho trabalha comigo. Temos muitos vizinhos que já morreram e os filhos abandonaram os terrenos que antigamente eram um mimo, não censuro os filhos, compreendo e muito bem (…).”</p> <p>“(…)os grandes agricultores da zona, esses sim têm ajudas e muitas, também são formados, têm cursos superiores, têm o conhecimento de novas técnicas e de nova tecnologia, eles têm acesso a tudo, nós não, somos pequenos agricultores, vivemos daquilo que temos, os grandes têm apoio dos bancos (…).”</p>	<p>“(…) a culpa é a falta de escoamento, não há ninguém que quer comprar os produtos, tenho muita dificuldade em vender, tenho muitos marmelos, e não tenho ninguém a quer vender, não há aqui uma ajuda por parte da Câmara para nos ajudar a escoar a nossa produção, por isso nem sequer apanho a fruta, deixo-a apodrecer nas árvores, vou fazer o quê com tanto marmelos (…).”</p> <p>“(…) já me aconteceu vender os meus produtos e voltar para casa com a maior parte deles, ou então com calotes (…).”</p> <p>“(…) A agricultura é uma realidade muito dura, não é fácil trabalhar nesta atividade, nunca fui de férias, não sei o que é ir para à praia, trabalhei sempre e penso que irei morrer trabalhando na terra. É triste, sinto que nunca fui valorizado (…).”</p>

Categoria	Unidade de Registo		
	A. Cardoso Entrevistado 1	P. Mesquita Entrevistado 2	R. Freitas Entrevistado 3
Perceção do agriculto relativamente ao estado da agricultura	<p>“(…) o grande problema é a falta de escoamento, temos bons produtos, eu falo por mim, tenho bom azeite, e tenho clientes certos, mas não chega (…).”</p> <p>“(…) existe uma grande desconfiança entre os agricultores do concelho, ninguém se quer associar, também não existe ninguém de competente para governar uma associação (…).”</p> <p>“(…) infelizmente não é através da agricultura familiar que vamos lutar contra a desertificação pelo contrário a agricultura leva as pessoas a deixar as aldeias, não temos futuro aqui, não aconselho ninguém a vir instalar-se no concelho, isto é para desaparecer, qualquer dia temos as aldeias entregues à natureza(…).”</p> <p>“(…) A Câmara tem de desenvolver medidas para combater este mal, não nos compete a nós pobres agricultores, mas sim ao Estado (…).”</p>	<p>“temos leis feitas por gente que nunca saíram do seu gabinete, isso deve ser mudado”. “Já têm curso superior, e vieram instalarem-se aqui no concelho, com ideias inovadoras, para esses vale a pena, conseguiram apoio da Câmara, isso sim, agora eu não tive apoio de ninguém (…).”</p> <p>“(…) a desertificação não se luta com agricultura familiar, nos estamos a morrer, não temos saída, temos de ir embora, cabe ao governo tratar do assunto (…).”</p> <p>“ a agricultura de hoje já não era o que era antigamente, tenho planos para investir, gostaria de poder ter gado, ovelhas, gosto das ovelhas, o leite é muito bem vendido, mas temos outro problema que são os lobos, acho bem que tenham reintroduzido o lobo ibérico aqui na zona, mas dão grande prejuízo aos proprietários dos animais. Já houve aqui ataques de lobos, e o na carcaça do animal, tem de ligar para GNR e para o Instituto de Conservação da Natureza e Florestas, a indemnização é ridícula, é outro motivo para abandonar a agricultura, se formos para os lados do concelho de Almeida, irá ver quantos pastores já deixaram a atividade, não</p>	<p>“(…) Já não é o que era, com a crise que vivemos as pessoas também não têm dinheiro para comprar, ninguém compra, e depois aqui na zona toda a gente tem o seu próprio quintal para plantar a sua batata, a cenoura e outros produtos (…).”</p> <p>“ nós agricultores somos vistos como aqueles que não servem para nada, trabalhar na agricultura é ridiculizada, existe um grande estigma da agricultura.” “(…) sinto que não há futuro para a agricultura aqui na zona, no nosso concelho, não temos ajuda por parte da Câmara, não há associação de agricultores,</p> <p>antigamente havia o grémio onde era possível entregar os produtos e eles vendiam, depois pagavam, e bem (…).”</p> <p>“(…) os jovens é que mais sofrem, principalmente aqueles que não conseguem encontrar trabalho fora do conselho, acabam por trabalhar aqui no concelho, na agricultura, aqui só há pessoas idosas a trabalhar a terra, os mais jovens partiram,</p>

Categoria	Unidade de Registo		
	A. Cardoso Entrevistado 1	P. Mesquita Entrevistado 2	R. Freitas Entrevistado 3
Perceção do agriculto relativamente ao estado da agricultura		vale a pena continuar a investir, e continuamos a depender dos espanhóis em relação ao leite de ovelha, e as pessoas queixam-se do preço do queijo de ovelha, que é muito caro, pois é com este tipo de ajuda não vamos longe, estão a dar motivos para abandonar tudo.”	
Perceção do agricultor relativamente aos apoios desenvolvidos pela Câmara/ Associações de agricultores	“(…) Sei que a Associação de agricultores tem dado informação e tem dado cursos para os agricultores, já fiz um curso com eles, são boas pessoas, há lá gente muito competente.(…)” “(…) tenho tido muita ajuda por parte deles, quando se chega à minha idade precisamos de ajuda, já fiz alguns cursos de agricultura.(…)” “(…) recebo ajuda para preencher os papeis para pedir apoios.(…)” “(…) sempre que tenho problemas com a minha propriedade, eu chamo alguém e eles veem logo, vão ver o que se passa e dizem qual o produto que devo usar, eles são muito competentes são boas pessoas, e percebem o que dizem. (…).”	“(…) Sei que dão formação para os agricultores do concelho, eu já frequentei um curso desses, já foi há algum tempo, foi para aprender a podar, foi útil porque tenho aplicado aquilo que aprendi (…).” “(…) quando se trata de formação relacionada com o nosso ofício, aproveitamentos porque é útil, precisamos estar sempre por dentro do assunto (…).” “(…) quando há novidades em relação a alguns regulamentos, ajudas financeiras, eles entram em contato comigo e depois vou ter com ele, dão ajuda para preencher os papeis para pedir ajudas, aconselham-me quando se trata de novos produtos (…).”“(…) em relação à Câmara, eu sei que tem ajudado alguns produtores mas são os grandes,	“(…) em relação à Câmara, não sei de nada, nunca pedi nada à Câmara, sempre pedi à Associação de agricultores, sei que eles têm ajudado as pessoas em relação a produtos, formação e é sempre com eles que trato da papelada para os pedidos de ajuda, sei que fazem cursos de formação, eu já fiz um de fitoterapia, foi muito bom e ponho em prática aquilo que aprendi com eles (…).”

Categoria	Unidade de Registo		
	A. Cardoso Entrevistado 1	P. Mesquita Entrevistado 2	R. Freitas Entrevistado 3
		aqueles que veem investir muito dinheiro, nunca tive ajuda deles.(...)"	
Perceção do agricultor relativamente aos apoios desenvolvidos pela Câmara/ Associações de agricultores	"(...) a Câmara só ajuda os grandes produtores não é o meu caso, eu sei que deram apoios a alguns vizinhos meus, é sempre a mesma coisa, quem tem dinheiro tem ajuda de todos, quem não tem fica na mesma."	"nunca ouvi falar em ações de formação por parte da Câmara, sei que estão lá uns engenheiros a trabalhar na área da agricultura mas nunca ninguém veio ter comigo, como já disse, só trabalho com a Associação de agricultores aqui de Figueira Castelo Rodrigo."	
Opinião sobre a Política Agrícola Comum e de desenvolvimento rural	"sim, existe o PRODER, que está relacionado com os projetos agrícolas, conheço também um apoio para refazer os muros, eu sei que já fiz um pedido para plantar vinha nova (...)." Ouvi dizer que agora vai mudar, não vai ser mais o PRODER não sei muito bem como se chama, com a minha idade já não espero muito, deixo isso para os mais jovens, para aqueles que querem apostar na agricultura (...)." "quem tinha terrenos muito pequenos não tinham direito a apoios do PRODER, é só para terrenos grandes."	"(...) sim eu sei que existe o PRODER, já recorri a este programa para fazer um projeto, recebi ajuda financeira, foi bom porque consegui fazer o que queria, agora não sei se continua a ser o PRODER, acho que já mudou com este novo quadro comunitário, não sei bem ao certo como é que vai ser agora, não tenho tido muito tempo para estar mais informado (...)." "quem tinha terrenos pequenos, não era beneficiado com este programa, não é justo, sei de pessoas que abandonaram as terras, não tinham outros meios para concretizar os projetos que queriam fazer	"o PRODER é o programa que conheço, não sei de mais nada, sei que não era um programa muito justo porque quem não tinha um mínimo de 5 ha não podia fazer candidatura para um projeto, há muita gente com pequenos terrenos, esses têm mais necessidade, vivem com alguma dificuldade, sei que muita gente gostaria de poder plantar mais árvores de fruto ou investir na pecuária e não conseguiu por causa da falta de ajuda, agora ouvi dizer que isto mudou tudo, já não existe o PRODER mas sim agora é o PDR 2020, e sei que estão a beneficiar o pequeno agricultor

Quadro 21 - Análise de conteúdo das entrevistas concedidas pelos agricultores dos concelhos de Mêda.

Categoria	Unidade de Registo			
	N. Gonçalves Entrevistado 1	C. Seromenho Entrevistado 2	A. Capela Entrevistado 3	M. Pedro Entrevistada 4
Caracterização do agricultor	Agricultor a tempo inteiro. 12º ano. 50 anos. Progenitores eram agricultores. Produtor de hortícolas e frutícolas em modo biológico. Propriedade de 4 ha, várias parcelas (oliveiras, amendoeiras, maceiras, semilha e vinha). É proprietário do terreno.	Agricultor a tempo inteiro (reformado). 4ª classe, frequência da classe preparatória e pasteleiro de profissão. 62 anos. Progenitores eram agricultores. Produtor de hortícolas e frutícolas em modo biológico. Propriedade de 1 ha (hortícolas, semilha e vinha). É de São João da Pesqueira mas vive atualmente no concelho de Mêda. O terreno pertence à família	Agricultor a tempo inteiro. 4ª classe. 69 anos. Progenitores eram agricultores. Produtor de hortícolas em modo biológico. Propriedade de 6 ha, várias parcelas (oliveiras, amendoeiras, maceiras e hortícolas, semilha, vinha). O terreno pertence à família.	Agricultora a tempo inteiro. Licenciatura e mestrado. 36 anos. Trocou São João da Pesqueira pela Mêda. A família do marido é agricultor. Abriu uma queijaria, mas pretende conciliar turismo com atividade da queijaria. Progenitores eram agricultores. Proprietária da queijaria bem como de algum terreno. Os terrenos pertencem à família do marido.
Percurso do Agricultor	“Trabalho na agricultura desde pequenino, pratico uma agricultura familiar e de subsistência, tenho produção de produtos hortícolas e frutícolas e principalmente para não deixar os meus prédios ao abandono, não quero deixar de cultivar a terra.” “(...) era um objetivo continuar o trabalho dos meus	(...) “reformei-me por invalidez, trabalhava no ramo da pastelaria em Lisboa, depois vim para o concelho de Mêda, a minha mulher é deste concelho.” (...) “trabalho na agricultura só há 10 anos, e foi por necessidade de ter alguma coisa minha, trabalho por gosto, também para não ver o terreno ao abandono, é dele que retiro aquilo que comemos.”	“trabalho na agricultura desde muito pequeno, sempre acompanhei os meus pais no campo, não havia mais nada a não ser agricultura.” “Não tinha outro futuro a não ser a agricultura, gosto de trabalhar a terra, faço por gosto, sempre o fiz.” (...) “antigamente, antes do 25 de Abril, a agricultura era rentável, conseguia vender tudo	“fui professora durante muitos anos, e fiquei desempregada, foi então que pensei trabalhar por conta própria mas longe da cidade, a família do meu marido pertence a este concelho e tem propriedades, terrenos que aproveitamos.” (...) tive necessidade de ocupar o meu

Categoria	Unidade de Registo			
	N. Gonçalves Entrevistado 1	B. Seromenho Entrevistado 2	A. Capela Entrevistado 3	M. Pedro Entrevistada 4
Percurso do Agricultor	país, herdei os terrenos e cultivo	“os meus pais eram agricultores, não tinha quase experiência na agricultura, mas sabia o essencial.”	o que tinha, hoje em dia faço por gosto e principalmente para ter os terrenos ocupados, assim não estão ao abandono.”	sentir-me realizada, queria ter algo meu, (...) trabalho nesta atividade há cerca de dois anos, aproveitamos
Perceção do agricultor relativamente ao estado da agricultura	<p>“Muito mal, a nossa agricultura está muito mal tratada, nós aqui na Beira Alta fomos esquecidos, somos portugueses de 2º classe, não temos futuro aqui, a agricultura não é incentivada nem por parte do poder local nem por parte do governo.”</p> <p>“Aqui no concelho, a maioria dos prédios estão ao abandono, eu entendo os proprietários, não há incentivo para trabalhar.”</p> <p>“Já não é aquilo que era, antigamente os terrenos eram cuidados, todos os agricultores tinham os seus prédios bem tratados, hoje a realidade é outra, com a situação do país, as pessoas partem para as cidades</p>	<p>“muito mal, não temos facilidades em nada, dificuldade em escoar os nossos produtos.” (...) “as sementes, os produtos que utilizamos na agricultura são muito caros e não compensa, não consigo vender os meus produtos e retirar lucro, acabo por deitar fora.”</p> <p>“temos de retirar do bolso para investir na agricultura, a mão-de-obra é muito cara e quase inexistente por causa da desertificação que se faz sentir aqui no concelho.”</p> <p>“gostaria de poder investir mas noutra área, na restauração, a terra não motiva, não vale a pena continuar a trabalhar senão para o</p>	<p>“Péssima, a nossa agricultura está de rasto, está na hora da morte.”</p> <p>“(…) a agricultura ainda hoje é considerada como uma atividade dos pobres.” (...) “já não é aquilo que era, mas não é só aqui no concelho, eu penso que é todo o distrito da Guarda.”</p> <p>“(…) a falta de escoamento é o grande problema que temos nós agricultores, não consigo vender os meus produtos, é uma vergonha, este ano os espanhóis vieram comprar as minhas batatas, ofereceram-me 2.5 € a saca de 20 kilos, não me dá para pagar uma saca à cooperativa, não vendi, deixei apodrecer 40 toneladas de batata (...)”</p>	terrenos que pertenciam á família do meu marido.” “agricultura familiar ainda é desenvolvida por algumas pessoas para consumo próprio, (...) mas, não há projetos que tornam essa agricultura rentável, (...) o concelho da Mêda é muito envelhecido, a maioria dos terrenos está ao abandono, (...) estamos numa região que era rica em azeite, vinho e cereais, as sementes, algumas leguminosas, como por exemplo os carrapatos, o feijão, isso já não existe para venda, existe para consumo de casa unicamente, (...) neste contexto acho que a agricultura da Mêda não tem futuro, a não ser

Categoria	Unidade de Registo			
	N. Gonçalves Entrevistado 1	C. Seromenho Entrevistado 2	B. Capela Entrevistado 3	M. Pedro Entrevistada 4
Perceção do agricultor relativamente ao estado da agricultura	<p>ou para o estrangeiro, esta terra é uma terra de muita migração.”</p> <p>“(…) temos grandes dificuldades em escoar os nossos produtos, os preços das sementes, adubos são extremamente caros, (…) o valor dos nossos produtos não é valorizado, por exemplo o preço das uvas colocadas na adega não compensa o trabalho e os gastos que tivemos durante o ano.” “o agricultor pequeno tem a casa farta, não falta nada, mas não consegue ter rendimento daquilo que vende (...)”</p>	<p>nosso próprio consumo.”</p> <p>“vivemos longe de tudo, há quem não tenha transporte próprio que tem de se sujeitar aos transportes coletivos, é outro problema que nos traz a agricultura, estamos longe da sede de concelho.”</p> <p>“a nossa agricultura é praticada por uma população envelhecida, os jovens não querem saber desta atividade, tenho falta de mão-de-obra e tenho de deixar muitas vezes os produtos no chão ou nas árvores.”</p>	<p>“por contra os produtos que utilizamos na agricultura para tratar das árvores e outras coisas são muito caros, (...) “estamos muito mal aqui em Portugal, o governo esqueceu-se de nós.”</p> <p>“não temos uma associação forte que nos possa ajudar naquilo que mais precisamos, estamos dependentes da boa vontade do poder local que não valoriza aquilo que melhor fazemos, produzir alimentos de excelente qualidade.”</p>	<p>que as empresas que estão a exportar o vinho para os lados de Foz Côa e Mêda e que têm turismo de habitação o possam fazer, (...) agricultura familiar no concelho não tem sucesso.”</p> <p>“produzimos produtos de qualidade superior, ninguém passa fome aqui no concelho, todas as casas são fartas, temos de tudo, temos qualidade de vida no sentido da alimentação, mas não conseguimos ter qualidade de vida financeira nem económica, (...) “há uma falta de reconhecimento dos nossos produtos, as pessoas querem comprar barato, pensam que vendemos aos preços dos hipermercados, isso é impossível, o produto é feito com a melhor matéria prima, de excelente qualidade e se é para vender ao desbarato, mal vale estar quieto, (...) “ a nossa agricultura não é</p>

Categoria	Unidade de Registo			
	N. Gonçalves Entrevistado 1	D. Seromenho Entrevistado 2	C. Capela Entrevistado 3	M. Pedro Entrevistada 4
Perceção do agricultor relativamente ao estado da agricultura				valorizada, pelo contrario é menosprezada, e o agricultor desmotiva porque nada é bem pago, mais para ter uma ideia do que estou a dizer, as cooperativas estão a vender o nosso azeite ao desbarato, não valorizam o que é nosso.” “atualmente a agricultura não é um incentivo para uma pessoa sair da cidade e vir instalar-se aqui, não é rentável, no entanto é um complemento à qualidade de vida.”
Perceção do agricultor relativamente aos apoios desenvolvidos pela Câmara/ Associações de agricultores	“sei que existem apoios prestados pela Câmara e pela Associação de agricultores da Mêda, não sei especificar quais, no entanto entendo que são muito importantes para os agricultores do concelho de Mêda.”	“conheço bem a Associação de agricultores, já frequentei dois cursos com eles, um curso de higiene no trabalho e outro de fitofármacos, mas deveriam fazer cursos com mais frequência e não somente de vez em quando, ainda há pessoas que veem de fora e que tem de trabalhar a terra para viver a vida.”	“não conheço nenhum apoio da Câmara, em relação à Associação de agricultores sei que fazem projetos e oferecem cursos de formação para os agricultores.” “(…) nunca fiz projetos com a Associação de agricultores, fiz sim um projeto para a plantação de 400	“sim, se bem que acho que a Câmara da Mêda não está vocacionada para estes empreendedores, não está a valorizar quem quer instalar-se numa coisa destas, (...) precisei muito do apoios dos técnicos da Câmara para abrir a queijaria, foram eles que desenvolveram

Categoria	Unidade de Registo			
	N. Gonçalves Entrevistado 1	E. Seromenho Entrevistado 2	D. Capela Entrevistado 3	M. Pedro Entrevistada 4
Perceção do agricultor relativamente aos apoios desenvolvidos pela Câmara/ Associações de agricultores	<p>“sei que a Câmara conseguiu levar vários agricultores da zona a uma feira internacional de agricultura, acho que foi em Salamanca, pois bem, os agricultores conseguiram ir a custos muito reduzidos, porque a Câmara pagou a maioria das despesas de alojamento, precisamos de mais iniciativas destas.”</p> <p>“(…) nunca recorri aos apoios da Câmara e da Associação, fiz projeto através do IFADAP, e fui muito bem assistido tanto pelos engenheiros tanto pelo pessoal que trabalham nesse instituto, (...) conheço quem recorreu aos serviços da Associação, e sei que dão cursos de agricultura muito bons, para a nossa gente, é importante porque temos muitos agricultores iletrados em chegar aos conteúdos dos programas europeus.”</p>	<p>“já ouvi falar dos apoios da Câmara, não sei ao certo como funciona, tenho as minhas dúvidas, acho que a Câmara não auxilia devidamente os agricultores.”</p> <p>“ nunca recorri a esses apoios, sei que os apoios não são financeiros, isso sim seria importante, já somos velhos qual é o banco que nos vais financiar.”</p> <p>“temos outro problema o da cooperativa, pus as minhas uvas o ano passado, e não eles não pagam as uvas, precisamos de dinheiro para viver.”</p>	<p>castanheiros mas dirigi-me diretamente à DGADR (...)”. “ (...) na agricultura, mas ainda há gente que investe e muito, acho bem, porém essas pessoas têm muito dinheiro e têm apoios de toda a gente, desde a Câmara, Associação de agricultores, do IFADAP, nós os pequenos que trabalhamos a terra simplesmente para que seja abandonada, não temos ajudas de ninguém, não é justo.”</p>	<p>todo o projeto, mas tudo sempre um pouco forçado porque eles não sabiam fazer este tipo de projeto, foi uma novidade, foi a primeira queijaria do concelho, foi muito empurrado por nós, quase que obrigados, (...) porque não consideraram um projeto aliciante, afinal o apoio não foi financeiro, foi só técnico, relativamente á papelada, à burocracia, (...) não houve financiamento por parte da Câmara, enquanto que há outros concelhos que apoiam logo à partida uma empreendimento desta natureza.”</p>

Categoria	Unidade de Registo			
	N. Gonçalves Entrevistado 1	E. Seromenho Entrevistado 2	D. Capela Entrevistado 3	M. Pedro Entrevistada 4
Opinião sobre a Política Agrícola Comum e de desenvolvimento rural	<p>“tem sido uma política com grande potencial para o desenvolvimento do país e não para o desenvolvimento rural.”</p> <p>“antigamente não havia fiscalização dos projetos financiados, hoje a situação é melhor, mas poderia tirar mais partido das políticas.”</p> <p>“já recorri ao PRODER, acho um programa que não se adequa à realidade portuguesa, simplesmente porque temos terrenos de pequenas dimensões, este tipo de apoio não contempla o parcelário.”</p>	<p>“a falta de fiscalização tem sido motivo para que a PAC fosse desacreditada, houve muitos abusos em tempos, as pessoas faziam projetos e o financiamento ia para tudo menos para a agricultura, hoje em dia está um pouco melhor, (...) o PRODER, o LEADER são projetos que demoram muito tempo para a sua aprovação, acabamos por quase desistir.”</p>	<p>“não sei, acho que não foi muito boa para nós agricultores, penso que terá beneficiado os grandes produtores.”</p>	<p>“sim, conheço, mas acho que os apoios não são aliciantes, o PRODER, conheço algumas medidas, é um projeto um pouco fantasioso, (...) primeiro que se consiga desenvolver um projeto demora imenso tempo para ser aprovado, uma pessoa até que o implemente já desiste à partida pelo simples facto da morosidade da sua aprovação, (...) antigamente os apoios aos jovens agricultores foi um dinheiro totalmente mal investido, o dinheiro não foi usado para o proveito da agricultura mas para proveito próprio, (...) e hoje em dia está tudo abandonado, os pequenos projetos estão ao abandono, os agricultores governaram-se com o dinheiro e não continuaram a investir, não houve fiscalização, hoje em dia o projeto está bem construído”</p>

Categoria	Unidade de Registo			
	N. Gonçalves Entrevistado 1	F. Seromenho Entrevistado 2	E. Capela Entrevistado 3	M. Pedro Entrevistada 4
Opinião sobre os principais problemas e obstáculos da agricultura no concelho	<p>“devemos diversificar a nossa produção, se vendemos bem o leite de ovelha ou o queijo, então devemos fazê-lo e não investir noutra tipo de cultura.” “a forte desertificação que o concelho da Mêda enfrenta não resolve as coisas, pelo contrário, a falta de dinamismo do poder local dificulta a vida dos agricultores.”</p>	<p>“um dos principais problemas da nossa zona é a desertificação, não temos mão-de-obra jovem e quando aparece é muito cara, os políticos deveriam olhar para nós pequenos agricultores .”</p> <p>“o escoamento é diferente problema que nos obriga a pensar duas vezes se vale ou não a pena continuar a trabalhar na agricultura e investir nesta atividade.”</p> <p>“o que tem acontecido é que os espanhóis veem comprar a nós por preços vergonhosos e depois vão vender a 10 a 15 vezes o valor de compra, é injusto.”</p> <p>“(…) deve haver mais apoios financeiros para nós agricultores com uma certa idade, a agricultura familiar como está hoje em dia não consegue combater a desertificação, pelo contrário.”</p>	<p>“um dos principais problemas da nossa agricultura é a falta de escoamento, vivemos numa região com grande potencial mas ninguém ainda se apercebeu disto.”</p> <p>“temos uma agricultura a duas velocidades, os grandes produtores e os pequenos, quase inexistentes.”</p> <p>“por causa da desertificação há falta de mão-de-obra, e quando aparece alguém para trabalhar a mão-de-obra é muito cara, não dá para trabalhar.”</p> <p>“falta de incentivo por parte do poder local, não há motivação para continuar a trabalhar na agricultura.”</p>	<p>“da parte do poder local não há incentivo, não há promoção dos nossos produtos, somos uma terra de pastores e nunca ninguém ouviu falar sobre o queijo da Barreira, (...), há falta de visão tanto por parte do poder local bem como da população, a agricultura familiar é tabu aqui no concelho.”</p> <p>“há uma grande falta de incentivo e sensibilização por parte do poder local para quem pretende estabelecer-se por conta própria na agricultura (...) tudo é mal feito para eles, não nos valorizam, e é desmotivante, (...) somos despromovidos, são os governantes locais que temos, a desertificação vai continuar enquanto não houver uma pessoa dinâmica que faça por atrair mais gente.”</p>

Quadro 22 - Análise de conteúdo das entrevistas concedidas pelos agricultores dos concelhos de Trancoso.

Categoria	Unidade de Registo		
	R. Silva Entrevistado 1	P. Frade Entrevistado 2	E. Machado Entrevistado 3
Caracterização do agricultor	Empresário Agrícola. Agricultor a tempo inteiro. 12º ano, início de atividade. 29 anos. Progenitores eram agricultores. Curso Empresário Agrícola, curso profissional de informática de gestão, frequentou mais alguns cursos no ramo da gestão e da informática. Propriedade de 20 ha, herdada e terrenos comprados, várias parcelas (batata, castanha e hortícolas, abóboras e pastorícia). Fornece várias cadeias de supermercado da região, fornece batata em vários pontos do litoral.	Empresário agrícola. Agricultor a tempo inteiro. Engenheiro agrónomo. 59 anos. Progenitores eram agricultores. Trabalha numa exploração agrícola que lhe pertence há já vários anos. Propriedade de 9 ha, várias parcelas (oliveiras, castanheiros, maceiras, marmelos, batatas, vinha). É proprietário do terreno.	Empresário agrícola. Agricultor a tempo inteiro. 12º ano, 56 anos. Progenitores eram agricultores. Propriedade de 3 ha, terreno herdado dos pais e alugados. Produção de vinhos, castanha e maçãs. Produz igualmente doces de castanha. Pretende investir noutras áreas nomeadamente o turismo e confeção de doces de marmelos.
Perceção do agricultor relativamente ao estado da agricultura	<p>“na nossa região ser agricultor é uma profissão de risco, não se consegue vender os nossos produtos que excelente qualidade, o clima e o relevo geográfico são dois pontos negativos.”</p> <p>“(…) existe um estigma, agricultura foi esquecida, não se entende porque não temos os mesmos direitos do que os grandes produtores (…).”</p> <p>“o poder local pouco faz para nos ajudar, eu sei que prefere empresas e indústrias (…).”</p>	<p>“a nossa agricultura foi esquecida, temos uma agricultura familiar e de subsistencia, não dá para viver desta atividade.”</p> <p>“eu ainda consigo rentabilizar a minha exploração, mas a que preço, vendo muito mais barato e recebo passado 90 dias na melhor das hipóteses.”</p> <p>“fomos esquecidos, há agricultores que estão a abandonar a atividade, por falta de escoamento, não se percebe.”</p>	<p>“(…) muito mal, trabalhamos muito para muito pouco, é uma atividade muito ingrata, e não se consegue vender aos preços justos (…).”</p> <p>“há um grande desequilíbrio entre nós e as grandes explorações intensivas, fomos esquecidos, basta ver os apoios que o poder local nos dá.”</p> <p>“(…) não vale a pena continuar a trabalhar na agricultura neste concelho, nem neste distrito (…).”</p>

Categoria	Unidade de Registo		
	R. Silva Entrevistado 1	P. Frade Entrevistado 2	E. Machado Entrevistado 3
Perceção do agriculto relativamente ao estado da agricultura	<p>“o grande problema que se vive aqui é a idade dos agricultores, já são bastante velhos, não há renovação de geração, ninguém quer vir para o concelho e viver da agricultura.”</p> <p>“(…) quando há uma geada ou trovoada, perdemos culturas, não há indemnização que chegue para pagar os estragos, e quando chega, já vem tarde (…).”</p> <p>“deveria haver mais informação sobre novos projetos agrícolas, não temos ninguém de competente aqui por perto, tenho de ir a Castelo Branco falar com os engenheiros agrónomos para obter as informações certas, aqui é sempre a mesma coisa, nunca se sabe de nada.”</p> <p>“agricultura é uma atividade que foi posta de lado, mas todos precisamos de nos alimentar, não sei como podemos voltar as costas à agricultura.”</p>	<p>“a agricultura praticada aqui no concelho é visto como uma agricultura de subsistencia, e não com o objetivo de poder vender a fim de retirar o nosso lucro.”</p> <p>“não há associativismo, os agricultores tornam-se desconfiados e individualistas, há falta de empenho por parte do poder local.”</p> <p>“a concorrência é feroz, se um agricultor vender a cinco, o vizinho baixa logo o preço e vende a três, não é uma boa solução, vão se prejudicando continuamente.”</p> <p>“(…) para mim esta atividade é das mais importantes, temos de lhe dar a devida importância, merece ser tratada com respeito, e nós agricultores não somos respeitados, somos vistos como os pobres que não têm outro meio de subsistencia para viver (…).”</p> <p>“hoje em dia, temos de ter mais conhecimento do que antigamente, obriga a investir em formação e novas tecnologias, só que isso implica investimento financeiro, nem todos têm essa capacidade de financeira.”</p>	<p>“(…) os acessos aos terrenos por vezes são difíceis o que dificulta a nossa vida, principalmente quando chove, estamos numa zona montanhosa (…).”</p> <p>“vivemos numa zona muito desertificada, com pouca mão-de-obra jovem, a maioria dos agricultores já tem mais de 60 anos, com esta idade as forças não são muitas.”</p> <p>“(…) sempre quis que os meus filhos fossem doutores ou engenheiros, todos eles trabalham em Lisboa, não tenho ninguém por perto, somente uns sobrinhos que me vão ajudando, os filhos não querem saber disto para nada (…).” “temos uma grande área de terrenos abandonados, os filhos não querem vir trabalhar por estes sítios, outros vendem ao desbarato.” “a agricultura é muito importante não somente para a economia local mas também para o turismo, atrair novos habitantes, criar postos de trabalho aqui na zona, criar novas condições de vida para todos nós, a final é isso que queremos, tornar a agricultura uma atividade sustentável a fim de obter qualidade de vida.”</p>

Categoria	Unidade de Registo		
	R. Silva Entrevistado 1	P. Frade Entrevistado 2	E. Machado Entrevistado 3
Perceção do agricultor relativamente aos apoios desenvolvidos pela Câmara/ Associações de agricultores	<p>“(...) sei que a Cooperativa faz alguns projetos, nunca recorri a ela, sempre preferi dirigir-me ao IFADAP (...)”</p> <p>“a Câmara tem um gabinete mas eles não sabem como fazer projetos, são muito demorados, não têm apoio financeiro, somente técnico.”</p> <p>“projetos ligados à agricultura não têm grande visibilidade por parte da Câmara, se for grandes explorações ou empresas transformadora, aí sim eles já ajudam em tudo.”</p> <p>“(...) não temos qualquer tipo de divulgação de produtos ou de novas técnicas, a cooperativa tem muita falta de financiamento, acho que ainda existe porque nós agricultores compramos lá todo o tipo de material e de químicos entre outros (...)”</p> <p>“quem trabalha lá tem falta de dinamismo, não estão motivados, deveriam ser mais empenhados e não o são.”</p>	<p>“nunca recorri aos serviços de apoio técnico da Câmara ou da cooperativa, prefiro sempre deslocar-me até Pinhel ou em último recurso vou até Castelo Branco, aí sim, sou bem informado, há engenheiros competentes que me ajudam e ajudaram a elaborar candidatura para projeto.”</p> <p>“acho que quem trabalha nos gabinetes de projeto da Câmara deveria ter mais formação, ser mais proactivo, são boas pessoas, mas isso não chega.” “(...) na cooperativa não se tem tempo para trocar ideias, temos sempre falta de tempo, porque aparece um agricultor a comprar qualquer produto, e é preciso atendê-lo (...)”</p> <p>“na Câmara é a mesma coisa, não há tempo para nós, é importante dar ouvidos aos agricultores.”</p> <p>“como engenheiro agrónomo já sei com quem falar, tenho conhecimentos e estou sempre informado sobre as novidades relativamente a novos produtos, tento sempre transmiti-los aos meus vizinhos, e ajudo sempre que posso, entre agricultores deve haver ajuda mútua.”</p>	<p>“nunca recorri aos serviços da Câmara e da cooperativa, prefiro dirigir-me a quem sabe.”</p> <p>“sei que existe um gabinete de apoio técnico na Câmara.”</p>

Categoria	Unidade de Registo		
	R. Silva Entrevistado 1	P. Frade Entrevistado 2	E. Machado Entrevistado 3
Opinião sobre a Política Agrícola Comum e de desenvolvimento rural	<p>“existe apoio para quase tudo, sei que há o PRODER que está ligado aos projetos agrícolas.”</p> <p>“(…) no entanto duvido muito que os apoios têm ajudado em muito os agricultores, a elaboração é muito demorada, muita burocracia, é só gente a chatear (…).”</p> <p>“esses projetos não foram feitos para ajudar os pequenos agricultores que possuam pequenas áreas de terreno, somente a partir de uma determinada área de terra, não é um programa de desenvolvimento muito justo.”</p>	<p>“sim conheço isso tudo, mas não sei até que ponto é favorável para os pequenos agricultores, muita burocracia, muita confusão, muita fiscalização, e o processo é muito demorado.”</p> <p>“pertencemos a uma zona que não pertence nem ao Douro nem ao Dão, estamos numa zona desfavorecida, por isso as ajudas não são muito atrativas, mas é claro que vale sempre a pena elaborar candidaturas.”</p> <p>“sei que agora vem ai o novo programa, não sei ao certo se irá ajudar os agricultores, ainda ninguém sabe ao certo o que sairá do novo PDR2020.”</p> <p>“(…) no meu entender a PAC não é uma política amiga dos pequenos agricultores, pelo contrário, sempre favoreceu as grandes explorações agrícolas ditas intensivas, em nada contribuiu para o desenvolvimento rural da nossa zona, o que é um contra senso daquilo que sempre foi proposto desde o início pela CEE (…)</p>	<p>“sei que há o PRODER e o LEADER, sei que é muita burocracia, muita confusão, hoje falta um documento, amanhã arranjam uma fiscalização, enfim não é tarefa fácil elaborar uma candidatura.”</p> <p>“(…) os pequenos não têm direito a nada, se queremos plantar oliveiras, temos de pedir autorização caso contrário são oliveiras clandestinas e somos obrigados a arranca-las e ainda por cima levamos uma multa, acha isso justo (…).”</p>

Categoria	Unidade de Registo		
	R. Silva Entrevistado 1	P. Frade Entrevistado 2	E. Machado Entrevistado 3
Opinião sobre os principais problemas e obstáculos da agricultura no concelho	<p>“a desertificação é o grande problema que o nosso concelho atravessa, agricultura sofre e muito com este mal.”</p> <p>“a falta de escoamento dos produtos leva a que muitos dos agricultores acabam por desistir de trabalhar nesta atividade.”</p> <p>“a falta de interesse por parte do poder local é outro entrave para que a nossa agricultura seja reconhecida como uma atividade importante para a economia local.”</p> <p>“(…) a falta de mão-de-obra jovem não ajuda, pelo contrário, não há habitantes novos no concelho, não há investimentos, nem novas ideias para dinamizar a agricultura (…).” “a falta de apoio por parte do poder local, estamos abandonados, não estamos protegidos, fomos esquecidos, o Ministério da Agricultura deveria pensar que a agricultura familiar existe e que é muito importante para todos nós.” “as indemnizações são muito baixas, não incentiva, pelo contrário desmotiva quem trabalha todos os dias na agricultura, ninguém se lembra como é difícil.”</p>	<p>“esta política não está bem enquadrada na nossa região, nunca apostou nas pequenas explorações, mas sim nas grandes.”</p> <p>“a falta de associativismo dos agricultores é um problema para nós aqui no concelho, se fossemos unidos teríamos melhores condições para vender os nossos produtos.”</p> <p>“(…) o facto de estar numa zona que não pertence ao Douro nem ao Dão, não nos dá nenhuma proteção, estamos isolados, o pouco que o poder local faz não é suficiente, deveria haver mais empenho (…).”</p> <p>“sucessivas políticas agrícolas erradas contribuíram para o estado da agricultura, para o abandono das terras, para uma desertificação muito acentuada no nosso concelho bem como em todo o distrito da Guarda.”</p> <p>“(…) o parcelário tem dificultado em muito a elaboração de projetos simplesmente porque os terrenos não têm a dimensão requerida (…).”</p>	<p>“a desertificação é o grande problema da nossa agricultura, temos muita falta de população principalmente jovem.”</p> <p>“(…) a falta de emprego leva a uma emigração dos jovens qualificados, não há empenho por parte do poder local em combater este êxodo, continua a sair cada vez mais gente (…).”</p> <p>“criou-se um estigma em volta da agricultura desde de há muitos anos, uma política errada, indemnizações pouco compensatórias levam ao desespero de muito agricultores principalmente os mais velhos.”</p> <p>“(…) políticas feitas por gente de gabinete nunca poderão incentivar os agricultores a continuar a trabalhar nesta atividade (…).”</p>

Quadro 23 - Análise de conteúdo das entrevistas concedidas pelos agricultores dos concelhos de Amares

Categoria	Unidade de Registo		
	M. Figueiredo Entrevistado 1	E. Santos Entrevistado 2	F. Silva Entrevistado 3
Caracterização do agricultor	<p>Empresário Agrícola. Agricultor a tempo inteiro, licenciatura, 35 anos. Progenitores eram agricultores. Propriedade de 6 ha, herdada e terrenos comprados, várias parcelas (laranjeiras, vinha e floricultura - manjericos). É proprietário do terreno.</p> <p>a nossa agricultura é muito variada, temos de tudo um pouco, é uma terra farta e temos sorte em poder trabalhar e viver neste território.”</p> <p>“a agricultura está a recuperar no concelho, temos assistido à instalação de novas explorações agrícolas principalmente no ramo dos frutos vermelhos e alguns cogumelos.” “no nosso concelho ainda existe uma grande tradição agrícola, todas as pessoas ainda têm o seu pedaço de terra, todos ainda cultivam e conseguem vender os produtos, o nosso concelho é bastante turístico, há muito movimento e muita procura dos nossos produtos.” “Não podemos vender a preços justos, os apoios que nos dão vão parar aos grandes</p>	<p>Jovem empresário agrícola (início de atividade).Agricultor a tempo inteiro desde pequeno, licenciatura, 28 anos. Curso de formação em hidroponia, Progenitores eram agricultores a tempo parcial, exploração com 7 ha, herdada e terrenos arrendados, várias parcelas (estufas de frutos vermelhos).É proprietário do terreno.</p> <p>“(…) a qualidade dos produtos é reconhecida, temos uma agricultura muito dinâmica, os solos são de excelente qualidade bem como o clima permite-nos cultivar um grande leque de produtos (…).”</p> <p>“estou nos frutos vermelhos, apostei nesta atividade e há espaço para mais agricultores, nunca é demais, há mercado para este tipo de produtos.”</p> <p>“apostamos na qualidade dos nossos produtos, o facto de viver a pouco quilómetros de Braga ajuda na venda dos frutos, conseguimos tirar partido desta proximidade.”</p>	<p>Agricultor a tempo inteiro, sempre trabalhou na agricultura com os pais.12º ano. 48 anos. Progenitores eram agricultores. Propriedade de 5 ha, herdada e terrenos comprados, várias parcelas (laranjeiras, e melão casca de carvalho, vinha). É proprietário do terreno.</p> <p>“(…) a nossa agricultura está muito bem de saúde pelo menos aqui no concelho, consigo escoar todos os meus produtos, o que me permite viver confortavelmente durante o ano todo, é claro que tenho de fazer sacrifícios, mas gosto daquilo que faço (…).”</p> <p>“conheço jovens agricultores que antes viviam no Porto e apostaram como eu nos frutos vermelhos, não estão arrependidos, foi uma aposta ganha.”</p> <p>“o facto de viver perto de Braga permite o escoamento dos produtos, depois temos cidades como Guimarães que não tem agricultura, temos o Porto onde se consegue escoar igualmente muita da produção.”“(…) sei que noutros concelhos de Braga a realidade é outra, mas acho que pelo facto do</p>

Categoria	Unidade de Registo		
	M. Figueiredo Entrevistado 1	E. Santos Entrevistado 2	F. Silva Entrevistado 3
Perceção do agriculto relativamente ao estado da agricultura	<p>agricultores que vivem da exportação, e nós os pequenos e médios agricultores que somos a maioria neste país somos constantemente esquecidos.” “(...) temos pouca desertificação, temos uma emigração de jovens qualificados para o estrangeiro, há ainda muitos agricultores, existem freguesias que sempre tiveram pouca gente desde sempre, mas não estão desertificadas (...).”</p> <p>“o facto de não termos praticamente terrenos ao abandono contribui para a inexistência de incêndios florestais, temos uma Câmara que se preocupa em limpar as áreas florestais bem como os caminhos públicos.”</p> <p>“(...) acho que todos nós que vivemos aqui no concelho de Amares amamos o nosso município e isso é meio caminho andado para a preservação da agricultura (...).”</p> <p>“é claro que falta aqui muita coisa, mas temos o essencial, e o facto de viver perto de Braga ajuda muito, muitos de nós trabalha em Braga e vive em Amares, acho que temos o melhor dos dois mundos.”</p>	<p>tem havido muita gente a vir viver para esta zona, o que para nós é muito bom, porque impede que haja desertificação.”</p> <p>“a agricultura de hoje já não é como dantes, mas está a recuperar. (...) ainda temos alguns problemas para resolver como por exemplo a nossa laranja de Amares que é muito conhecida aqui na zona, mas no resto do país quase ninguém conhece este produto. (...) por isso é necessário criar uma certificação desta laranja.”</p> <p>“(...) é claro que há terrenos ao abandono, mas acredito que a agricultura poderá recuperar essas terras, deve ser feito um planeamento rigoroso sobre o que se vai plantar ou semear.”</p> <p>“cultivamos produtos de excelência, e é isso que o consumidor quer, acho que atualmente estão a apostar mais na qualidade do que na quantidade, pelo menos os que aqui compram.”</p> <p>“(...) temos tecnologia que nos permite poupar trabalho e tempo (...).”</p>	<p>concelho de Amares ser um concelho pequeno em muito ajuda a agricultura e os agricultores (...).” “é claro que temos uma população envelhecida, isso é normal não podemos evitar, mas não impede de ter uma agricultura dinamizada”. “temos uma qualidade de vida que não encontro na cidade, aqui a agricultura é uma atividade considerada como um negócio. (...) é uma atividade que hoje em dia requer conhecimento.” “é necessário saber o que se vai cultivar, tenho uma produção de melão “casca de carvalho”, e vendo tudo o que tenho, consigo retirar o rendimento para viver o ano todo, é claro que não vivo só do melão, tenho outros produtos que consigo escoar, isto porque fiz planeamento, estudei o mercado, não plantei qualquer coisa.”</p> <p>“[...] após o falecimento do meu pai, nenhum dos meus irmãos quis ficar com as terras uma vez que todos nós temos as nossas vidas já construídas, eu estou perto de Amares e não faço questão sair daqui, decidi em comum acordo com os meus irmãos comprar a parte deles, foi o melhor que pudemos fazer. [...] mas há quem vende para</p>

Categoria	Unidade de Registo		
	M. Figueiredo Entrevistado 1	E. Santos Entrevistado 2	F. Silva Entrevistado 3
Perceção do agriculto relativamente ao estado da agricultura no concelho	<p>que me permitiu obter um bom rendimento (...).”“(...) veja na época do Santos populares, consigo vender todos os meus pés de manjerico, este ano foram cerca de 40.000, o</p> <p>“recuperei tradições antigas em relação ao cultivo de determinados produtos, também em relação ao adubo.”</p> <p>“há mais apoios hoje em dia, mas na verdade é preciso haver mais dinheiro para se poder investir mais na agricultura.”</p>		a construção, é claro que dá pena ver as laranjeiras, videiras e mais árvores arrancadas mas é preferível a ver o terreno cheio de silvas e giestas.”
Perceção do agricultor relativamente aos apoios desenvolvidos pela Câmara/ Associações de agricultores	<p>“temos tido um grande apoio da Câmara de Amares em relação à elaboração de projetos.”</p> <p>“(...) a ATAHCA tem desempenhado um papel importante na dinamização do nosso concelho, tem contribuído para o desenvolvimento do concelho (...) oferece apoio na elaboração de candidaturas, promove formação técnica para os agricultores, estamos sempre informados em</p>	<p>“a Câmara tem tido um papel muito ativo na promoção da agricultura e dos nossos produtos, tem sido uma grande ajuda para nós agricultores.”</p> <p>“(...) os apoios da Câmara são importantes para a elaboração de candidaturas, tem técnicos bem informados e muito competentes, que nos proporcionam uma grande ajuda, temos apoio constante (...).”</p>	<p>“sempre tive o apoio da Câmara na elaboração de projeto, é um ajuda técnica e não financeira, embora que também seria importante se a Câmara pudesse ajudar financeiramente os agricultores principalmente aqueles que mais precisam.”</p> <p>“os técnicos da Câmara são muito competentes, podem não estão por dentro dos programas, mas fazem tudo para ajudar.”</p> <p>“(...) tenho recorrido muito ao apoio da</p>

Categoria	Unidade de Registo		
	M. Figueiredo Entrevistado 1	E. Santos Entrevistado 2	F. Silva Entrevistado 3
Perceção do agricultor relativamente aos apoios desenvolvidos pela Câmara/ Associações de agricultores	relação a novos regulamentos.”	“não devemos esquecer a Associação de Desenvolvimento local a ATAHCA, que tem sido incansável no apoio ao agricultor, principalmente para aqueles que têm tido problemas em escoar os seus produtos, (...) proporciona cursos de formação técnica, ajuda na elaboração de candidaturas ao programa PRODER, estão sempre em contacto conosco.”	ATAHCA, é uma associação para o desenvolvimento local, proporciona sempre cursos de formação técnica, ou palestras sobre determinadas culturas, métodos de cultivo, estamos sempre bem informados.”
Opinião sobre a Política Agrícola Comum e de desenvolvimento rural	“(…) penso que a intenção foi boa, mas teve alguma dificuldade na interpretação e na implementação dos projetos, não é uma política vantajosa para quem não tem terrenos muito grandes, para esses agricultores não foi de todo benéfico (...) espero que este novo PDR2020 considere aqueles pequenos agricultores familiares, isso seria uma política de futuro.” “na nossa zona houve muitos projetos do PRODER, sei que nalgumas zonas do país não foi nada vantajoso, tenho pena, todos merecemos o melhor.”	“(…) sei isso tudo, li muita coisa sobre a PAC, o PRODER, o LEADER, enfim estou bem informado (...) porém acho que a PAC não foi uma política que tenha favorecido os pequenos agricultores, principalmente os da agricultura familiar.”	“já ouvi falar sobre a PAC, mas não sei ao certo se foi ou não uma boa política, acho que não, pelo que ouvi dizer não favorece os pequenos agricultores que têm terrenos de pequena áreas.”

Categoria	Unidade de Registo		
	M. Figueiredo Entrevistado 1	E. Santos Entrevistado 2	F. Silva Entrevistado 3
Opinião sobre os principais problemas e obstáculos da agricultura no concelho	<p>“investir mais na agricultura, apostar na mecanização, na transformação dos nossos produtos e na formação (...) apostar mais nos nossos produtos regionais para os levar para além da região do minho.”</p> <p>“temos um clima muito bom para a nossa agricultura, basta trabalhar bem a terra e continuar a produzir produtos de qualidade, mas para isso precisamos de dinheiro, sem ele não podemos fazer muita coisa.”</p> <p>“investir noutras áreas de negócio.”</p>	<p>“precisamos de investimento, temos de apostar na qualidade dos nossos produtos, na diversificação e na transformação, podemos dar condições de mais e melhor emprego, com tanta mão-de-obra qualificada, é uma pena ver tanta gente nova emigrar.”</p> <p>“tentar combater o abandono das terras, é um tema que nos leva para maus caminhos, (...) por vezes as pessoas não querem arrendar os terrenos e preferem que fiquem a silvado, a maior parte das respostas é que o terreno é para os filhos, ou então não precisam de vender nem de arrendar porque têm rendimentos.”</p> <p>“(...) o concelho é pequeno, por isso deve ser bem aproveitado, não podemos arriscar produzindo produtos de má qualidade, devemos apostar sempre no melhor.”</p> <p>“apostei neste sector das estufas de frutos vermelhos, estou a ganhar dinheiro, quero investir mais, vale a pena, por isso estou a tentar elaborar mais uma candidatura aos fundos europeus.</p>	<p>“apesar de trabalhar como agricultor e de conseguir viver desta atividade, ainda existe uma mentalidade muito retrógrada, devemos combater esta situação, investindo em formação e tecnologia.”</p> <p>“temos tido ajuda e apoio da associação e da Câmara, as pessoas têm de consciência de que a agricultura é uma atividade muito importante para o desenvolvimento local.”</p> <p>“(...) temos de aproveitar o que de melhor o nosso concelho nos deu, a laranja, o melão, são produtos de excelente qualidade, é o nosso ex libris.”</p>

Categoria	Unidade de Registo		
	M. Figueiredo Entrevistado 1	E. Santos Entrevistado 2	F. Silva Entrevistado 3
Opinião sobre os principais problemas e obstáculos da agricultura no concelho		“não posso arriscar a produzir produtos de má qualidade, a concorrência é feroz, não podemos deixar de investir nesta área.”	

Quadro 24 – Análise de conteúdo das entrevistas concedidas pelos agricultores dos concelhos de Vieira do Minho

Categoria	Unidade de Registo		
	M. Pires Entrevistado 1	A. Monteiro Entrevistado 2	M. Rocha Entrevistado 3
Caracterização do agricultor	Empresário Agrícola. Agricultor a tempo inteiro. Licenciatura em gestão, 36 anos. Progenitores eram agricultores. Investiu na pastorícia, na raça autóctone Cachena.	Agricultor a tempo inteiro. Antigo emigrante em França, regressou para poder trabalhar na agricultura, candidatura para um projeto de pastorícia, 300 cabeças de ovelhas. 9º ano. 56 anos. Progenitores eram agricultores. Trabalha com a mulher na agricultura, é um sobrinho que é pastor que guarda as ovelhas. Propriedade de 2 ha. Pretende investir numa queijaria a médio e longo prazo. É proprietário do terreno.	Empresária agrícola. Agricultora a tempo inteiro. 12º ano. 36 anos. Progenitores eram agricultores. Curso Empresário Agrícola, curso de fitoterapia. É casada, trabalha com o marido mais uma sobrinha na exploração de frutos vermelhos. Propriedade de 5 ha, terreno herdado dos pais e alugados.
Percurso do agricultor	“sempre vivi na cidade do Porto, foi o desemprego que me levou a regressar às origens, (...)” “sempre quis ter o meu próprio negócio, gosto da agricultura, decidi candidatar-me e fiz um projeto PRODER.” “interessei-me pelos bovinos de raça Cachena, é uma raça autóctone, quero contribuir para o desenvolvimento rural do meu concelho, (...) Vieira do Minho tem vindo a perder gente nova, não há oportunidade de emprego, tem havido muita saída de gente principalmente qualificada, (...) fiz algumas pesquisas sobre raças autóctones e deparei-me com a raça de	“emigrei para França quando tinha 20 anos, regresssei há muito pouco tempo com a reforma por invalidez, deixei os meus filhos em França e vim com a minha mulher para Vieira do Minho, somos do concelho, (...) comecei a pensar no que poderia fazer e fiz um estudo de mercado, verifiquei que há falta de leite de ovelha, Portugal importa de Espanha e de França, (...) fiz uma candidatura aos fundos europeus para adquirir 300 cabeças de ovinos, (...) é um sobrinho meu que é pastor e que as guarda.” “estou muito satisfeito com o meu investimento, consigo vender o leite todo, e estou a pensar criar uma queijaria a médio e longo prazo.”	“tinha terra que estava quase ao abandono, queria recuperá-la, mas não sabia como e o que plantar, (...) fiz uma pesquisa sobre as estufas de hidroponia, gostei da ideia, (...) elaborei a candidatura e agora trabalho nos frutos vermelhos, (...) foi uma boa opção, consigo viver desta atividade, vendo toda a minha produção.” “o investimento ainda foi grande, mas valeu a pena, (...) estou a pensar agora em fazer outra candidatura para os cogumelos.” (...) “tenho terreno suficiente para isso, o acesso aos terrenos não é difícil, sei que há agricultores que têm muita dificuldade em aceder aos terrenos, (...) estamos numa zona montanhosa.”

Categoria	Unidade de Registo		
	M. Pires Entrevistado 1	A. Monteiro Entrevistado 2	M. Rocha Entrevistado 3
Percurso do agricultor	bovinos Cachena, gostei do animal, e comecei a pensar na candidatura.” “(...) gosto de ser pastor, tenho orgulho nisso, (...) durante o verão os pastores reúnem-se na serra do Gerês com o gado, não quero outra vida.”	“(…) por contra o que me desagrada são as indemnizações dos ovinos quando são atacados pelo lobo ibérico (...) a indemnização é ridícula, mal chega para comprar uma ovelha, mas não desisto.”	
Perceção do agriculto relativamente ao estado da agricultura	<p>“estou a ganhar a minha vida, aqui não sei o que é o desemprego, vendo as cabeças de gado a bom preço, a carne é muito apreciada, quero tentar vender para a região de Lisboa, ainda é um projeto.”</p> <p>“no concelho há já uma grande desertificação, sente-se principalmente nas freguesias limítrofes com Terras de Bouro ou Montalegre, nessas aldeias há pouca gente, com duas ou três crianças, (...) as únicas saídas profissionais no concelho estão ligadas à agricultura, temos muita área situada na Serra da Cabreira, e ai não se pode fazer nada, é área protegida, existem muitos agricultores já com uma certa idade, não é fácil viver aqui.”</p>	<p>“a falta de especialização na agricultura e a desertificação sentida no concelho, a população já envelhecida e a fuga dos jovens qualificados para a cidade de Braga ou para o estrangeiro, são os grandes problemas da nossa agricultura.”</p> <p>“as políticas erradas dos últimos 40 anos, são responsáveis pela situação atual da agricultura, não falo somente aqui da zona, mas em todo o país.”</p>	<p>“existe um estigma entorno da agricultura, muitos jovens não querem trabalhar no campo, preferem emigrar do que contribuir para o desenvolvimento rural, (...) políticas desajustadas da realidade portuguesa, penso que quem faz estas leis não sabe o que é o campo, o que é trabalhar na agricultura, (...) enquanto que tivermos “Cristas” no governo, estaremos sempre muito mal.”</p>

Categoria	Unidade de Registo		
	M. Pires Entrevistado 1	A. Monteiro Entrevistado 2	M. Rocha Entrevistado 3
Perceção do agricultor relativamente ao estado da agricultura	<p>“o clima e relevo geográfico também não ajudam muito, (...)no entanto temos bons produtos como o vinho “nalguns produtos, aqueles mais correntes há uma grande dificuldade no escoamento, isso é o grande problema, quem não se especializa não consegue vender, porque toda a gente tem, (...) não há associativismo, os agricultores são desconfiados, quando um vende por exemplo a 10 o outro vende logo a 7, isso só os prejudica.” “temos falta de uma associação de agricultores que possa ajudar no escoamento dos nossos produtos, temos uma cooperativa, mas não é o suficiente.” (...) “a Câmara tem tido uma voz muito ativa, temos tido muita ajuda principalmente no que diz respeito a elaboração de candidaturas, a parte técnica é realizada por gente competente que nos consegue elucidar, temos muitas dúvidas, mas sinto que estou bem apoiado.”</p>	<p>“sei que a Câmara tem técnicos para a elaboração de candidaturas a projetos agrícolas, nunca recorri a esse apoio, (...), em relação à associação não sei”</p>	<p>“não sou muito fã das associações, acho que são incompetentes, prefiro dirigir-me ao IFADAP”</p>
Perceção do agricultor relativamente aos apoios desenvolvidos pela Câmara/ Associações de agricultores	<p>“temos uma associação de desenvolvimento a ATAHCA, que também nos ajuda, estamos sempre a par das notícias, de formações, estão disponíveis para nos ajudar, (...) a cooperativa do concelho também tem uma voz participativa no apoio às candidaturas,.</p>		

Categoria	Unidade de Registo		
	M. Pires Entrevistado 1	A. Monteiro Entrevistado 2	M. Rocha Entrevistado 3
Opinião sobre a Política Agrícola Comum e de desenvolvimento rural	<p>“penso que a política agrícola comum não foi muito eficaz para o interior de Portugal, ajudou sim foi os grandes agricultores.”</p> <p>“(…) penso que não está muito virada para a agricultura mas sim para o ambiente, acho que é bom, mas nós agricultores também deveríamos ter sido mais beneficiados.”</p>	<p>(…) existe apoios para tudo, as ajudas europeias e a nova política agrícola está mais vocacionada para que os agricultores dêem mais importância ao ambiente e à qualidade dos produtos, (…) pois bem e o escoamento dos nossos produtos, qual é a política que se encarrega de nos ajudar.”</p> <p>“(…) não acho que tenha sido proveitoso para nós, é sim para o ambiente, para a segurança alimentar, concordo quando devemos produzir produtos de boa qualidade, mas não estamos a ser beneficiados.”</p>	<p>“já ouvi falar que esta nova PAC vai continuar as orientações da anterior, não me parece que para nós agricultores vá mudar alguma coisa.”</p>
Opinião sobre os principais problemas e obstáculos da agricultura no concelho	<p>“o associativismo dos agricultores, o escoamento dos produtos, apostar na diversificação dos produtos agrícolas.”</p> <p>“(…) produzir aquilo em que somos bons, investir mais na agricultura, apostar em produtos autóctones.”</p> <p>“uma mentalidade pequenina, combater a fuga de mão-de-obra para fora do concelho, atrair mais pessoas para viver cá.”</p>	<p>“apostar mais na produção, variar os produtos agrícolas, mudar as mentalidade provincianas, combater a desertificação criando postos de trabalho ligados à agricultura.” “melhorar os acessos aos terrenos, pagar melhores indemnizações compensatórias, apostar e promover os produtos biológicos.” “fazer chegar os nossos produtos aos mercados das principais cidades do país, (…) investir em produtos, mecanização e tecnologia.” “apostar em novas técnicas agrícolas que nos permitem uma produção mais rentável.”</p>	<p>“acho que o principal problema é o parcelário, pequenas parcelas de terreno que não ajudam em nada o pequeno agricultor na elaboração de projetos.”</p> <p>“sensibilizar as pessoas de que a agricultura é uma atividade como outra qualquer, combater o estigma que se criou em volta do agricultor.”</p> <p>“o associativismo dos agricultores é importante, precisamos de escoar os produtos, (…) planejar o que se vai semear para que todos não produzem tudo igual.”</p>

Quadro 25 - Análise de conteúdo das entrevistas concedidas pelos agricultores dos concelhos de Vila Verde

Categoria	Unidade de Registo		
	R. Santos Entrevistado 1	J. Frade Entrevistado 2	E. Pires Entrevistado 3
Caracterização do agricultor	Empresário Agrícola. Agricultor a tempo inteiro. 12º Ano, 24 anos. Progenitores eram agricultores. Possui uma propriedade de 3 ha.	Empresário Agrícola. Agricultor a tempo inteiro. Licenciatura em arquitetura, 30 anos. Progenitores eram agricultores.	Empresário Agrícola. Agricultor a tempo inteiro. 9º ano, 40 anos. Progenitores não eram agricultores.
Percurso do agricultor	“tenho terra que estava praticamente abandonada, queria recuperá-la, mas não sabia como e o que plantar, (...) fiz uma pesquisa sobre os espargos, gostei da ideia, (...) elaborei a candidatura e agora trabalho na produção de espargos, (...) foi uma boa opção, consigo viver desta atividade, vendo toda a minha produção.”	“fiquei desempregado, virei-me para a agricultura, não consigo tirar um ordenado, mas dá para pagar as contas, espero poder obter mais rendimentos no futuro.”	“estou na produção de ervas aromáticas, estou muito bem, encontrei um ótimo negócio, vendo tudo o que produzo.”
Opinião sobre os principais problemas e obstáculos da agricultura no concelho	“a agricultura está em total declínio, não sei o que pode acontecer, quem consegue viver bem são os grandes agricultores os outros mal conseguem viver.”	“os investimentos são muito elevados, os preços dos produtos são muito caros, é complicado viver assim, temos pouca ajuda, os subsídios não são muito altos.”	“acho que está a recuperar e bem, tivemos uma altura em que a agricultura estava quase a morrer, mas agora penso que poderá estar a melhorar, (...) contudo sei que há agricultores a passar necessidades (...)”.

Categoria	Unidade de Registo		
	R. Santos Entrevistado 1	J. Frade Entrevistado 2	E. Pires Entrevistado 3
Perceção do agricultor relativamente aos apoios desenvolvidos pela Câmara/ Associações de agricultores	“conheço o trabalho da ATAHCA, sei que tem ajudado e muito os agricultores aqui na região, e que tem feito muita coisa, recorri a eles para fazer a minha candidatura, são muito competentes.”	“sei que há associações que ajudam os agricultores, conheço a ATAHCA, sei que trabalham bem, são muito competentes, penso que têm ajudado muitos agricultores até os mais pequenos” “da Câmara nunca soube se fazem ou não projetos de agricultura, não sei como trabalham”.	“da Câmara não tive apoio nenhum, tive sim foi da ATAHCA, eles trabalham muito bem, conseguem nos transmitir as informações corretas e atempadamente, gosto de trabalhar com eles, (...) dão formação, são muito competentes.”
Opinião sobre a Política Agrícola Comum e de desenvolvimento rural	“penso que não tem ajudado muito os agricultores de pequena dimensão, mas sim os grandes, são sempre os mesmos que recebem tudo (...) nós ficamos sempre de parte” “não acredito que o novo PDR2020 venha trazer grandes mudanças, pelo contrário acho que vai piorar.	“não tenho uma grande opinião acerca do PDR2020, não sei muita coisa sobre isso, sei que o PRODER foi bom e que ajudou muita gente, mas de resto não sei muito bem.	“não estou muito ao corrente sobre isso, o PRODER ajudou muitos agricultores, mas não sei mais nada.”

Categoria	Unidade de Registo		
	R. Santos Entrevistado 1	J. Frade Entrevistado 2	E. Pires Entrevistado 3
Opinião sobre os principais problemas e obstáculos da agricultura no concelho	“aqui no concelho temos duas realidades, a sul tudo vai bem, a norte temos muita gente com alguma dificuldade, muitos agricultores não conseguem vender os produtos, é difícil, o grande problema é o escoamento, é difícil vender o que se produz, mas temos ajudas de associações muito competentes, é o que nos vai ajudando.”	“aqui o grande problema é a falta de escoamento, vende-se os produtos quase de graça, é complicado viver assim, não temos ajudas por parte da Câmara, não vejo apoio nenhum, a idade dos agricultores também é um grande entrave, temos falta de novos agricultores.”	“a idade avançada dos agricultores, a desertificação, a falta de escoamento, políticas agrícolas erradas, são estes os grandes obstáculos da agricultura no concelho.”

